

NILO SÉRGIO DE SOUZA

**AS SOCIABILIDADES POSSÍVEIS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DO
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV): O CASO DE VIÇOSA - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Magister Scientiae.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2015**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Souza, Nilo Sérgio, 1964-
S729s As sociabilidades possíveis em conjuntos habitacionais do
2015 Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) : o caso de
Viçosa-MG / Nilo Sérgio Souza. – Viçosa, MG, 2015.
xiv, 150f : il. (algumas color.) ; 29 cm

Inclui anexo.

Inclui apêndice.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.132-136.

1. Sociologia urbana. 2. Antropologia urbana.
3. Planejamento urbano. 4. Política habitacional. 5. Habitação
popular - Viçosa (MG). I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Doméstica. Programa de
Pós-graduação em Economia Doméstica. II. Título.

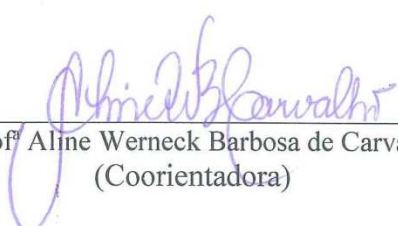
CDD 22. ed. 307.76

NILO SÉRGIO DE SOUZA

**AS SOCIABILIDADES POSSÍVEIS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DO
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV): O CASO DE VIÇOSA - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

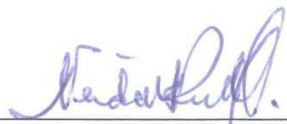
APROVADA: 27 de março de 2015.



Profª Aline Werneck Barbosa de Carvalho
(Coorientadora)



Prof. Rennan Lanna Martins Mafra



Profª Neide Maria de Almeida Pinto
(Orientadora)

O Homem; As Viagens

O homem, bicho da terra tão pequeno
Chateia-se na terra
Lugar de muita miséria e pouca diversão,
Faz um foguete, uma cápsula, um módulo
Toca para a lua
Desce cauteloso na lua
Pisa na lua
Planta bandeirola na lua
Experimenta a lua
Coloniza a lua
Civiliza a lua
Humaniza a lua.

Lua humanizada: tão igual à terra.
O homem chateia-se na lua.
Vamos para marte – ordena a suas máquinas.
Elas obedecem, o homem desce em marte
Pisa em marte
Experimenta
Coloniza
Civiliza
Humaniza marte com engenho e arte.

Marte humanizado, que lugar quadrado.
Vamos a outra parte?
Claro – diz o engenho
Sofisticado e dócil.
Vamos a vênus.
O homem põe o pé em vênus,
Vê o visto – é isto?
Idem
Idem
Idem.

O homem funde a cuca se não for a júpiter
Proclamar justiça junto com injustiça
Repetir a fossa
Repetir o inquieto
Repetitório.

Outros planetas restam para outras colônias.
O espaço todo vira terra-a-terra.
O homem chega ao sol ou dá uma volta
Só para tever?
Não-vê que ele inventa
Roupa insiderável de viver no sol.
Põe o pé e:
Mas que chato é o sol, falso touro
Espanhol domado.

Restam outros sistemas fora
Do solar a col-
Onizar.
Ao acabarem todos
Só resta ao homem
(estará equipado?)
A difícilíssima dangerousíssima viagem
De si a si mesmo:
Pôr o pé no chão
Do seu coração
Experimentar
Colonizar
Civilizar
Humanizar
O homem
Descobrir em suas próprias inexploradas entranhas
A perene, insuspeitada alegria
De con-viver.

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987)

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar aqui.

À Universidade Federal de Viçosa, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, pela oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal.

À professora Neide Maria de Almeida Pinto, pela condução do processo de orientação, pela compreensão e pelo apoio.

Aos personagens principais da minha vida: meu pai, minha mãe, minha esposa, meus filhos, meus irmãos, meus sobrinhos e minha sogra.

De forma especial, agradeço à minha esposa, a quem dedico esta dissertação, pelo companheirismo e esforço incondicional para a realização deste sonho.

Ao meu filho, Nicolás, pela ajuda na confecção das Figuras 1 e 2 e à bolsista Danieli Barbosa de Andrade, pela preciosa colaboração no processo de coleta dos dados.

Aos colegas do mestrado, pela cumplicidade.

Aos moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, pela receptividade e pelo pronto atendimento em participarem das entrevistas.

Aos colegas de trabalho, de forma especial ao professor Jorge Dergam, à Lúcia e ao José Bráz, pelo apoio no transcorrer do curso.

A todos, enfim, este agradecimento, com carinho e admiração.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE QUADROS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT.....	xiii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização e justificativa do problema de pesquisa	1
1.2 Objetivos	7
1.2.1 Geral	7
1.2.2 Específicos	7
1.3 Hipóteses	8
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	9
2.1 Classificação e natureza da pesquisa.....	9
2.2 Local da pesquisa	11
2.3 Descrição do campo empírico	12
2.3.1 Conjunto habitacional César Santana Filho (Sol Nascente).....	13
2.3.2 Conjunto habitacional Benjamim José Cardoso.....	13
2.3.3 Conjunto habitacional Floresta.....	15
2.4 População e amostra.....	16
2.4.1 Cálculo amostral.....	17
2.5 Métodos e técnicas de coleta dos dados	18
2.6 Análise de dados	20
2.7 Considerações éticas	23
3. SOCIABILIDADE: DISCUTINDO OS ASPECTOS TEÓRICOS	24
3.1 Sociabilidade no contexto da Escola de Chicago: a perspectiva de Simmel e de Park	24
3.2 Sociabilidade no contexto da Modernidade	26
3.3 Sociabilidade no contexto das teorias marxistas	33
4. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E SOCIABILIDADE: A REALIDADE DAS FAMÍLIAS E DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV EM VIÇOSA.....	42
4.1 Caracterização socioeconômica do grupo estudado.....	42
4.2 Caracterização da infraestrutura nos conjuntos	48
4.3 A percepção da infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais do PMCMV em Viçosa: fator restritivo à sociabilidade?	50
4.4 Mobilidade e seus efeitos na sociabilidade dos residentes dos conjuntos	66

4.5 A percepção do risco de violência pelos moradores dos conjuntos habitacionais	74
5. A SOCIABILIDADE NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV: LIMITES E POSSIBILIDADES A UMA SOCIABILIDADE MAIS AMPLA	90
5.1 Demarcando a sociabilidade entre os moradores	90
5.2 Os conjuntos habitacionais: sociabilidades caracterizadas pelo estigma?	99
5.3 Demarcando as atividades de lazer dos moradores	106
5.4 O sentimento de pertencimento aos locais de moradia	114
6. CONCLUSÃO	121
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
8. APÊNDICE	137
Apêndice 1 – Roteiro de entrevista semiestruturada com beneficiários PMCMV	137
Apêndice 2 – Tabela com a ocupação dos entrevistados, por conjunto habitacional	147
9. ANEXOS	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do município de Viçosa.....	11
Figura 2: Localização dos conjuntos habitacionais do PMCMV em Viçosa.....	12
Figura 3: Conjunto habitacional César Santana Filho.....	13
Figura 4: Conjunto habitacional Benjamim José Cardoso.....	14
Figura 5: Localização dos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso em relação à área central da cidade de Viçosa.....	14
Figura 6: Conjunto habitacional Floresta.....	15
Figura 7: Localização do conjunto habitacional Floresta em relação ao bairro Vau Açú.....	16
Figura 8: Utilização de vão entre os blocos 1 e 2, para instalação de central de telefonia no conjunto habitacional Floresta.....	61
Figuras 9 e 10: Área de lazer do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso.....	63
Figuras 11 e 12: Acesso e área de lazer do conjunto habitacional César Santana Filho.....	64
Figuras 13 e 14: Local que os moradores do conjunto habitacional Floresta consideram como área de lazer.....	64
Figura 15: Escadão - Escada hidráulica, muito utilizada, de forma improvisada, para acesso ao bairro Santa Clara pelos moradores do conjunto habitacional César Santana Filho	72
Figura 16: Animais nas residências e proximidades das residências.....	76
Figura 17: Pichações em casa do conjunto César Santana Filho.....	82
Figura 18: Casa depredada no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso	82
Figura 19: Muro e portões em casa do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso.....	85
Figura 20: Casa com muro, portão e grades na porta e janelas, no conjunto habitacional César Santana Filho.....	86
Figura 21: Trecho da via de ligação entre os conjuntos César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, sem conservação e sem iluminação.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentual de entrevistados, por sexo e intervalos de idade, nos conjuntos habitacionais pesquisados.....	42
Tabela 2: Escolaridade dos moradores (entrevistados e familiares) nos conjuntos habitacionais.....	43
Tabela 3: Percentagem de residentes (entrevistados e familiares) que não estudam atualmente, nos conjuntos habitacionais pesquisados.....	44
Tabela 4: Número de residentes por domicílio e cor dos entrevistados nos conjuntos habitacionais pesquisados.....	46
Tabela 5: Percepção dos entrevistados em relação aos serviços, equipamentos e infraestrutura urbana, por conjunto habitacional	52
Tabela 6: Locais onde os entrevistados fazem compras, por conjunto habitacional estudado. Viçosa, MG	55
Tabela 7: Percepção dos entrevistados sobre os problemas relacionados à telefonia fixa nos conjuntos habitacionais.....	58
Tabela 8: Percepção dos entrevistados sobre os problemas relacionados à telefonia celular nos conjuntos habitacionais.....	59
Tabela 9: Percepção dos entrevistados sobre os problemas relacionados à internet nos conjuntos habitacionais.....	60
Tabela 10: Percepção dos entrevistados em relação à área de lazer nos conjuntos habitacionais.....	61
Tabela 11: Uso do transporte coletivo nos conjuntos habitacionais pesquisados.....	67
Tabela 12: Formas de locomoção dos entrevistados nos conjuntos habitacionais, pela amostra integral.....	68
Tabela 13: Problemas relacionados ao transporte coletivo nos conjuntos habitacionais, pela amostra integral.....	69
Tabela 14: Uso do transporte escolar público nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso.....	70
Tabela 15: O transporte escolar público e os problemas detectados pelos usuários nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso.....	71
Tabela 16: Percepção dos entrevistados em relação à mobilidade nos conjuntos habitacionais.....	73

Tabela 17: Média da percepção dos entrevistados quanto aos problemas detectados nas relações entre vizinhos, pela amostra integral.....	74
Tabela 18: Percepção dos entrevistados em relação a já ter sofrido ou presenciado algum tipo de violência no conjunto habitacional.....	77
Tabela 19: Percepção dos entrevistados em relação à violência, por conjunto habitacional e pela amostra integral.....	78
Tabela 20: Percepção de risco dos entrevistados, de ser roubado ou ameaçado e sofrer agressão física no conjunto, nas imediações do conjunto e na cidade.....	83
Tabela 21: Percepção dos entrevistados quanto ao relacionamento com os vizinhos nos conjuntos habitacionais.....	91
Tabela 22: Percepção dos entrevistados em relação à disposição dos vizinhos em oferecer ajuda em caso de necessidade, por conjunto habitacional	94
Tabela 23: Percepção dos entrevistados em relação a quem recorreria para deixar o(a) filho(a), empréstimo de alimentos ou de veículos.....	95
Tabela 24: Percepção dos entrevistados em relação à confiança nos vizinhos, por conjunto habitacional	97
Tabela 25: Percepção dos entrevistados em relação à mobilização dos moradores, por conjunto habitacional.....	98
Tabela 26: Percepção dos entrevistados em relação à pergunta: no conjunto onde reside, se sente vivendo entre “iguais”?.....	101
Tabela 27: Percepção dos entrevistados em relação à discriminação por morar em conjunto habitacional do PMCMV.....	102
Tabela 28: Percepção dos entrevistados em relação à inserção no mercado de trabalho influenciada pelo fato de morar em conjunto habitacional do PMCMV....	103
Tabela 29: Percepção dos entrevistados em relação ao que mais influencia na inserção no mercado de trabalho, por conjunto habitacional.....	104
Tabela 30: Tipo, localização e frequência de atividades públicas de lazer dos moradores dos conjuntos habitacionais.....	111
Tabela 31: Média de horas em atividades privadas dos entrevistados, pela amostra integral.....	112
Tabela 32: Percepção dos entrevistados em relação à localização dos conjuntos habitacionais.....	117
Tabela 33: Percepção dos entrevistados em relação a se mudar do imóvel onde reside, por conjunto habitacional.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características gerais da infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais pesquisados.....	49
--	----

RESUMO

SOUZA, Nilo Sérgio de. M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2015. **As sociabilidades possíveis em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): o caso de Viçosa – MG.** Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto. Coorientadoras: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Aline Werneck Barbosa de Carvalho

Este estudo propôs analisar a sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais Benjamim José Cardoso, César Santana Filho e Floresta, implantados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em Viçosa, MG, direcionados às famílias com renda de até três salários mínimos. Esta temática perpassa as discussões relativas à lógica das configurações sociais e das relações que se estabelecem no espaço urbano composto pelos beneficiários do PMCMV. Esta pesquisa descritiva e de natureza mista, utilizou dados primários obtidos mediante a aplicação de 125 entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de analisar as experiências de sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais inseridos em um contexto de segregação socioespacial e de diferenças identitárias. Os resultados revelaram que essas diferenças, presentes no novo contexto de moradia, impõem limites à sociabilidade que se estabelecem nesses espaços. Além disso, as famílias beneficiárias do PMCMV, alocadas, geralmente, em áreas periféricas da cidade e desprovidas de infraestrutura, têm sua sociabilidade restringida pela precariedade dos serviços e equipamentos urbanos disponíveis nesses espaços. Neste contexto, foram analisados os seguintes itens da infraestrutura urbana: transporte, comércio, segurança, educação, saúde, lazer, comunicação, fornecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo e, excetuando-se os quatro últimos, todos interferiram negativamente na sociabilidade dos moradores. A questão da mobilidade foi analisada por meio de seus principais vetores: transporte coletivo e transporte escolar público, revelando-se ineficiente, não se comportando como facilitadora de uma maior sociabilidade dos moradores. A partir das condições locais, buscou-se também dimensionar a sua influência na percepção de risco dos moradores. Esta percepção é maior nas imediações dos conjuntos e está associada às más condições das suas vias de acesso. Procurou-se também analisar a questão da estigmatização, constatando que, embora baixas, as médias de percepção da estigmatização por morar em conjuntos habitacionais, é bastante significativa em todos os conjuntos habitacionais. Entretanto, a estigmatização

não se caracteriza como elemento que vá provocar um certo “enclausuramento” dos moradores. Analisou-se a participação dos entrevistados em atividades de lazer no âmbito público e privado e suas respectivas frequências, uma vez que o lazer é fator de desenvolvimento da sociabilidade. Neste contexto, observou-se que os moradores têm pouca inserção em atividades de lazer no âmbito público, permanecendo maior tempo em casa, com médias elevadas de horas diárias assistindo televisão, em detrimento de outras atividades. Foram analisadas, ainda, a questão da confiança e da prestatividade entre os vizinhos, para cujas variáveis, as médias mostraram-se significativas. Embora tenha sido constatado também que são poucas as interações cotidianas, apontando para um certo distanciamento e uma certa superficialidade nas relações. O comportamento dos entrevistados em relação ao outro, à casa e ao conjunto habitacional também foi analisado por meio da sensação de pertencer ao grupo social estudado. Apesar da satisfação ao ter adquirido o imóvel, há um maior nível de sociabilidade no contexto anterior de moradia. A localização e as dificuldades de acesso aos serviços podem estar influenciando os moradores a se mudarem dos conjuntos habitacionais pesquisados. Em uma análise do tempo de moradia, observou-se que o número de beneficiários iniciais vem se reduzindo. Em todos os aspectos analisados foram detectadas, em maior ou menor grau, restrições à sociabilidade do grupo. Esta sociabilidade é perpassada por situações que denotam distanciamentos e aproximações, permitindo constatar que esta não se desenvolve de forma unívoca; ela vai se modelando pela conduta dos moradores, que são influenciadas, especialmente, pelo contexto da segregação socioespacial em que vivem nos conjuntos habitacionais pesquisados.

ABSTRACT

SOUZA, Nilo Sérgio de. M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2015. **Possible sociability in housing projects of the Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): the case of Viçosa – MG.** Advisor: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-advisor: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Aline Werneck Barbosa de Carvalho

This study aimed to analyze sociability among the inhabitants of the housing projects Benjamin José Cardoso, César Santana Filho and Floresta, implanted under the government program Programa Minha, Casa Minha Vida (PMCMV) in Viçosa, MG, for families with incomes of up to three minimum wages. This issue deals with the logic of social arrangements and relationships established in the urban area comprising the beneficiaries of PMCMV. This descriptive and mixed research used primary data obtained from 125 semi-structured interviews. The study aimed to analyze the sociability experiences of residents of housing projects within a context of socio-spatial segregation and identity differences. The results showed that these differences found in the new housing context hinders sociability in such places. In addition, the families benefited by the PMCMV, usually allocated in peripheral areas of the city and devoid of infrastructure, face restrictions to their sociability due to the precarious urban services and facilities provided in these places. Therefore, the following components of urban infrastructure were analyzed: transport, trade, security, education, health, leisure, communication, water supply, electricity, sewage and garbage collection. Excepting the last four items, all of them affected negatively the sociability of the residents. Mobility was analyzed through its main vectors: public transportation and public school transportation, which proved inefficient and unable to facilitate greater sociability among the residents. Considering the local conditions, we also sought to assess their impact on the risk perception of residents. This perception is greater in the vicinity of the housing projects and is associated to the poor conditions of the roads leading to the projects. Stigmatization was also investigated and it was observed that, although low, the average perception of stigma for living in housing projects is quite significant in all housing projects. However, stigma is not characterized as an element that may cause the "seclusion" of residents. It was investigated the participation of respondents in leisure activities in public and private environments, and how often they occurred, since leisure is a factor of sociability development. In this context, it was observed that the residents have little participation in public leisure activities. They remain most of their time at

home, with high average of daily hours watching television, at the expense of other activities. Analyses were also conducted on trust and helpfulness among neighbors, and the variable averages were significant. However, it has also been observed very few everyday interactions, which points to a certain distance and superficiality in relationships. The behavior of respondents in relation to each other, to the house and housing project was also analyzed considering the sense of belonging to the social group studied. Despite their satisfaction for owning a property, respondents reported a higher level of sociability enjoyed in the previous housing context. The location and difficulties of access to services may be leading residents to leave the housing projects searched. An analysis of the residence time showed that the initial number of recipients has been decreasing over time. Restrictions to group sociability were found in all aspects analyzed, to a greater or lesser extent. Such sociability comprises situations that denote distance and approximation, which reveals that it does not develop evenly. Sociability is being framed by the behavior of the residents, who are mainly affected by the socio-segregation environment where they live, in the housing projects surveyed.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e justificativa do problema de pesquisa

Este trabalho apresenta o estudo sobre a sociabilidade que se estabelece entre os moradores nos conjuntos habitacionais Benjamim José Cardoso, César Santana Filho (Sol Nascente) e Floresta, implantados no âmbito do Programa Minha, Casa Minha Vida (PMCMV), em Viçosa, MG, direcionados às famílias com renda máxima de três salários mínimos.

O tema em questão perpassa as discussões relativas à lógica das configurações sociais e das relações que se estabelecem no espaço urbano composto pelos beneficiários do PMCMV, relativamente às famílias com renda compreendida entre zero e três salários mínimos. Em princípio, esse contexto aponta para as categorias relativas à cidade e às formas de sociabilidades nela estabelecidas. Nessa perspectiva temática, este estudo pretendeu analisar como as configurações espaciais e as transformações por que passam as cidades acarretam alterações na vida social de seus habitantes. Alterações estas que vão dimensionando as formas de interações existentes ou criando outras, por meio de uma relação direta entre o indivíduo e o espaço. Pode-se dizer que essa dinâmica produz novos espaços e novas formas de sociabilidade entre e para os cidadãos.

Os assentamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), campo empírico deste estudo, reúnem famílias de diferentes origens¹, vindas de áreas rurais ou urbanas; famílias que pagavam aluguel, passando por diversos bairros da cidade, moradores de outras áreas periféricas, famílias que vivenciaram situações de ocupações irregulares ou ilegais, antigos proprietários de casas condenadas pela Defesa Civil, dentre outras origens e, ou, situações habitacionais. Esses dados permitem dizer que, apesar de as famílias estarem no mesmo estrato de renda, possíveis diferenças culturais e identitárias podem estar presentes no novo contexto de moradia, podendo impor

¹ O estudo de Guimarães (2013) apontou que a maioria dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados é oriunda dos bairros Nova Viçosa, Santa Clara, Morro do Escorpião, João Braz, Sagrada Família, São José do Triunfo, dentre outros, caracterizados, de acordo com Cruz (2012), como bairros em que ocorrem os maiores problemas sociais e que apresentam as menores rendas anuais do município de Viçosa, quando comparados com outros bairros da cidade. Ainda, de acordo com Guimarães (2013), do total de beneficiários no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, 10% dos moradores vieram de zona rural, 26,66% já moravam na região de implantação do conjunto e 63,34% são provenientes de outros bairros e outras regiões. No conjunto habitacional César Santana Filho, 7,14% vêm de zona rural; 21,44% já residiam no bairro; e 71,42% são provenientes de outros bairros; enquanto no conjunto habitacional Floresta, 16,67% são beneficiários que já moravam em bairros nas imediações do conjunto; e 83,33% vieram de outros bairros da cidade.

limites à sociabilidade que se estabelece nesses espaços; ou seja, a heterogeneidade do grupo e as diferentes formas de desenraizamento a ele ligadas podem trazer diferentes formas de “desencaixes”. Este conceito foi usado por Giddens (1991) ao analisar as transformações nas relações sociais no contexto da modernidade contemporânea. O autor procurou mostrar que as transformações nas relações sociais na contemporaneidade estão associadas ao advento da modernidade. Apresenta o “desencaixe” como sendo o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espço” (GIDDENS, 1991, p. 24).

Acredita-se que poderia haver um deslocamento das relações sociais dos residentes dos conjuntos habitacionais, a partir da sua mudança para essas áreas. Pressupõe-se que as interações cotidianas anteriores são perdidas em sua maioria, tornando o novo ambiente um local de reestruturação das relações, por meio das novas interações que passam a se estabelecer. No contexto de situações de “desencaixe”, poderão se tornar explícitas as diferenças ou explícitos os parâmetros pelos quais as pessoas são categorizadas, podendo, assim, criar um certo distanciamento entre os moradores, no âmbito dos conjuntos habitacionais pesquisados. No contexto dos assentamentos, moradores oriundos de diferentes origens podem trazer consigo diferentes hábitos que podem não se situar, dentro dos parâmetros de comportamento dos outros moradores, como, por exemplo, costumes frequentemente associados às populações das áreas rurais – criação de animais para consumo familiar, manutenção de horta nas proximidades das casas, dentre outras – podem entrar em conflito com as populações originárias das zonas urbanas. Em bairros do entorno, os moradores podem, por serem beneficiários de uma política pública em que o nível de renda é preestabelecido e conhecido, ser diferenciados e até estigmatizados pelas condições de vida sob a influência deste estrato de renda. Nas áreas mais centrais da cidade, onde a vida social é pautada por regras criadas pelos grupos e que acabam por orientar a vida cotidiana em torno de alguns atributos, também pode ocorrer a estigmatização ao terem que identificar seu endereço, já que o endereço carrega consigo a simbologia da segregação. Esta situação pode ocorrer nas compras realizadas em supermercados ou lojas que fazem entrega em domicílio, ou ainda para uso de transporte via táxi, por exemplo, onde, em ambas as situações, o endereço é informado a priori. Essas diversas situações deixam perceber que relações conflituosas podem se estabelecer, ou mesmo se intensificarem, em virtude das diferentes concepções e expectativas em relação ao

outro, às diferentes visões de mundo dos atores sociais, da significação que é dada ao espaço público e da forma como expressam a afetividade no ambiente privado.

De outro lado, processos de segregação socioespacial nas cidades brasileiras podem ser considerados, além de restrição de acesso ao espaço urbano e aos seus serviços, como barreiras a uma sociabilidade mais ampla. Por exemplo, o PMCMV vem sofrendo muitas críticas de estudiosos das políticas urbanas e habitacionais, pelo fato de seus empreendimentos serem frequentemente localizados em áreas inadequadas, carentes de equipamentos urbanos², o que, por sua vez, entre outras consequências, incide na mobilidade dos moradores, contribuindo para o seu isolamento socioespacial. Esses aspectos vêm sendo relacionados às forças que atuaram e que continuam atuando na dinâmica de construção do espaço urbano, não somente nas metrópoles, como também em pequenos municípios, a exemplo de Viçosa, o que reverbera na vivência de seus habitantes. Assim, acredita-se que a implementação dos conjuntos habitacionais pelo PMCMV e a falta de infraestrutura a eles associada, pode levar a um isolamento dos seus moradores, restringindo as formas de sociabilidade mais amplas. A própria forma como essas políticas habitacionais são planejadas e executadas pode impor limites à sociabilidade dos moradores.

Neste contexto, tem-se como pressuposto que a precariedade e, ou, a ausência de infraestrutura e serviços públicos (iluminação, pavimentação adequada das estradas de acesso, segurança, transporte coletivo e escolar público, educação e saúde, dentre outros) e serviços privados (comércio em maior número e diversificação) podem se colocar como barreiras a uma sociabilidade mais ampla dos moradores. Concretamente, essas situações podem se efetivar em inúmeras situações que vão desde a precariedade no transporte urbano (pouco eficiente e de baixa qualidade) e a deficiência no acesso a essas áreas (ausência ou precariedade na pavimentação das vias de acesso³, ausência ou precariedade da iluminação), podendo levar a que os moradores tenham dificuldades para acessar a cidade para a realização de diversas necessidades. Por outro lado,

² Equipamento urbano, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 9284), é um termo que designa todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinado à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. Segundo a Lei nº 6.766/79, consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

³ Em épocas de chuvas, a falta de pavimentação das vias de acesso aos conjuntos pode agravar as dificuldades para acessar à cidade. Este aspecto, especialmente para os residentes dos conjuntos habitacionais que trabalham ou estudam em horários diferentes que aqueles atendidos pelo transporte coletivo, pode ser um impedimento à manutenção do estudo ou do emprego.

frequentemente, esses conjuntos têm se localizado em áreas desprovidas dos serviços e equipamentos públicos e, ou, privados (ausência ou precariedade de serviços de saúde, educação, lazer, segurança, etc.), levando seus moradores a buscarem esses serviços/equipamentos fora dos conjuntos ou a conviverem com essas ausências.

Segundo Caldeira (1984), vida cotidiana, sociabilidade e periferia emergem como dimensões interdependentes e indissociáveis, não entendendo periferia somente como lugar distante do centro da cidade, mas, também, onde há precariedade de recursos e, portanto, onde reside a população mais pobre, o que, em outras palavras, significa deficiência no transporte, nos serviços públicos e na infraestrutura. Esses, geralmente, são lugares de difícil acesso, situando-se em área insalubre ou de topografia desfavorável. Aprofundando essa discussão, a autora relaciona a segregação socioespacial à estigmatização. Segundo ela, esses fenômenos encontram-se presentes na sociedade urbana atual, gerados pelas diferenças socioeconômicas e estão associados à criação de um imaginário de medo e insegurança. Como consequência, esse imaginário tende a levar à formação de estereótipos sobre o crime e o criminoso, e podem estigmatizar grupos inteiros.

Dentro dessas discussões, o presente estudo analisou como o espaço social nos conjuntos habitacionais estudados, com deficiência no acesso aos equipamentos urbanos e impondo processos de segregação socioespacial, interfere nas relações sociais e, conseqüentemente, na sociabilidade dos seus moradores. Nesse sentido, o trabalho se estruturou conforme descrito a seguir. O primeiro capítulo deste estudo traz a Introdução, fazendo referência inicial ao tema da sociabilidade, seguido da contextualização do problema e sua delimitação. O capítulo traz, ainda, além do objetivo geral, os objetivos específicos e as hipóteses formuladas, que serão testadas no decorrer deste estudo.

O segundo capítulo traz a abordagem metodológica, contendo a classificação e a natureza da pesquisa, o local onde foi realizada, a descrição do campo empírico, no caso, os conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, a população e a amostra, os métodos e as técnicas utilizados, a forma como os dados foram analisados e as considerações éticas.

O terceiro capítulo, denominado Sociabilidade: discutindo os aspectos teóricos, faz referência à forma como a sociabilidade é abordada por diversos autores, partindo de Georg Simmel, primeiro autor a abordar o tema, passando por outros mais modernos, como Zygmunt Bauman, Richard Sennett, Anthony Giddens, dentre outros. O capítulo

subdivide-se em: Sociabilidade no contexto da Escola de Chicago: as perspectivas de Simmel e de Park, que evidencia as ideias de Georg Simmel (1979), evidenciando a vida nas metrópoles e as consequências psicológicas dessa vivência para o cidadão e também as ideias de Robert Park, que analisou a distribuição espacial dos grupos urbanos, sob uma perspectiva ecológica, além de tratar de forma concreta a sociabilidade urbana. Outro subitem refere-se à sociabilidade no contexto da modernidade, trazendo as ideias de diversos autores, dentre esses, destaca-se Giddens (1991), que trata as relações na modernidade, levando ao “desencaixe”, que são os deslocamentos das relações sociais de contextos locais, processo em que se enquadram os moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados. Destaca-se, também, Bauman (1999), apresentando aspectos relacionados à globalização e à modernidade líquida, onde as relações entre as pessoas tornam-se fluídas e inconstantes. No subitem seguinte denominado: A sociabilidade no contexto das cidades capitalistas, é feita uma leitura, através da visão de diversos autores, sobre a segregação socioespacial e seus efeitos no cotidiano das pessoas que vivem nesse tipo de ambiente.

O quarto capítulo, denominado Infraestrutura e sociabilidade: a realidade das famílias e dos conjuntos habitacionais do PMCMV em Viçosa, subdivide-se em: Caracterização socioeconômica e demográfica do grupo estudado; neste subitem, é feita uma descrição dos aspectos relacionados às características demográficas e socioeconômicas dos 125 entrevistados nos três conjuntos habitacionais pesquisados. O subitem que se segue faz uma caracterização sintetizada da infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais do PMCMV em Viçosa. O próximo subitem é denominado: A percepção da infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais do PMCMV em Viçosa: fator restritivo à sociabilidade? Neste subitem, buscou-se analisar a percepção dos entrevistados em relação aos diversos serviços que estão relacionados à infraestrutura urbana, procurando-se dimensionar a influência desta percepção sobre a sociabilidade dos moradores. Em outro subitem, é tratada a questão da: mobilidade e seus efeitos na sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV em Viçosa. Neste subitem são destacadas as condições de mobilidade dos moradores, principalmente as relacionadas à utilização do transporte coletivo e do transporte escolar público. No próximo e último subitem deste capítulo, analisou-se o risco de ser vítima de violência na perspectiva dos entrevistados, tendo sido analisada esta percepção e seus desdobramentos em termos de possibilidades de realização de uma sociabilidade mais ampla, pelos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados.

O capítulo cinco é denominado: A sociabilidade nos conjuntos habitacionais do PMCMV: limites e possibilidades a uma sociabilidade mais ampla. No primeiro subitem: Demarcando a sociabilidade entre os moradores, buscou-se analisar a percepção dos entrevistados em relação às possíveis ‘incivildades’ que poderiam influenciar as formas de interação presentes entre os moradores. Em seguida, tem-se o subitem: Os conjuntos habitacionais: sociabilidades caracterizadas pelo estigma? Onde procurou-se analisar a estigmatização que surge das diferenças socioeconômicas, demarcando a sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados. No subitem seguinte: Demarcando as atividades de lazer dos moradores, analisou-se a participação dos entrevistados em possíveis atividades de lazer e suas respectivas frequências, uma vez que o lazer pode ser fator de desenvolvimento da sociabilidade. No último subitem do capítulo cinco, denominado: O sentimento de pertencimento aos locais de moradia; pretendeu-se perceber, pelas respostas aos questionamentos, como os moradores se comportam em relação ao outro, à moradia e ao conjunto habitacional. Analisou-se, também, a percepção dos entrevistados em relação às situações que podem se caracterizar como restritivas da sociabilidade e da sensação de pertencer a um grupo social; neste caso, o grupo social pesquisado.

No capítulo seis é apresentada a conclusão, relatando os resultados e respondendo aos objetivos inicialmente propostos.

Finalmente, cabe aqui ressaltar os aspectos relevantes dessa pesquisa. Acredita-se que esse estudo é socialmente relevante dada a necessidade de investigações que busquem constatar as consequências da expansão e do adensamento de áreas intraurbanas e da segregação socioespacial da população de baixa renda. E, particularmente em termos dos problemas na mobilidade urbana e no isolamento urbano, vivenciados pelos participantes do PMCMV, advindos da precariedade do acesso aos espaços coletivos, públicos e semipúblicos e aos equipamentos urbanos. Essa pesquisa pode, por outro lado, levar à reflexão sobre a necessidade de se pensar as políticas habitacionais a partir da inserção social, econômica e cultural da população beneficiada.

Ressalta-se, ainda, a relevância do tema para um melhor entendimento de como a segregação socioespacial pode interferir nas possibilidades de estabelecimento de formas de sociabilidade entre moradores dos conjuntos habitacionais estudados. Uma sociabilidade mais ampla pode ser traduzida em sentimento de pertencimento e satisfação com a nova habitação. Para Giddens (1991), a amizade, com frequência, se

constitui em um sistema de “reencaixe” e a confiança pessoal nos outros, um meio fundamental por onde as relações sociais são estabelecidas. Por outro lado, uma sociabilidade incipiente, pode fazer com que as relações entre os moradores se deteriorem e que a desconfiança, a insegurança e o medo levem à insustentabilidade do empreendimento.

A relevância científica se dá pela importância de analisar o PMCMV no município de Viçosa, para além da produção de casas, sob a ótica da sociabilidade, que é possível aos moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta. Considera-se cientificamente relevante estudar quais elementos afetam e de que forma afetam a sociabilidade dos moradores desses conjuntos habitacionais.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Analisar a sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em Viçosa, MG, no âmbito do espaço urbano (do conjunto habitacional, do bairro e da cidade).

1.2.2 Específicos

- Caracterizar a realidade socioeconômica e demográfica das famílias.
- Caracterizar a infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais do PMCMV, procurando estabelecer correlações dessa realidade percebida pelos entrevistados, com as formas de sociabilidade que perpassam a vivência dos moradores nesses conjuntos habitacionais.
- Analisar a sociabilidade a partir das formas de integração e conflitos existentes, da questão do estigma e das práticas de lazer do grupo de moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV, em Viçosa.
- Analisar a sociabilidade dos moradores a partir do vínculo estabelecido com a moradia e com o lugar, bem como o sentimento de pertencimento manifestado em relação ao conjunto habitacional em que residem.

1.3 Hipóteses

1. O “Campo de Sociabilidade” dos moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV se restringe em um contexto de segregação socioespacial, pela precariedade associada aos serviços e à infraestrutura disponíveis.
2. Os vínculos sociais estabelecidos pelos moradores dos conjuntos habitacionais se estabelecem, sobretudo, entre “pobres” e em espaços segregados.
3. A sociabilidade no novo ambiente de moradia é marcada por contatos restritos entre os moradores, sendo inexpressivas as formas coletivas de organização do grupo.
4. A sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais está relacionada aos processos de estigmatização que, por sua vez, a restringe em função do lugar social que a condição de morador de conjunto habitacional do PMCMV lhe confere.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

2.1 Classificação e natureza da pesquisa

A presente pesquisa foi classificada como sendo de natureza descritiva, uma vez que tem a finalidade de descrever as experiências de sociabilidade das famílias beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos empreendimentos implantados em Viçosa, MG. Neste caso, descrever significa identificar, relatar e comparar. De acordo com Andrade (2002), a pesquisa descritiva tem a preocupação de observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem que haja a interferência do pesquisador sobre eles. Desta forma, o que se pretendeu analisar nesta pesquisa, foi como o acesso aos espaços e aos serviços urbanos, que estão diretamente associados à mobilidade urbana, favorecem ou não a sociabilidade dos moradores. Para Gil (2008), pesquisas descritivas objetivam descrever as características de uma população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis, o que se enquadra âmbito do presente estudo.

Para a consecução deste estudo optou-se pelas abordagens quantitativa e qualitativa, possibilitando, assim, a obtenção de variáveis que pudessem ser mensuradas estatisticamente e que também revelassem as percepções dos moradores através de sua expressão oral. A observação do pesquisador também se fez importante em relação aos aspectos que pudessem ser analisados de forma flexibilizada e norteadora, em um contexto de complementaridade dos dados.

Os métodos qualitativos e quantitativos são, em última análise, métodos para garantir a apresentação de uma amostra adequada. Ambos constituem tentativas para projetar um conjunto finito de informação para uma população mais ampla: uma população de indivíduos no caso do típico inquérito quantitativo, ou uma coleção de observações na análise qualitativa. [...]. O objetivo em qualquer análise é adequar a técnica à inferência, a afirmação à comprovação. As questões que se colocam a um investigador são sempre: Que questões merecem ser levantadas nesta situação? Que dados poderão lançar luz sobre estas questões? E que métodos analíticos poderão garantir afirmações, baseadas em dados, sobre aquelas questões? Responder a estas questões é uma tarefa que envolve necessariamente uma profunda compreensão das potencialidades e limites de uma variedade de técnicas quantitativas e qualitativas (SHAFFER; SERLIN (2004) *apud* MORAIS; NEVES, 2007, p. 77).

Nesta pesquisa foram utilizados dados primários, obtidos, principalmente, por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado (Apêndice 1), além de observação não participante e fotografias. A coleta de dados pautou-se, inicialmente, pela realização de uma fase exploratória, cuja intenção foi a de conhecer algumas características da

população pesquisada, a localização dos conjuntos habitacionais e estabelecer alguns contatos superficiais e aleatórios. A inserção gradativa nos conjuntos habitacionais fez com que tornasse menor a sensação de estranhamento entre a população pesquisada e o pesquisador. Foram detectadas, ainda, facilidades e resistências quanto à aceitação da participação na pesquisa e os melhores dias e horários para aplicação das entrevistas. Segundo Caldeira (1984), trabalha-se com as informações obtidas por meio das conversas com os moradores, com as impressões registradas, embora sempre tendo em mente que o pesquisador não passa de um “outro”, um alguém “de fora” e que eles têm plena consciência desta diferença.

A utilização da técnica de entrevista com roteiro semiestruturado se deu pela forma com que sua condução possibilitava uma tentativa de controle de algumas fontes de distorções relacionadas à comunicação entre o entrevistador e entrevistado. Conforme pode ser observado nas palavras de Thiollent (1980):

O relacionamento investigador/investigado deve ser visto como comunicação de informação num determinado espaço sociopolítico configurado em formas que variam segundo as populações, os problemas investigados, sua relação com o poder e os interesses que estão em jogo. Neste contexto, mais do que a precisão de qualquer tipo de medição, o que importa é a pertinência das questões e das respostas formuladas na interação entre os dois polos (THIOLLENT, 1980, p. 23).

Durante as entrevistas procurou-se uma integração pesquisador/pesquisado, observando-se não somente o conteúdo das falas, mas incorporando também aspectos não verbais, como pausas, expressões faciais, risos, etc., que, apesar de não possibilitarem a formação de uma resposta sobre questões levantadas naquele momento, revelaram-se importantes como maneiras de interação entre o entrevistador e o entrevistado. Para Corraze (1982), respondemos aos gestos segundo um código elaborado e secreto, que não é definido, mas que é compreendido por todos.

Nesta perspectiva, as entrevistas com roteiro semiestruturado puderam revelar aspectos relacionados às percepções individuais do entrevistado, permitindo a elaboração de um quadro bastante próximo da realidade vivida e da sociabilidade que é possível aos moradores dos conjuntos habitacionais atualmente implantados em Viçosa, no âmbito do PMCMV, para famílias com renda até três salários mínimos. A unidade de análise neste estudo é a sociabilidade que se estabelece no contexto das relações entre os moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, influenciada por diferenças identitárias e pela segregação socioespacial.

2.2 Local da pesquisa

Este estudo foi realizado durante o ano de 2014, em Viçosa, cidade da Zona da Mata de Minas Gerais, possuindo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), um total de 72.220 habitantes, sendo 56.445 residentes em área urbana, o que representa 78,17% da população e 4.915 residentes em área rural, representando 6,81% da população.

Na Figura 1, abaixo, tem-se a localização do município de Viçosa no Estado de Minas Gerais.

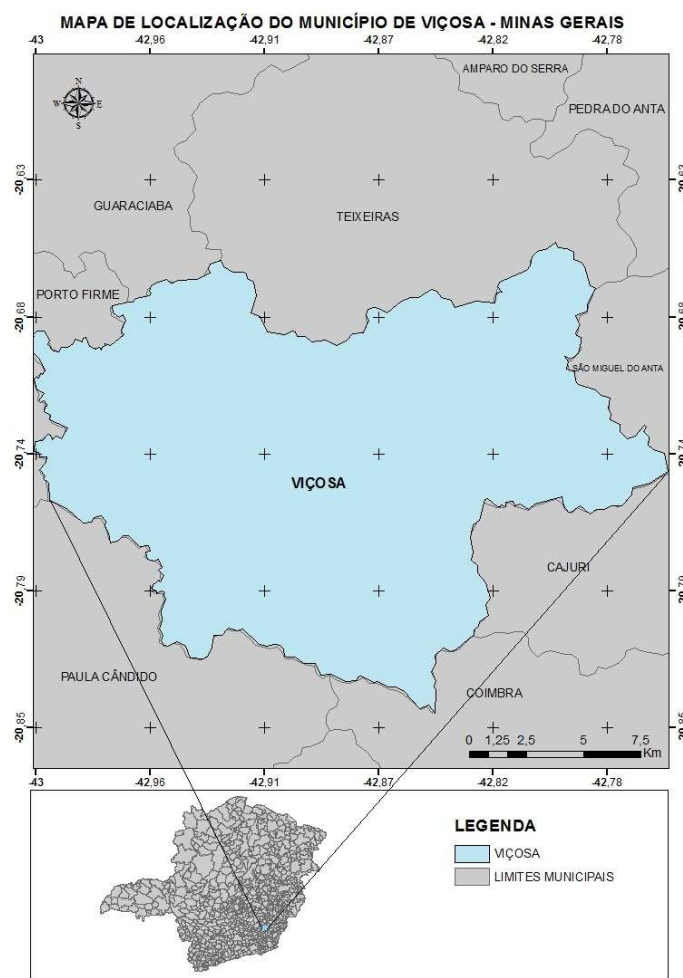


Figura 1 – Mapa de localização do município de Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

2.3 Descrição do campo empírico

Como campo empírico deste estudo, tem-se os três conjuntos habitacionais implantados em Viçosa no âmbito do PMCMV: César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, destinados a aquisição por famílias com rendimento de até três salários mínimos. Os dois primeiros localizam-se no bairro São Francisco de Assis, localidade rural anteriormente denominada de “Coelhas”. Estes dois conjuntos habitacionais são compostos por casas e estão bastante próximos um do outro, enquanto o conjunto Floresta encontra-se na porção leste da cidade, entre os bairros Boa Vista e Vau-Açu, conforme pode-se observar na Figura 2.

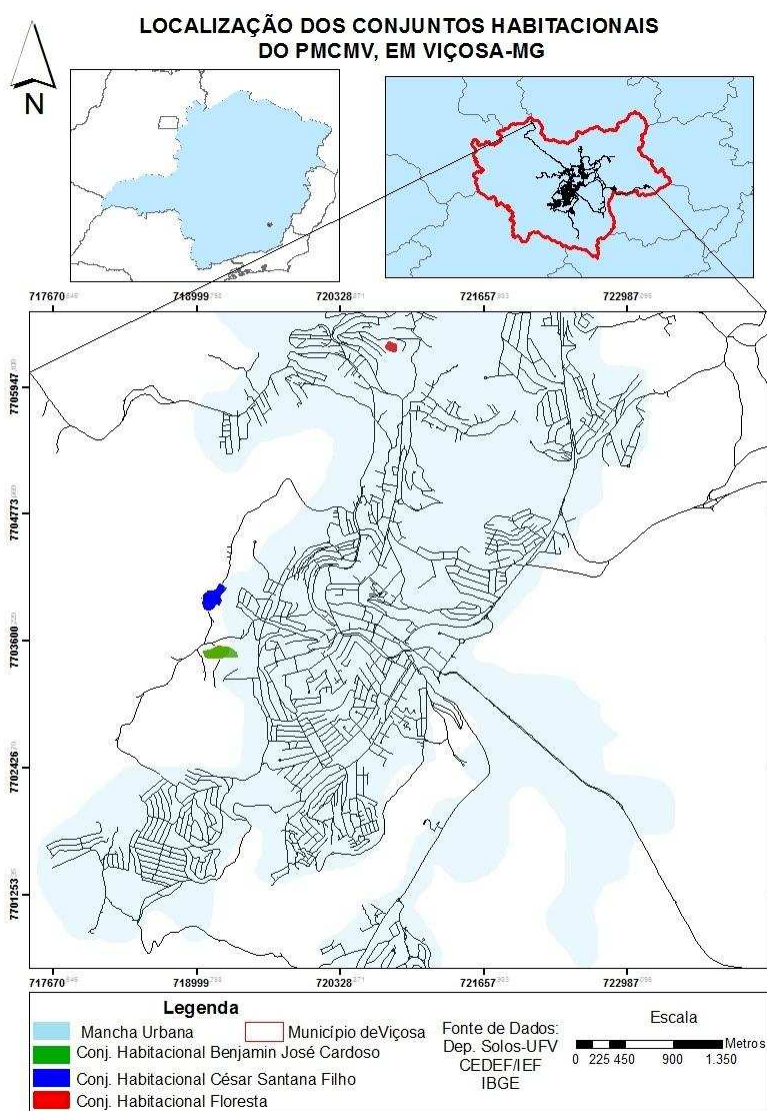


Figura 2 – Localização dos conjuntos habitacionais do PMCMV. Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

2.3.1 Conjunto habitacional César Santana Filho (Sol Nascente)

O conjunto habitacional César Santana Filho (Figura 3), também conhecido como “Sol Nascente”, é composto por 123 casas, que foram entregues aos beneficiários em 5 de julho de 2012. Está localizado no Bairro São Francisco de Assis e mantém proximidade com o conjunto habitacional Benjamim José Cardoso. Conforme poderá ser visto a seguir, esta proximidade faz com que se mantenha certa similaridade em relação aos problemas relacionados ao acesso à infraestrutura urbana.



Figura 3 – Conjunto habitacional César Santana Filho, Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

2.3.2 Conjunto habitacional Benjamim José Cardoso

O conjunto habitacional Benjamim José Cardoso (Figura 4) é composto por 132 casas, que foram entregues aos beneficiários em 16 de setembro de 2011, localizando-se também no Bairro São Francisco de Assis. Conforme apontou Guimarães (2013)⁴, um dos grandes problemas deste conjunto e também do conjunto César Santana Filho relaciona-se ao isolamento que se dá em relação ao centro da cidade de Viçosa,

⁴ Vide trabalho: GUIMARÃES, E. A. O processo de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida para a população de baixa renda: o caso de Viçosa, MG. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

onde está concentrada toda infraestrutura de bens, serviços e equipamentos urbanos, em contraponto à precariedade ou ausência dessa infraestrutura na área dos conjuntos, bem como a localização dos mesmos em área de difícil acesso. Conforme pode ser observado nas Figuras 3, 4 e 5, há uma barreira física que separa os conjuntos habitacionais da cidade. Esta barreira natural compreende um morro que representa um desnível de aproximadamente 100 metros entre o bairro Santa Clara e esses conjuntos. Desta forma, para o acesso ao centro da cidade, é preciso superar vias com aclives e declives acentuados e mal pavimentadas, sem passeio para pedestres e com trechos sem iluminação.



Figura 4 – Conjunto habitacional Benjamim José Cardoso. Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.



Figura 5 – Localização dos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, em relação à área central da cidade de Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

2.3.3 Conjunto habitacional Floresta

O conjunto habitacional Floresta é composto de 80 apartamentos, distribuídos em cinco blocos de quatro andares, com quatro apartamentos por andar, que foram entregues aos beneficiários em 30 de março de 2012.



Figura 6 – Conjunto habitacional Floresta. Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Este conjunto localiza-se a uma distância de aproximadamente 5 km do centro da cidade de Viçosa, conforme pode ser observado na Figura 2. Apresenta dificuldade de acesso, principalmente pelo bairro Vau-Açu, por estar localizado em um platô com um desnível de aproximadamente 100 metros em relação ao bairro Vau-Açu, conforme perspectiva da Figura 7, com vias íngremes e mal pavimentadas.

Atualmente, o local apresenta melhorias em virtude das novas construções nas imediações, inclusive de outros conjuntos de apartamentos de maior valor que os deste conjunto. Durante a aplicação das entrevistas, os moradores deste conjunto já eram atendidos por linha de telefonia fixa.



Figura 7 – Localização do conjunto habitacional Floresta, em relação ao Bairro Vau-Açu. Viçosa, MG.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

2.4 População e amostra

A pesquisa foi realizada nos três empreendimentos do PMCMV, atualmente implantados em Viçosa, destinada à faixa da população com rendimentos mensais de até três salários mínimos: conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, César Santana Filho (Sol Nascente) e Floresta. A população investigada foi composta pelos integrantes das famílias moradoras nas 335 casas e apartamentos nos citados conjuntos habitacionais, tratando-se, assim, da base sobre a qual todo o trabalho de campo foi edificado. As entrevistas foram realizadas por meio de seleção das casas por escolha aleatória simples, realizando-se um sorteio pelo nome das ruas e número das casas, no caso dos conjuntos César Santana Filho e Benjamim José Cardoso e por blocos e números dos apartamentos, no caso do conjunto habitacional Floresta. Os sorteios eram feitos e os moradores dos apartamentos e casas sorteados; foram contatados pessoalmente sobre a possibilidade de participação na pesquisa. No caso da concordância em participar, verificava-se o melhor dia e horário para a realização da entrevista. Em muitos casos, os moradores se propuseram a participar no momento do primeiro contato, não havendo a necessidade de uma segunda visita à residência. Em caso de não concordância ou quando não era possível fazer contato com nenhum morador na residência, era realizado novo sorteio.

2.4.1 Cálculo amostral

Para se obter uma amostra representativa desta população mediante método probabilístico, por meio de uma escolha aleatória simples, recorreu-se à fórmula da proporção finita (BOLFARINE; BUSSAB, 2005), conforme equação a seguir:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} \times N}{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} + (N - 1)E^2}$$

em que n = tamanho amostral;

Z = valor tabelado de uma distribuição normal;

N = tamanho populacional;

E = margem de erro ou erro máximo de estimativa;

p = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria estudada;

q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria estudada

(q = 1 - p); e

α = nível de significância

Como os valores populacionais p e q são desconhecidos, substituiu-se pelos valores amostrais \hat{p} e \hat{q} . Mas, como estes também eram desconhecidos, substituiu-se \hat{p} e \hat{q} por 0,5. Para proceder ao cálculo foi utilizado o número total de moradias, nos três conjuntos habitacionais, representado na fórmula por N.

De posse desses dados foram realizados os cálculos, considerando 95% como nível de confiança, 10% como margem de erro e N igual a 335. O valor de Z é fixado em 1,96. Substituindo os valores na equação citada acima obteve-se:

$$n = \frac{(1,96)^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 335}{(1,96)^2 \times 0,5 \times 0,5 + (335-1) \times (0,10)^2} = 74,81$$

Por meio da aplicação desta fórmula encontrou-se uma amostra de 74,81, arredondada para 75, obtendo a quantidade total de entrevistas a ser aplicadas nos conjuntos habitacionais. Para o cálculo das entrevistas por conjunto, foram feitos cálculos proporcionais ao número de moradias por conjunto. Desta forma, deveriam ser feitas no conjunto habitacional César Santana Filho, 18 entrevistas; no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso 30; e no conjunto habitacional Floresta, 18. Entretanto, a boa receptividade do pesquisador pelos entrevistados, fez com que pudesse ser aplicado um número maior de entrevistas do que as quantificadas pelo cálculo

amostral. Foram aplicadas 125 entrevistas, assim distribuídas: conjunto habitacional César Santana Filho, 42 (33% do total das residências); conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, 55 (41,7% das residências); e conjunto habitacional Floresta, 28 (35% dos apartamentos). Todas as entrevistas foram devidamente avaliadas, sendo transcritas e, ou, tabuladas em programa computacional, de acordo com a natureza da informação obtida. Houve predominância de mulheres entrevistadas em decorrência da sua maior disponibilidade em participar da entrevista e também pelo fato de o PMCMV priorizá-las como beneficiárias do PMCMV. Todos os entrevistados tinham idade superior a 18 anos no momento da realização das entrevistas, não sendo necessariamente o beneficiário ou a beneficiária do PMCMV. Embora a maior parte dos entrevistados nos três conjuntos habitacionais se encontre na faixa etária entre 25 a 34 anos, esta não foi uma condição buscada a priori, em obediência à aleatoriedade da amostra. Todos os dados obtidos foram baseados na percepção dos entrevistados, motivo pelo qual detalhar a forma como foi delineada a construção da amostra torna-se essencial para reforçar a objetividade da pesquisa como também o seu desenvolvimento.

Durante as entrevistas, tentou-se manter os entrevistados à vontade para se manifestarem, buscando criar uma relação de confiança. Foi esclarecido que as informações prestadas seriam anônimas, porém alguns entrevistados preferiram dar respostas evasivas ou mesmo se calarem quando as perguntas tratavam de algum assunto considerado por eles mais delicado. No entanto, estas poucas manifestações também foram interpretadas nas análises. Apenas uma pessoa, ao ser abordada em um dos conjuntos habitacionais, recusou-se a participar da entrevista, alegando indisponibilidade de horários.

2.5 Métodos e técnicas de coleta dos dados

Para fins desta pesquisa e alcance dos objetivos aqui propostos, bem como análise das hipóteses elaboradas, foram utilizados dados primários oriundos da aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado nos domicílios que compuseram a amostra, de levantamento fotográfico e das percepções do pesquisador, constantes das anotações de campo quando da realização da observação não participante.

O roteiro das entrevistas compreendeu aspectos qualiquantitativos, sendo as respostas a esses aspectos transcritas para um questionário impresso no momento da

entrevista, que também foi gravada. Essas informações geraram dados quali-quantitativos.

A aplicação das entrevistas ocorreu de julho a agosto de 2014, tendo a observação não participante se iniciada em junho e se estendido também durante os dois meses seguintes, concomitantemente. Cada uma das 125 entrevistas foi gravada com o consentimento do entrevistado. As respostas que se referiam aos aspectos qualitativos foram transcritas e categorizadas, enquanto as respostas que se referiam aos aspectos quantitativos foram tabuladas para análise. Durante diversas inserções nos conjuntos habitacionais, foram feitas anotações no diário de campo, constituindo-se em dados importantes, que foram agregados a este trabalho de pesquisa.

Para caracterizar a infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais do PMCMV, procurando estabelecer correlações desse quadro com as formas restritas de sociabilidade estabelecidas pelos moradores, foi realizado um levantamento no âmbito dos empreendimentos, verificando-se a disponibilidade e a qualidade dos serviços urbanos, comércio, saúde, educação, lazer, dentre outros equipamentos urbanos que são acessados pelos moradores. Foram verificadas com os moradores de cada empreendimento, mediante entrevista semiestruturada, a frequência e as formas de acesso aos espaços coletivos, públicos e, ou, semipúblicos e equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais pesquisados, a fim de analisar como estas formas e frequências de acesso interferem na sociabilidade.

Para analisar a sociabilidade entre os moradores a partir das formas de integração e conflitos existentes, práticas de lazer do grupo e risco de violência buscou-se caracterizar os locais onde se desenvolvem as interações sociais entre os moradores, identificando-se as possíveis esferas de sociabilidade. As entrevistas semiestruturadas procuraram, ainda, subsídios para entender a percepção de risco dos entrevistados, de sofrer algum tipo de violência nos conjuntos habitacionais. Além disso, analisou-se a sociabilidade dos moradores a partir do vínculo estabelecido no lugar, bem como o sentimento de pertencimento manifestado em relação ao conjunto e ao local de moradia. Pretendeu-se, enfim, em todas as fases da análise, demarcar o que facilita e o que restringe as interações sociais entre os moradores e, ainda, se, de alguma forma, essas interações ou a falta delas, interfere na realização de uma ampla sociabilidade pelos entrevistados dos conjuntos habitacionais pesquisados.

2.6 Análise de dados

Os dados foram, portanto, analisados no contexto de abordagens quantitativas e qualitativas, sendo obtidos por meio das entrevistas com roteiro semiestruturado e observação não participante. Os dados considerados quantitativos foram tabulados via programa computacional Excel, versão 2007, e submetidos à análise com a utilização do programa Statistical Package for Social Science (SPSS), versão 20.0, aplicativo muito utilizado em Ciências Sociais para processar e analisar os dados de uma pesquisa. Foram acrescentadas a esses dados as notas analíticas relacionadas às observações realizadas durante as diversas inserções nos conjuntos habitacionais e também a análise das respostas dos entrevistados, devidamente categorizadas e submetidas à análise (dados qualitativos). Algumas respostas foram transcritas neste trabalho, afim de retratar a realidade do ambiente pesquisado e visando proporcionar ao leitor um melhor entendimento dessa realidade. Os dados foram discutidos e analisados com base nas fundamentações contidas no referencial teórico, pretendendo-se atender aos objetivos desta pesquisa e à confirmação ou refutação das hipóteses apresentadas.

O roteiro de entrevistas foi elaborado de forma a facilitar a análise dos dados, relacionando-os aos objetivos da pesquisa e à confirmação ou refutação das hipóteses. Desta forma, as respostas das questões abertas na entrevista, foram gravadas, transcritas e agrupadas conforme a afinidade entre elas, construindo-se categorias de análise e gerando dados qualitativos. Os dados provenientes de respostas fechadas foram tabulados e, juntamente com as respostas abertas e com as anotações de campo, submetidos à análise. O referencial teórico constante deste estudo, foi utilizado como base para a análise, interpretação e discussão dos dados primários obtidos.

Para atendimento ao primeiro objetivo: caracterizar a realidade socioeconômica e demográfica das famílias, fez-se necessário conhecer o perfil socioeconômico do entrevistado e de sua família. Obteve-se, assim, uma visão geral sobre o morador dos conjuntos habitacionais, com relação à idade, sexo, cor, relação de parentesco, estado civil, tempo de moradia, número de moradores por domicílio, situação trabalhista, atividade realizada, local de trabalho, situação em relação ao estudo, escolaridade e local de estudo. O desenvolvimento do perfil socioeconômico fornece uma dimensão coletiva em relação aos grupos que moram nos conjuntos habitacionais estudados e, também, apresenta indicadores que estão relacionados à sociabilidade.

Para se atingir o segundo objetivo: caracterizar a infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais do PMCMV, procurando estabelecer correlações dessa realidade percebida pelos entrevistados, com as formas de sociabilidade que perpassam a vivência dos moradores nesses conjuntos habitacionais, inicialmente, caracterizou-se a infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais do PMCMV, buscando-se, posteriormente, a percepção dos entrevistados acerca dessa infraestrutura, estabelecendo-se correlações desse quadro com as formas de sociabilidade estabelecidas entre os moradores. As variáveis, nesta primeira questão, estiveram relacionadas aos problemas com: transporte coletivo e escolar público; infraestrutura comercial nos conjuntos; fornecimento de água, energia elétrica e esgotamento sanitário; coleta de lixo; policiamento; saúde (escolas e creches); áreas de lazer; serviços de comunicação e serviços de saúde (hospitais e postos de saúde). Complementarmente, foram elaboradas questões sobre a percepção dos entrevistados em termos da infraestrutura urbana presente. Além disso, procurou-se, também, sua percepção acerca da conservação das áreas internas do conjunto e do seu entorno (estradas de acesso); condições de iluminação pública no interior do conjunto e no seu entorno (estradas de acesso); casas abandonadas e, ou, depredadas. Essa percepção foi dimensionada numa escala gradativa de 1 a 4, nos seguintes termos: problema inexistente, problema pouco grave, problema grave e problema muito grave. Como resultado da percepção dos entrevistados, para cada uma das avaliações, foi calculada a média da gradação das percepções.

A mobilidade urbana dos moradores foi percebida a partir das formas de deslocamento dos mesmos (o uso de veículos pelos moradores, assim como o transporte coletivo, o transporte escolar público, bem como o deslocamento feito a pé e de bicicleta), locais de compra e de lazer (se no conjunto ou fora dele).

O detalhamento acerca das condições de acesso ao transporte coletivo e escolar público fizeram-se necessárias devido ao fato de ser uma forma (para muitos moradores a única) de ligação entre os conjuntos habitacionais com os seus entornos e também com a cidade, podendo constituir-se em um importante fator de construção ou de restrição da sociabilidade, uma vez que pode ou não possibilitar o deslocamento entre as várias áreas da cidade com diferentes interesses.

Procurou-se, também, delinear os tipos de tecnologias disponíveis e a forma de acesso aos serviços de comunicação através de telefone público, telefone fixo, telefonia móvel e uso da internet. Pretendeu-se entender como o uso destas tecnologias ou a falta

delas pode influenciar nas possibilidades de comunicação, as quais estão diretamente relacionadas à sociabilidade dos indivíduos, sendo, conforme aponta Giddens (1993), um elemento intrínseco e indispensável na transformação da intimidade moderna.

Para atendimento do terceiro objetivo: analisar a sociabilidade entre os moradores a partir das formas de integração e conflitos existentes, práticas de lazer e percepção do risco pelos moradores, inicialmente, procurou-se identificar os tipos de atividade que realizam, o local onde as realizam (se nos conjuntos habitacionais ou fora deles) e a frequência com que realizam as atividades. A busca por informações se deu desde as formas de lazer desenvolvidas pelos respondentes, tanto externamente quanto internamente no conjunto, abrangendo os usos das áreas de lazer presentes nos conjuntos habitacionais pesquisados. Este levantamento foi feito com o intuito de perceber se a sociabilidade se colocava mais restrita ao mundo privado (assistir TV, jogar videogame, acessar a internet, ler e estudar, dentre outras atividades), ou mais voltada para o mundo público (bares; restaurantes; ficar em casa; bailes e forrós; parquinho do conjunto; visita aos vizinhos e, ou, amigos; parques e praças; igreja; outro local de lazer ou diversão, como shows e festas em outros bairros da cidade). No atendimento ao quarto objetivo: analisar a sociabilidade dos moradores a partir do vínculo estabelecido com a moradia e com o lugar, bem como o sentimento de pertencimento manifestado em relação ao conjunto habitacional em que reside, foi feita a análise da sociabilidade dos moradores a partir do vínculo estabelecido com o lugar e com os moradores, bem como o sentimento de pertencimento que eles manifestam. Para tanto, procurou-se entender o grau de confiança em que se estabeleciam as interações entre moradores. Nesses termos foram elaboradas as seguintes questões: confia nos seus vizinhos? Acha seus vizinhos prestativos? Se sente bem entre seus vizinhos? Porque se sente bem, ou não, entre seus vizinhos? E ainda, tem algum vizinho com quem possa deixar sob os cuidados um filho seu? Tem algum vizinho a quem possa recorrer para pedir, por exemplo, o empréstimo de um gênero alimentício, um veículo (para o caso de transporte de alguém numa emergência), etc.? Além da confiança, pretendeu-se perceber o nível de organização coletiva nos conjuntos habitacionais. Para tanto, foram elaboradas as perguntas: este ano foi feita alguma reunião para discussão dos problemas do conjunto? Em caso negativo, no seu entendimento, qual(ais) seria(m) o(s) motivo(s)?

Nesse objetivo também se buscou perceber as formas de estigmatização, dentre as formas de alteridade. Isso porque, morar em um conjunto habitacional advindo de

uma política pública para segmentos de baixa renda pode estar associado a relações fortemente marcadas por estigmas. Assim, elaborou-se as seguintes questões: já sofreu algum tipo de discriminação no conjunto onde mora, na vizinhança ou na área central da cidade? O fato de morar neste conjunto influencia, de alguma forma, a sua inserção no mercado de trabalho? Foi bem recebido quando se mudou para o conjunto? Considera que aqui todos são iguais?

Para atender ao quarto objetivo, o pertencimento ao conjunto e ao bairro foi analisado mediante manifestação em relação ao mesmo a partir das seguintes questões que informavam o sentimento de pertença em relação ao conjunto habitacional. Como se sente em relação ao conjunto onde mora? Se sente “em casa” neste conjunto habitacional? Porque? Este conjunto é apenas um lugar para morar provisoriamente? Se pudesse se mudaria deste lugar, porque?

2.7 Considerações éticas

Visando atender aos padrões éticos estabelecidos para as pesquisas sociais, esta pesquisa foi submetida à análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovada a sua realização. Seguindo as recomendações e exigências do protocolo ético, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 1), após cientificados da não obrigatoriedade de participação na pesquisa e da preservação do seu anonimato pela substituição dos nomes das pessoas por números, e, também, criando símbolos para diferenciar os conjuntos em que residem esses entrevistados.

A população portou-se de forma receptiva e cooperativa em relação à realização das entrevistas e da inserção do pesquisador nos conjuntos habitacionais. Por parte do pesquisador, buscou-se obter uma boa receptividade por parte dos sujeitos da pesquisa, mantendo-se o necessário distanciamento entre entrevistador e entrevistados. Procurou-se fazer, também, com que os entrevistados se sentissem livres para aceitar ou não, participar da pesquisa, bem como para responderem ou não às perguntas que lhes foram formuladas, o que foi devidamente informado aos participantes no início de cada uma das entrevistas.

3. SOCIABILIDADE: DISCUTINDO OS ASPECTOS TEÓRICOS

A sociabilidade está diretamente relacionada à análise do modo de viver em determinada sociedade, seja no âmbito das grandes cidades ou em pequenos grupos sociais. A cada época, os indivíduos ou os grupos de pessoas, foram dissuadidos a seguir formas de comportamentos estabelecidos por regras e padrões vigentes. No âmbito das Ciências Sociais, sociabilidade é um tema bastante difundido entre as diversas correntes de pensamento. Dentre elas, acreditou-se serem importantes as ideias de Georg Simmel e Robert Park, além de Zygmunt Bauman, Richard Sennett, Anthony Giddens, José Maurício Domingues, Cynthia Andersen Sarti e Norbert Elias. Esses vários autores, vinculados a diferentes escolas de pensamento, apresentaram estudos relacionados à sociabilidade urbana e também à modernidade (já que essas duas categorias de análise estão intrinsecamente relacionadas), conforme evidenciado nas discussões a seguir.

3.1 Sociabilidade no contexto da Escola de Chicago: a perspectiva de Simmel e de Park

As análises trazidas por Simmel (1979) sobre a constituição da sociabilidade no contexto das cidades urbanizadas nos séculos XIX e XX podem, ainda hoje, ser úteis para pensar a sociabilidade que se estabelece no contexto dos conjuntos habitacionais nas periferias brasileiras. Estes estudos procuraram evidenciar que a vida nas cidades urbanizadas é capaz de gerar consequências psicológicas nos indivíduos que compartilham desses espaços. Para ele, o estilo de vida urbano de sua época era determinado por uma dinâmica urbana que, por sua vez, criava novas formas de sociabilidade. Este se caracterizaria por seu caráter superficial e adventício, que produziria indivíduos novos e divergentes, cujas relações na metrópole seriam marcadas pela impessoalidade, personificada na atitude *blasé*, reservada, insensível e indiferente.

Para Simmel (1979), o grande crescimento advindo da urbanização⁵ causou diversos e amplos fenômenos até então inexistentes, como marginalidade, sub-habitação

⁵ Na sua perspectiva, a metrópole sempre foi a sede da economia monetária [...]. A economia monetária e o domínio do intelecto estão intrinsecamente vinculados. Eles partilham uma atitude que vê como prosaico o lidar com homens e coisas; e, nesta atitude, uma justiça formal frequentemente se combina com uma dureza desprovida de consideração. A pessoa intelectualmente sofisticada é indiferente a toda individualidade genuína, porque dela resultam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos

e choque cultural, dentre outros. Esses fenômenos alteraram, de forma significativa, a forma como as pessoas passaram a se comportar na cidade e, para se defender dessas consequências, grande parte das vezes, nefastas, os indivíduos adotam comportamentos superficiais, a exemplo da atitude blasé. A noção de comportamento *blasé* é atribuída às experiências de parte dos habitantes das grandes cidades que se constitui na relação de proximidade corporal e distância espiritual dos moradores das metrópoles. A atitude *blasé*, que tem sua localização genuína na cidade, além de uma base fisiológica, encontra uma fonte de complementação que flui da economia monetária. A sua essência explica-se pelo embotamento do poder discriminatório. Os objetos são percebidos, no entanto, destituídos de significados que lhe possam atribuir preferência sobre outro (SIMMEL, 1979). Segundo este autor, no contexto das cidades urbanizadas, as pessoas passam a usufruir da liberdade de transitar sem estar subordinados aos pequenos círculos sociais – ocasiões em que também podem experimentar a solidão:

[...] a reserva e indiferença mútuas, as condições espirituais de vida dos círculos maiores, nunca foram sentidas tão fortemente, no que diz respeito ao seu resultado para a independência do indivíduo, do que na densa multidão da cidade grande [...]. Decerto é apenas o reverso dessa liberdade se sob certas circunstâncias, em nenhum lugar alguém se sente tão solitário e abandonado como precisamente na multidão da cidade grande [...]. (SIMMEL, 2006, p. 581).

Os estudos de Robert Park interessaram particularmente em relação a este estudo, uma vez que este autor analisou como a pobreza e a segregação podem impactar a distribuição espacial dos grupos urbanos. Essa reflexão atribuiu contornos mais concretos à sociabilidade urbana, como convivência, interação, socialização e associação, além de precisão na localização espacial (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

Park (1979) propôs, também, uma nova leitura da noção de proximidade e distanciamento, distinguindo proximidade como sendo elemento físico e a distância como elemento social (PARK, 1967 *apud* WALTER, 2013). Desta forma, o autor articula a questão do próximo e do distante, da questão da mobilidade do homem e sua crescente individualização, concluindo que, não somente o transporte e a comunicação facilitaram em muito a mobilidade do homem na cidade, mas, ao mesmo tempo, aumentaram o nível de segregação, estabelecendo “distâncias morais” que transformam a cidade em um conjunto de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram.

com operações lógicas. Da mesma maneira, a individualidade dos fenômenos não é comensurável com o princípio pecuniário (SIMMEL, 1979, p. 12).

Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isso possibilita ao indivíduo passar rápida e facilmente de um meio moral a outro [...]. Tudo isso tende a dar à vida citadina um caráter superficial e adventício; tende a complicar as relações sociais e a produzir tipos individuais novos e divergentes (PARK, 1979, p. 62)

A utilização de parâmetros ecológicos na interpretação dos fenômenos sociais no espaço urbano, fez com que a questão da segregação fosse concebida pelos pensadores da Escola de Chicago, como um fenômeno natural, comum e inerente ao processo de urbanização. Park (1979) define segregação como inerente à repartição das populações nas grandes cidades, considerando que o processo de segregação se daria com base em aspectos como a língua, a cultura e a raça, afirmando que:

Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e, por conseguinte, a classificar as populações das grandes cidades [...] Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que se tocam, mas não se interpenetram (PARK, 1979, p. 29).

O mesmo autor complementa que:

[...] dentro da organização que a vida citadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. A distribuição da população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas (PARK, 1979, p. 64).

Ainda, segundo Park (1979), este processo é resultante de um campo de forças inerentes à própria dinâmica urbana, não havendo a necessidade, portanto, de identificação das causas, dos agentes e fundamentos relacionados a esse processo.

3.2 Sociabilidade no contexto da Modernidade

Em uma perspectiva mais política, o aspecto de decréscimo do grau de interações do indivíduo na cidade é a marca das análises de Sennett (1999). Segundo esse autor, o homem moderno passa a conviver com a perda da dimensão coletiva da existência social. Este processo se dá pelo deslocamento da subjetividade, em que o indivíduo utilizava o processo de se conhecer como uma forma de conhecer o mundo, para uma subjetividade baseada no narcisismo e na solidão, que o autor denomina de “tirania da intimidade”. A “tirania da intimidade”, para Sennett (1999), consiste em um processo de inversão em relação aos lugares de desenvolvimento da sociabilidade, que

passa a ocorrer muito mais em espaços fechados do que em espaços abertos e coletivos. A incursão do homem ao ambiente privado é que lhe garantirá uma vida tranquila e agradável. Em contrapartida, no espaço público das ruas, a imoralidade, a desordem, as doenças, as rebeliões e o mal, de forma geral, se reproduziram, devendo ser evitados (SENNETT, 2010).

Sennett (1999) aponta como fator para o retraimento da cultura pública e o desenvolvimento da individualidade a migração em massa do campo para a cidade, que se apresentou como um dos principais motivos para a resguarda da sociedade diante desses “estrangeiros”, que tornavam caóticos os contornos geográficos de classe no interior das cidades. Assim, tem início uma tendência de se defender do público por meio da reclusão na esfera privada. Outro fator que auxiliou essa tendência foi a ascensão da classe burguesa, principalmente a média burguesia, que se elevou socialmente, pautada na individualidade, e não na organização por classes.

Em uma perspectiva diferenciada, Giddens (1991) analisou as transformações nas relações sociais na contemporaneidade relacionando-as ao advento da modernidade. Segundo ele, o bojo dessas transformações mudou a percepção dos indivíduos e das coletividades no que se refere à segurança e à confiança e também sobre os riscos e perigos do viver modernamente:

A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança, oferecidos em ambientes mais tradicionais (GIDDENS, 2002, p. 38).

Este autor utiliza essas categorias (segurança, perigo, confiança e risco) para distinguir o contexto moderno do pré-moderno. Nas suas reflexões, Giddens (2002) conclui que as relações interpessoais, em conexão direta com as tendências globalizantes da modernidade, passariam por processos de transformação da intimidade. Essa transformação passa a ser analisada em termos dos mecanismos de confiança presentes em condições de modernidade. Nesse contexto, as relações de confiança pessoal estariam relacionadas à construção do sujeito, dentro de um processo de reflexividade. As circunstâncias do lugar produziriam diferentes contextos de confiança, a depender dos níveis de distanciamento tempo-espaço⁶ (GIDDENS, 2002).

⁶ Na concepção de Giddens (1991): “Deveríamos reformular a questão da ordem como um problema de como se dá nos sistemas sociais a “ligação” tempo e espaço. O problema da ordem é visto como um distanciamento tempo-espaço – as condições nas quais o tempo e o espaço são organizados de forma a vincular presença e ausência” (GIDDENS, 1991, p. 18).

Na sua análise, o autor identifica quatro contextos localizados de confiança que tendem a predominar em sociedades pré-modernas: o sistema de parentesco; as relações localizadas; as cosmologias religiosas e a tradição, “embora cada um deles tenha muitas variações de acordo com a ordem social específica em questão” (GIDDENS, 1991, p. 91). O primeiro contexto de confiança é o sistema de parentesco, correspondente à organização de “feixes” de interações sociais através do tempo e do espaço. Para ele, apesar de se apresentarem como tensas e conflituosas em diversos momentos, as relações de parentesco se caracterizam, também, por serem geradoras de confiança quando se trata de estruturas no tempo-espaço.

Os parentes podem em geral ser vistos com confiança no sentido de cumprirem uma gama de obrigações mais ou menos, independentemente de sentirem simpatia pessoal para com os indivíduos específicos envolvidos. Além disso, o parentesco geralmente proporciona uma rede estabilizadora de relações amigáveis ou íntimas que resistem através do tempo-espaço. O parentesco, em suma, fornece um nexo de conexões sociais fidedignas que, em princípio e muito comumente na prática, formam um meio organizador de relações de confiança (GIDDENS, 1991, p. 92).

Como segundo contexto de confiança, Giddens (1991) reconhece as relações localizadas, especialmente nas situações em que ainda não houve a transformação do lugar, pelo distanciamento das relações tempo-espaço. Para o autor, as relações sociais podem se tornar entrelaçadas no ambiente local.

As cosmologias religiosas apresentam-se, segundo o autor, como o terceiro contexto de produção de confiança nas sociedades pré-modernas, uma vez que promovem a construção de um ambiente de segurança, que se sustenta, porque:

Não só as deidades e forças religiosas fornecem apoio providencial seguro: funcionários religiosos também o fazem. E o que é mais importante, as crenças religiosas tipicamente injetam fidedignidade na vivência de eventos e situações e formam uma estrutura em termos da qual eles podem ser explicados e respondidos (GIDDENS, 1991, p. 93).

Como quarto contexto de produção de confiança nas culturas pré-modernas, Giddens (1991) traz a tradição, que atua na forma de organização das crenças e práticas em determinado tempo, contribuindo, basicamente, para a segurança, na proporção em que se expressa como continuidade do passado, presente e futuro e relaciona a confiança com práticas sociais de rotina. Acrescenta, ainda, que o fato das atividades humanas permanecerem situadas e contextualizadas no cenário da modernidade não altera o quadro em que os quatro contextos de produção da confiança, acima citados, perdem a

importância. Esta perda de importância se dá pelo impacto de três forças, quais sejam: a separação do tempo e do espaço, os mecanismos de desencadeio e a reflexividade, as quais, segundo o autor, retiram do contexto local formas básicas de relações de confiança. A primeira força, a separação do tempo e do espaço se daria nos termos de Giddens (1991):

Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela “presença” – por atividades localizadas. O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face (GIDDENS, 1991, p. 22).

Já a segunda força, o processo de desencadeio, é referido pelo autor como sendo o deslocamento das relações sociais de seus contextos locais, sendo esta uma das principais consequências da modernidade. A terceira força que atribui à modernidade seu caráter de dinamismo é a reflexividade, ou a apropriação reflexiva do conhecimento, é assim entendida como produção de conhecimento sistemático no âmbito da vida social. Para Giddens (1991), a “reflexividade moderna” está associada à possibilidade de examinar e, concomitantemente, reformular, de forma constante, as práticas da vida social, “à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 45). Assim sendo, a reflexividade está relacionada à inserção dos indivíduos no espaço e no tempo, não sendo possível desvinculá-lo da atualidade e, conseqüentemente, da questão da globalização, que é uma dimensão inerente à modernidade (GIDDENS, 1991).

Para Giddens (1991), a globalização estaria relacionada à sua instantaneidade, inter-relacionando o global e o local, sem, contudo, tender a uma única direção, produzindo novas formas de estratificação social. Para ele, a globalização não produz uma homogeneização cultural, considerando que em seu contexto, na verdade, são produzidas as diásporas culturais. Nesse âmbito, haveria, pois, a “intensificação das relações sociais em escala mundial, ligando localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 60). Desta forma, diante da globalização, há uma reestruturação da dimensão do lugar, influenciando as práticas sociais, alterando os valores, os comportamentos e a sociabilidade.

As forças globalizadoras penetram dentro de nossos contextos locais, em nossas casas, em nossas comunidades, através de fontes impessoais – tais como a mídia, a internet e a cultura popular e através

também do contato pessoal com indivíduos de outros países e culturas (GIDDENS, 1991, p. 68).

Torna-se necessário, entretanto, ressaltar que, “se a modernidade constitui uma civilização global, ela se realiza diferencialmente nas diversas áreas do globo” (DOMINGUES, 2005, p. 17). Nesses termos, as análises de Giddens (1991) podem ajudar a pensar o contexto das formas de sociabilidades constituídas nos conjuntos habitacionais estudados. Ao serem “desencaixados” do seu contexto anterior onde tinham as suas antigas referências e bases de confiança, em que termos construiriam as suas novas bases de confiança? Em que medida o ambiente local se coloca como um contexto de produção de confiança para os residentes? E ainda, como as relações de parentesco, como contexto de confiança e organização de “feixes” de interações sociais se tornam importantes na realidade das famílias residentes nos conjuntos? Finalmente, em que termos se colocariam as práticas da vida social na realidade do conjunto? A reflexividade seria colocada como um elemento que possibilitaria o repensar das próprias práticas, a alterá-las continuamente? O contexto de segregação socioespacial se interporia ao acesso às informações e à apropriação reflexiva do conhecimento?

Domingues (2005, p. 140) ressalta que “a modernidade deve ser vista como plural e de modo algum homogênea”, e que:

A idéia de uma grande generalização simples da modernidade pelo mundo prevalece mesmo naquelas perspectivas que, em princípio, veriam maior complexidade no processo, como é o caso, por exemplo, de Giddens, [...] se a modernidade tem criado inúmeros e inevitáveis processos de desencaixe, as formas de responder a eles variam muito, mas nem por isso deixam de ser modernas, se bem que possam parecer, como foi indicado antes, em vários momentos (DOMINGUES, 2005, p. 142).

Para Domingues (2005), a modernidade não fez com que as tradições se esgotassem; de forma que permanecem, embora a reflexividade, de vários modos, tenha se tornado cada vez mais importante no desenvolvimento da modernidade. Esta reflexividade deve ser definida como um processo, cujas direções precisas são tomadas de acordo com os movimentos mais ou menos intencionais de subjetividades coletivas mais ou menos (des)centradas (DOMINGUES, 2005).

Domingues (2005) ressalta a necessidade de enfatizar que a contingência histórica deve se encontrar no centro de toda discussão relativa à modernidade. A modernidade é forjada historicamente de forma multifacetada e é esta multiplicidade de faces que é preciso explicitar, no âmbito de suas homogeneidades e diferenças. Para o estudioso, o Brasil, como outras sociedades, conheceu, até chegar à modernidade,

padrões de organização social em que as pessoas e as coletividades mantinham laços com as localidades. Pela ação dos mecanismos de desencaixe, a modernidade rompeu com esses laços (DOMINGUES, 2005).

Assim, para Domingues (2005), o indivíduo, antes ligado à terra e à proteção de um senhor e com uma identidade fixa, tem agora, que vender sua força de trabalho, o que lhe confere um aumento de responsabilidade, fazendo com que sua reflexividade seja muito mais exigida. As instituições como trabalho assalariado e a cidadania, consistem em dispositivos que, em princípio, aumentam a liberdade de indivíduos e coletividades, antes sujeitas a relações opressivas de controle social pela comunidade ou pelas classes dominantes:

[...] em que tipo de pessoa se transformar, para onde ir, que tipo de vida viver, que profissão praticar, formam agora uma construção que, dentro de limites mais ou menos largos ou estreitos (dependendo dos recursos intelectuais, materiais e de poder de que dispõe o sujeito), passa, inevitavelmente por certas decisões, mais ou menos pensadas e pausadas (DOMINGUES, 2005, p. 24).

Domingues (2005) ressalta, ainda, que a capacidade de reflexividade do indivíduo articula uma concepção diferente na modernidade contemporânea, fazendo com que o sujeito se mostre mais plástico e capaz de determinar os rumos de sua vida, não negando assim, a sua racionalidade. Há, de acordo com o autor, uma maior capacidade de autotransformação e de mudança da sociedade, o que irá influenciar uma maior diversidade dos laços de sociabilidade. Desta forma, o autor vislumbra uma versão otimista da sociedade contemporânea, se comparada a outros autores:

Uma visão do sujeito como reflexivo, sobretudo na modernidade contemporânea, permite pensar as diversas formas de interação e os múltiplos tipos de relação social como construções abertas à intervenção dos sujeitos, a despeito do peso que os padrões de comportamento, as regras e normas, bem como as relações de poder, jogam na manutenção de estados petrificados de relacionamento social (DOMINGUES, 2005, p. 36).

Para Domingues (2005), em relação à modernidade brasileira contemporânea, a modernidade avançada ou a “alta modernidade” assume aspectos distintos, sendo possível encontrar até traços de uma cultura pós-histórica, pós-moderna. Sem dúvida, observa-se um aumento de reflexividade em algumas áreas e a flexibilização de alguns tipos de relação (DOMINGUES, 2005).

A dialética entre tradições pré-modernas, modernidade tradicional e flexibilização da modernidade toma, portanto, múltiplas direções no Brasil contemporâneo. A “alta modernidade” brasileira se afirma, sobretudo, em outra direção.

A modernização se apresenta como resultado do projeto dos grupos dirigentes, das elites políticas, mas, também, como resultado mais ou menos intencional, ou ainda, como consequência amiúde não intencional, de vários tipos de subjetividade coletiva (religiosas, familiares, de classe, gênero, raça, etc.) (DOMINGUES, 2005).

Para Bauman (1999), a vida social, na era moderna, torna-se maleável e coloca a existência individual como fator preponderante e autônomo em relação à vida comunitária e social.

(...) a ciência moderna nasceu da esmagadora ambição de conquistar a natureza e subordiná-la às necessidades humanas. A louvada curiosidade científica que teria levado os cientistas “aonde nenhum homem jamais ousou ir ainda”, nunca foi isenta da estimulante visão do controle e administração, de fazer as coisas melhores que são (isto é, mais flexíveis, obedientes, desejosas de servir) (BAUMAN, 1999, p. 48).

Para o autor, a volatilidade é a principal característica da modernidade, a qual ele qualifica como sendo “líquida” e, nesse contexto, as relações, de modo geral, perdem a estabilidade e deixam de ser consistentes. O indivíduo já não está vinculado ao lugar onde nasce, por relações que antes eram pré-estabelecidas. O sentimento do medo e as condições de exclusão social e a produção do mal, são considerados, por Bauman (1999), como “os efeitos colaterais” da modernidade líquida marcada pela globalização. A globalização econômica não é acompanhada da universalização dos direitos ou de sua expansão pela ampliação do intercâmbio entre os povos (BAUMAN, 1999). O livre comércio e o desenvolvimento econômico, fatores de diminuição das desigualdades sociais, tem se mostrado uma falácia.

As imensas desigualdades da globalização, situadas no ambiente da compressão do tempo e do espaço, permitem conceber essa nova ordem sob a marca da economia política da incerteza, definida como “o conjunto de regras para pôr fim a todas as regras” imposto pelos poderes financeiros, capitalista e comercial extraterritoriais sobre as autoridades políticas locais (BAUMAN, 1999, p. 175).

Assim, para Bauman (1999), pode-se entender a globalização como um paradoxo, que é muito benéfico para muito poucos, deixando marginalizada dois terços da população mundial. E acrescenta que, “este novo mundo proposto é o da fome, pobreza e miséria absoluta, onde 800 milhões de pessoas estão em condições de subnutridas e 4 bilhões de pessoas vivendo na miséria (BAUMAN, 1999, p. 81). Assim, observa-se a tendência de aumento da pobreza; em oposição, um crescimento das grandes empresas com o consequente aumento da exploração, por meio da desvinculação do local (BAUMAN, 1999).

A modernidade líquida trata o indivíduo como único e essa condição de individualização radicalizada, acaba por fazer com que todas as formas de sociabilidade passem a ser consideradas com desconfiança. Para Bauman (1999), a sociedade pós-moderna de consumo é uma sociedade estratificada, sendo que a distinção desta estratificação se dá pelo seu grau de mobilidade, ou seja, a liberdade de escolher onde estar.

As cidades contemporâneas são locais de um “apartheid ao avesso”: os que podem ter acesso a isso abandonam a sujeira e pobreza das regiões onde estão presos aqueles que não têm como se mudar [...]. E outra diferença: os que vivem no “alto” estão satisfeitos de viajar pela vida segundo os desejos do seu coração, podendo escolher os seus destinos de acordo com as alegrias que oferecem (BAUMAN, 1999, p. 83-84).

Para Bauman (1999), a progressiva segregação espacial e a progressiva separação e exclusão, é parte integrante dos processos de globalização. Por outro lado, ainda segundo o autor, não ter a liberdade de escolher onde estar, em um mundo globalizado é sinal de privação e degradação social, acrescentando que:

Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam (BAUMAN, 1999, p. 6).

Neste contexto, os moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, em razão da segregação socioespacial, ao possuírem um baixo grau de mobilidade espacial, caracterizam-se, no âmbito do processo de globalização, como socialmente degradados.

3.3 Sociabilidade no contexto das teorias marxistas

A organização espacial das classes sociais nas cidades está diretamente relacionada a uma gama de problemas de ordem social, econômica, política e ideológica. Dentre outros problemas, evidencia-se a segregação socioespacial.

Diferentemente da perspectiva dos autores da Escola de Chicago, que apontam para uma voluntariedade da população ao se segregar com base em gostos e conveniências (segregação ecológica), os autores, com uma perspectiva marxista, percebem a cidade como produto e produção da sociedade capitalista. Villaça (2001), por sua vez, ressalta a existência de diversos tipos de segregação urbana nas metrópoles brasileiras, mas assevera que o tipo de segregação dominante é a de classes sociais.

Assim, Villaça (2001) chama à atenção para que este processo seja analisado sob a influência direta da classe social e não como algo que ocorre naturalmente, afirmando que “A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p. 147-148).

De acordo com Maricato (1996), a exclusão social fez parte do processo de industrialização e urbanização brasileiras. Exclusão social e concentração de renda são paradigmas comuns do capitalismo brasileiro. Esta exclusão social torna-se evidente nas cidades onde o solo urbano é ocupado em um contexto de conflitos entre atores sociais e onde situações de vulnerabilidade produzidas historicamente trazem, dentre outras consequências, a necessidade de morar em locais sem infraestrutura básica.

Na concepção de Marques (2003), os processos de segregação socioespacial nas cidades brasileiras têm como origem quatro grupos diferentes de causas:

A dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social em si; a dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção da moradia; o Estado e as políticas públicas e a ordem jurídica brasileira e sua relação com nossa sociedade em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia e preconceito (MARQUES, 2003, p. 45).

Em relação ao primeiro grupo de causas, Marques (2003) ressalta que o padrão das cidades brasileiras vai de encontro aos interesses sistêmicos do capitalismo brasileiro, caracterizado pela espoliação e por baixos salários. Este primeiro grupo de causas, associa a natureza da estrutura social brasileira (notadamente o mercado de trabalho) e as recentes transformações causadas pela abertura da economia, à manutenção e ao agravamento dos padrões de segregação e às precárias condições de vida nas periferias. Aponta para uma manutenção da estrutura urbana, bem como dos elementos que produziram e reproduziram estes padrões (MARQUES, 2003).

De acordo com Marques (2003), o segundo grupo de causas da segregação está ligado ao mercado de terras, à incorporação imobiliária e à indústria da construção. Este grupo de causas, segundo o autor, divide-se em dois subgrupos: no primeiro subgrupo, a ação dos incorporadores e suas lógicas de controlar e especular, por meio do controle das melhores localizações e das mudanças de usos das terras; o segundo subgrupo, focaliza a forma como o mercado de terras aloca os grupos sociais e atividades econômicas na cidade, promovendo a segregação dos pobres pela dinâmica de valorização da terra urbana.

Quanto ao terceiro grupo de causas da segregação socioespacial, Marques (2003) aponta para a análise de ações distintas do Estado promovendo a segregação socioespacial e a desigualdade urbana. Em um primeiro subgrupo, o Estado, por meio de seu poder regulatório, mantém privilégios ou exclui parte dos cidadãos dos benefícios da urbanização; neste subgrupo, o zoneamento urbano é o elemento central. Um segundo subgrupo mostra, nas intervenções estatais diretas ou indiretas, evidências de produção e aumento da segregação. Essas intervenções se configurariam em elevação dos valores da terra em determinadas partes da cidade, pelo investimento ou pelas obras públicas. Um exemplo de intervenção direta, é a remoção de grupos sociais de baixa renda de determinados locais por meio de remoção de favelas e construção de obras públicas que demandam grande infraestrutura. Um outro exemplo de intervenção, relaciona a construção, pela iniciativa estatal, de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas, como fator de aumento da segregação socioespacial (MARQUES, 2003).

O quarto grupo de causas apontado pelo autor, refere-se à ordem jurídica brasileira e está diretamente relacionada à herança de atraso e hierarquia, presente em nossa sociedade. Para Marques (2003), a argumentação neste grupo de causas, relaciona-se, de forma complexa, ao diagnóstico da sociedade, ao poder e ao tipo de capitalismo aqui implantado. Nessa perspectiva, o aparato jurídico urbano visa defender a propriedade privada e sua valorização, com a aplicação da lei de forma desigual entre pobres e ricos. O aparato legal repressivo seria voltado basicamente para os mais pobres (MARQUES, 2003).

Para Marinho e Schor (2009), o conceito de segregação socioespacial é perpassado não só pelo contexto da concentração de grupos sociais, mas, também, pela competição por localização no espaço urbano e também pela discussão das desigualdades presentes nesse espaço.

A segregação socioespacial seria então um processo heterogêneo, que produz separação e concentração de grupos sociais, assim como produz e reproduz desigualdades sociais no espaço, envolvendo três processos distintos: isolamento (a localização como agente segregador), desigualdade de acesso (em várias acepções da expressão) e homogeneidade interna e heterogeneidade externa (MARINHO; SCHOR, 2009, p. 80).

Para Caldeira (2008), o padrão de segregação centro-periferia é o predominante nas cidades brasileiras. Este padrão caracteriza-se, segundo a autora, de forma sintética, pela concentração de estratos de maior renda da população nas áreas centrais das

idades, onde a infraestrutura urbana é significativamente mais ampla que aquela disponível aos mais pobres, habitantes das periferias. Este padrão de segregação também é ressaltado por Villaça (2001) e, segundo ele,

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como mecanismo de exclusão (VILLAÇA, 2001, p. 143).

A segregação socioespacial ao separar, principalmente, grupos sociais de poderes aquisitivos diferentes, torna evidente a estigmatização por meio de artifícios que vinculam ao grupo condições sociais de inferioridade, enfraquecendo e tornando frágeis as suas interações sociais.

Segundo Sant'Anna (2009), o isolamento social, proveniente da segregação socioespacial, torna frágeis os laços de integração social, produzindo mecanismos sociais que facilitam a manutenção da pobreza e das desigualdades, criando novos padrões de sociabilidade e novas formas de vida nem sempre compatíveis entre si. O isolamento social pode também se expressar territorialmente, relacionado à distância física e também em termos socioculturais, inclusive simbolicamente, pela estigmatização (SANT'ANNA, 2009).

Questões como a segregação socioespacial e a consequente estigmatização presentes na sociedade urbana contemporânea, geradas pelas diferenças socioeconômicas, estão associadas à criação de um imaginário de medo e insegurança. Este imaginário, provocado pela divisão espacial, segundo Caldeira (2008), levam à formação de estereótipos sobre o crime e o criminoso, podendo, também, estigmatizar grupos inteiros. As classes sociais menos favorecidas, são assim, associadas à criminalidade:

Como seria de esperar, os habitantes desses espaços são tidos como marginais [...]. São considerados também socialmente marginais: diz-se que têm famílias divididas, são filhos de mães solteiras, crianças que não foram criadas devidamente. De certo modo, tudo o que quebra os padrões do que se considera boa conduta pode ser associado a criminosos, ao crime e a seus espaços. O que pertence ao crime é tudo que a sociedade considera impróprio (CALDEIRA, 2008, p. 80).

Caldeira (2008) assinala que há alguns anos vem ocorrendo significativas transformações na forma de se relacionar nas cidades, em um contexto em que grupos heterogêneos se encontram em relativa proximidade espacial e estão, ao mesmo tempo,

socialmente distantes, separados por muros físicos e simbólicos, utilizando técnicas de segurança e de distanciamento social, sofisticados.

Este contexto, além de transformar a sociabilidade urbana, influencia no aumento dos índices de criminalidade e na violência metropolitana, fenômeno também perceptível nas cidades médias. Isto ocorre por não haver um canal efetivo de ligação entre ricos e pobres; a desigualdade torna-se mais explícita e agressiva, aumentando o medo, a tensão, o ressentimento e a intolerância entre eles. Este processo faz com que as pessoas tornem-se descrentes quanto à efetividade das ações do Estado para proporcionar segurança, fazendo com que grupos sociais se isolem, evitando possibilidades de encontro com aqueles que consideram diferentes (CALDEIRA, 2008).

D’Incao (1992) em seu estudo, classifica os tipos de sociabilidade encontrados nas metrópoles, destacando a segregação dos diferentes estratos sociais. A autora ressalta a percepção de que as pessoas recusam a rua e a cidade como locais de interação, sob a justificativa de perigo, devendo ser evitadas.

A exclusão da rua como local de interação social provoca a distância de percepção entre si dos diferentes grupos ou classes sociais, ocasionando, entre outras coisas, o pânico advindo em grande parte da ignorância sobre os outros. Não interagindo mais, não frequentando casas diferentes da sua, o indivíduo não pode saber muito sobre as pessoas que vivem nelas. Associa-se com facilidade pobreza com violência, com marginalidade. E, por oposição, associa-se riqueza com vida fácil, felicidade e também (porque não?) com corrupção. O outro é cada vez mais uma face desconhecida, amorfa e distante. Os corpos diferentes não se encontram e nem mesmo se tocam (D’INCAO, 1992, p. 2).

Em relação à criminalidade, Maricato (1996) acrescenta que o aprofundamento da pobreza nos anos de 1980, trouxe uma situação nova, a explosão da violência urbana, apresentando números e dimensão até então inéditos. “Ressalta-se aqui a violência expressa através da criminalidade, em particular nos homicídios, mas é necessário lembrar que constitui expressão de violência a exclusão econômica, social, cultural, legal e ambiental da qual se tratou até agora” (MARICATO, 1996, p. 42).

Desta forma, para Caldeira (2008), as pessoas se voltam para o ambiente privado e restrito, ao mesmo tempo em que tornam o isolamento e a restrição um símbolo de status e prestígio, desvalorizando o que é público e aberto. Essa dinâmica produz a alteração dos padrões de circulação e de uso dos transportes, dos trajetos das pessoas, do uso dos parques, praças e ruas, eliminando o que anteriormente era essencial para o desenvolvimento da sociabilidade urbana (CALDEIRA, 2008).

Neste contexto ocorre uma desvalorização do espaço público. A cidade, antes voltada para a rua, possuía diversos espaços públicos utilizados para a produção e reprodução de formas de sociabilidade, que sustentavam um estilo de vida urbano. Atualmente, o espaço privado passa a ser privilegiado, monitorado e utilizado para relações mais restritas e específicas, como, por exemplo, entre familiares e amigos.

Para Caldeira (2008), até um passeio à pé em meio à multidão anônima, que simboliza a experiência moderna da cidade, está comprometida.

As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas e controladas; saem menos à noite, andam menos pelas ruas, e evitam as “zonas proibidas” que só fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade, em especial no caso das elites. Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas. Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública (CALDEIRA, 2008, p. 301).

No Brasil, de acordo com Marques (2003), os processos de segregação e desigualdades sociais estão imbricados. Esta imbricação justifica-se pelo fato de que, ao mesmo tempo em que separam grupos, distribuem de forma desigual os benefícios da urbanização. Isto faz com que os contatos fora da comunidade sejam reduzidos, diminuindo as oportunidades de mobilidade, ajudando na reprodução de situações de pobreza e vulnerabilidade. Essa redução de contatos fora da comunidade, configura-se também, em uma restrição da sociabilidade que poderia se estabelecer fora do contexto da vizinhança.

No contexto da dinâmica da globalização, tem-se como pressuposto que os processos de segregação socioespacial influenciam na percepção de risco dos moradores dos conjuntos habitacionais. Nesses termos, buscou-se compreender em que medida a percepção de risco coloca-se como elemento inibidor da sociabilidade entre vizinhos nos conjuntos habitacionais pesquisados. Pretendeu-se, ainda, compreender, como os diversos graus dessas percepções se relacionam com o estabelecimento da atitude blasé, fragilizando as redes de solidariedade entre grupos sociais e entre vizinhos.

No que se refere à modernidade, para Giddens (2002, p. 104), “viver no universo da alta modernidade é viver num ambiente de oportunidade e risco”, cuja materialização é concomitante e ambivalente. Assim, pode-se concluir que “o mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso” (GIDDENS, 1991, p. 19).

É importante mencionar que há uma correlação do mundo do crime com as classes sociais desprivilegiadas e com seus locais de moradia, conforme já observado

por Caldeira (2008) e também por Amaral (2010), mostrando que, além de excluídos, os habitantes das áreas mais pobres da cidade são vítimas também do preconceito:

A origem do crime está frequentemente associada às periferias e os criminosos são vistos como pessoas que vêm desses espaços marginais, que supostamente lhe dão origem. A configuração espacial que localiza as periferias às margens dos centros urbanos é comum à maioria das cidades contemporâneas (AMARAL, 2010, p. 35).

Bauman (2009), chama a atenção para o fato de que a exclusão não é momentânea ou que possa ser atribuída a uma má sorte passageira, mas como algo definitivo, sem retorno. “É pouco provável que se reconstruam as pontes queimadas no passado. E são justamente a irrevogabilidade deste “despejo” e as escassas possibilidades de recorrer contra essa sentença que transformam os excluídos de hoje em “classes perigosas” (BAUMAN, 2009, p. 23).

Este preconceito contra essas “classes perigosas” encontra-se presente em diversos depoimentos de entrevistados nos conjuntos habitacionais pesquisados:

Aqui eles já estão chamando de Rocinha 1 e Rocinha 2, aqui é Rocinha 1 e o outro conjunto é Rocinha 2, porque aqui o pessoal diz que além de roça também é favela. Mesmo que aqui não pareça uma favela, eles acha que aqui o pessoal é tudo favelado (Entrevistada 95, Conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

O lugar acaba tomando o nome, aqui tá igual Nova Viçosa uns tempos atrás, tudo de ruim era lá, se tinha roubo, podia ir lá que achava os ladrões, agora mudou, esses dois conjunto é que pegaram a fama na cidade de ser lugar de bandido, o lugar, depois que pega a fama é difícil, por isso que eu acho que aqui nada vai pra frente (Entrevistada 8, Conjunto habitacional César Santana Filho).

Esta percepção em relação aos conjuntos habitacionais, bem como de seus moradores é produzida por meio do que Caldeira (2008) chama de “fala do crime”: em geral, as pessoas mais pobres de uma área são associadas a criminosos e sempre referidas nos termos mais depreciativos, inclusive pelos próprios pobres [...]. Além disso, embora as distinções aguçadas da fala do crime reordenem de fato as experiências perturbadas pela violência, não são eficazes para controlar a violência. Ao contrário, elas reproduzem o medo e a violência (CALDEIRA, 2008, p. 40).

Ainda, segundo Caldeira (2008), as narrativas sobre crimes, mais do que manter distinções, acaba reforçando as desigualdades, criando estereótipos e preconceitos, produzindo segregação socioespacial, contestação da cidadania e a própria violência. Moldando os pensamentos e atos das pessoas, a fala do crime cria um raciocínio categorizante, influenciando e afetando, inclusive, as interações sociais (CALDEIRA, 2008).

Para além da forma como são vistos, procurou-se entender no contexto desta pesquisa, como os moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, percebem o risco de serem assaltados ou sofrerem agressões física no interior dos conjuntos habitacionais, nas imediações desses conjuntos e na cidade.

O estudo de Sarti (1996), entretanto, analisando o convívio de moradores pobres na periferia de São Paulo, relacionou as categorias morais com as quais esse segmento organizava e dava sentido ao mundo social do qual faziam parte. O estudo de Sarti (1996) evidenciou especificidades no âmbito das relações familiares associadas à manutenção de padrões simbólicos relacionados à tradição e à moralidade:

Ao defrontarem-se cotidianamente com possibilidades de melhoria de vida, que não lhes são permitidas [...], os pobres estruturam sua identidade social e constroem seus valores, procurando retraduzir em seus próprios termos, o sentido de um mundo que lhe promete o que não lhes dá (SARTI, 1996, p. 15).

Haveria, pois, uma tendência entre os pobres estudados por Sarti (1996), de estreitar laços com os vizinhos, compartilhando a vida cotidiana, com base em uma relação de confiança. Naquele contexto, os colegas de trabalho e o compadrio tendiam ao estreitamento de suas relações e ao reforço dos vínculos, consolidando os laços entre os amigos, criando relações que ultrapassam o âmbito familiar, não prescindindo das obrigações morais. Os integrantes destas famílias, ainda segundo Sarti (1996), tenderiam a estruturar suas vidas em torno de uma identidade comum, a partir de elementos que já traziam em sua bagagem, revelando certa heterogeneidade, mas tendo como referência comum o local da nova moradia. Este contexto poderia se estabelecer também no âmbito dos conjuntos habitacionais estudados. Para Sarti (1996), são os espaços familiares e locais, onde os pobres constroem e vivem suas experiências pessoais e coletivas, tecendo suas redes de solidariedade, que lhes permitem sonhar e desejar algo.

Como a pobreza no mundo moderno é definida essencialmente pelo critério político e econômico – os pobres são os carentes de riqueza material e de poder – é no plano moral que se estabelece a igualdade e onde os pobres podem mesmo ser “superiores” (SARTI, 1996, p. 18).

Sarti (1996) aponta, ainda, a importância do local de moradia como base de uma identidade coletiva e do trabalho como forma de demonstração de outros atributos que se contrapõem à ascensão social, como a honestidade e a disposição para trabalhar.

Assim, o valor moral que o trabalho assume qualifica o trabalhador, compensando a sua condição de ser pobre (SARTI, 1996)

O valor moral do trabalho, com o benefício que dele decorre, não se inscreve, então, apenas dentro da lógica do cálculo econômico do mercado. Através do trabalho, os pobres constroem uma idéia de autonomia moral, atualizando valores masculinos como a disposição e a força (não só física, mas moral), que fazem do homem, homem (SARTI, 1996, p. 72).

Desta forma, por meio de padrões simbólicos, a dinâmica das relações familiares ocorre, segundo Sarti (1996), no contexto de obrigações morais que envolvem reciprocidade contínua, vindo a se tornar o modo pelo qual os pobres conferem sentido e ordenação ao seu espaço social, não só no âmbito familiar, mas também fora dele.

Esses aspectos relacionados à sociabilidade dos residentes das áreas periféricas das grandes metrópoles e que vivenciam o fenômeno da segregação socioespacial, podem ser referências importantes para esse estudo que tenciona analisar a sociabilidade de residentes em conjuntos habitacionais do PMCMV em Viçosa, MG.

4. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E SOCIABILIDADE: A REALIDADE DAS FAMÍLIAS E DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV EM VIÇOSA

4.1 Caracterização socioeconômica do grupo estudado

Visando caracterizar socioeconomicamente o grupo, foram utilizadas as variáveis socioeconômicas: idade, sexo, cor, relação de parentesco, estado civil, tempo de moradia no conjunto (em anos), se trabalha, em que trabalha, se estuda, escolaridade do entrevistado e renda⁷. A fim de proceder a uma melhor caracterização, na Tabela 1, são apresentados o sexo e os intervalos de idade dos entrevistados em cada conjunto habitacional.

Tabela 1. Percentual de entrevistados por sexo e intervalos de idade, nos conjuntos habitacionais pesquisados. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Intervalos de idade (em anos)	Número de entrevistados	Sexo dos entrevistados		Percentual de entrevistados por sexo/idade (%)	
			Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
César Santana Filho	18 a 24	11	3	8	7,1	19,0
	25 a 34	13	2	11	4,8	26,2
	35 a 44	8	1	7	2,4	16,7
	Acima de 44	10	3	7	7,1	16,7
	Total	42	9	33	21,4	78,5
Benjamim José Cardoso	18 a 24	9	1	8	1,8	14,5
	25 a 34	19	0	19	-	34,5
	35 a 44	13	5	8	9,1	14,5
	Acima de 44	14	4	10	7,2	18,2
	Total	55	10	45	18,2	81,9
Floresta	18 a 24	2	2	1	7,1	3,6
	25 a 34	13	3	10	10,8	35,7
	35 a 44	6	2	4	7,1	14,3
	Acima de 44	6	3	3	10,8	10,7
	Total	28	10	18	35,8	64,3

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

⁷ Esta última variável (renda) foi analisada a partir do estudo de Guimarães (2013), por não ter sido contemplada no momento da estruturação do questionário que orientou as entrevistas, em virtude do fato de todos os moradores se enquadrarem dentro de uma mesma faixa de renda (0 a 3 S. M.).

O percentual mais expressivo de moradores entrevistados tem entre 25 a 34 anos, sendo 26,19% no conjunto habitacional César Santana Filho; 34,50% no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso; e 35,70% no conjunto habitacional Floresta. As mulheres representam 64,29% do total de entrevistados no conjunto habitacional Floresta, passando para 78,56% no conjunto habitacional César Santana Filho e chegando a 81,90% no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso.

O percentual de entrevistados na faixa dos 25 a 34 anos revela um grande contingente de pessoas, nos conjuntos habitacionais, em idade produtiva. Há, entretanto, alguns aspectos evidenciados, que parecem dificultar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Estes aspectos se referem a um baixo nível de escolaridade dos entrevistados e também dos outros residentes dos domicílios, conforme pode ser observado na Tabela 2, que aponta baixas médias relacionadas aos anos de estudo dos moradores.

Tabela 2. Escolaridade dos moradores (entrevistados e familiares) nos conjuntos habitacionais. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Residentes (entrevistados e familiares)	Nº de residentes	Escol. mínima	Escol. máxima	Méd. de anos de estudo
César Santana Filho	Entrevistado	42	0	12	5,81
	Pai/Mãe/Cônjuge	16	4	11	5,87
	Residente 3	37	0	11	5,03
	Residente 4	25	0	11	4,36
	Residente 5	13	0	8	2,00
	Residente 6	2	0	7	3,50
	Residente 7	1	4	4	4,00
	Residente 8	1	5	5	5,00
	Total	137	-	-	4,45
Benjamim José Cardoso	Entrevistado	55	0	15	5,93
	Pai/Mãe/Cônjuge	25	0	9	4,52
	Residente 3	46	0	14	4,39
	Residente 4	34	0	12	4,03
	Residente 5	16	0	12	4,62
	Residente 6	10	0	6	3,40
	Residente 7	5	0	4	2,40
	Residente 8	3	0	3	1,00
	Total	194	-	-	3,78
Floresta	Entrevistado	28	3	12	5,96
	Pai/Mãe/Cônjuge	15	1	12	5,27

	Residente 3	25	0	9	3,44
	Residente 4	19	0	7	3,42
	Residente 5	11	0	9	2,73
	Residente 6	7	0	7	2,71
	Residente 7	1	7	7	7,00
	Residente 8	0	-	-	-
	Total	126	-	-	3,81

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Pelos dados constantes da Tabela 3, constatou-se um alto percentual de entrevistados que não se encontram estudando atualmente. Também é possível inferir que o baixo nível de escolaridade verificado entre os moradores, tende a permanecer: são altas as médias indicando que esses moradores não se encontram estudando atualmente, principalmente em se tratando dos provedores familiares, que em sua totalidade já pararam de estudar.

Tabela 3. Percentagem de residentes (entrevistados e familiares) que não estudam atualmente, nos conjuntos habitacionais pesquisados. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Tipo de residente	Nº de Residentes (entrevistados e familiares)	Percentagem dos residentes que não estudam atualmente
César Santana Filho	Entrevistado	42	90,5%
	Pai/mãe/cônjuge	16	100,0%
	Residente 3	37	75,5%
	Residente 4	25	63,5%
	Residente 5	13	85,5%
	Residente 6	2	75,0%
	Residente 7	1	100,0%
	Residente 8	1	100,0%
	Total	137	-
Benjamim José Cardoso	Entrevistado	55	91,0%
	Pai/mãe/cônjuge	25	100,0%
	Residente 3	46	74,5%
	Residente 4	34	75,5%
	Residente 5	16	70,5%
	Residente 6	10	65,0%
	Residente 7	5	70,0%
	Residente 8	3	83,5%
	Total	194	-
Floresta	Entrevistado	28	100,0%

Pai/mãe/cônjuge	15	100,0%
Residente 3	25	63,5%
Residente 4	19	60,5%
Residente 5	11	59,0%
Residente 6	7	71,5%
Residente 7	1	100,0%
Residente 8	0	-
Total	126	-

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

As atividades laborais realizadas pelos que trabalham (47,2% pela amostra integral), estão, na sua totalidade, associadas ao ramo de prestação de serviços, percebendo baixos salários. Este quadro está relacionado com o fato de grande parte dos moradores já ter parado de estudar. Dentre os moradores que trabalham, 44,1%, encontram-se inseridos em um contexto de informalidade. Assim, o baixo nível de escolaridade e o fato de terem parado de estudar, refletem na percepção de baixos salários para quem já está empregado e também na dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Dentre as ocupações desempenhadas pelos moradores, encontram-se as atividades de empregada doméstica/babá, com o percentual de 25,5% dos que trabalham; as atividades de faxineira/diarista, que também tem mesmo percentual, enquanto as atividades de auxiliar de serviços gerais, tem o percentual de 8,5% entre os que trabalham nos conjuntos habitacionais. Outras atividades, como garçom, enfermeira, balconista, pedreiro, lavadeira, cozinheira e montador de móveis, tem o seu percentual e a sua frequência discriminados no Apêndice 2.

De forma particular, o percentual de entrevistados que trabalha é de 35,7% e 45,5 % nos conjuntos César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, respectivamente. No conjunto habitacional Floresta este percentual chega a 67,9%. Este maior percentual pode estar relacionado à maior urbanização dos bairros Boa Vista e Vau-açu, Amoras, Barrinha, dentre outros, permitindo maior mobilidade dos moradores para os postos de trabalho existentes nesses bairros, como serralherias, lojas de material de construção, mercearias, dentre outros estabelecimentos.

Em relação à renda dos moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, os maiores percentuais estão entre os que recebem menos de 1 S.M.⁸ (33,6%) e 1 S. M. (23,7%); ou seja, a maioria (57,3%) não

⁸ Em 2014, o salário mínimo correspondia ao valor de R\$ 724,00.

consegue ultrapassar um salário mínimo. Apenas 35,5% ultrapassa esse montante. Constatou-se, também, que a maioria dos beneficiários do PMCMV, (71,1%), recebe o bolsa-família (já incluído nos segmentos de renda descritos) (GUIMARÃES, 2013).

Os dados socioeconômicos aqui destacados evidenciam a vulnerabilidade a que estão expostos os moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados; sobretudo, no que diz respeito às suas atividades laborais, pela falta de acesso à capacitação, à qualificação e à renda. Em relação à cor dos entrevistados, há o predomínio da cor parda (44,8%), conforme Tabela 4, em todos os conjuntos habitacionais. Juntos, os pardos e negros autodeclarados formam a população negra, predominante nos conjuntos pesquisados (72,8%).

Tabela 4. Número de residentes por domicílio e cor dos entrevistados nos conjuntos habitacionais pesquisados. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Residentes por domicílio	Cor do entrevistado (%)		
		Negro	Branco	Pardo
César Santana Filho	3	21,4%	30,9%	47,6%
Benjamim José Cardoso	4	34,5%	23,6%	41,8%
Floresta	4	25,0%	28,6%	46,4%
Amostra Integral	3,66	28,0%	27,2%	44,8%

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Evidenciados esses aspectos, outros também se apresentaram, relativos à possibilidade de mobilidade nos conjuntos habitacionais, que, em maior ou menor escala, interferem nas possibilidades de estudo e trabalho. Em horários após as 18 horas, a falta de transporte coletivo e a precariedade das vias de acesso (falta de passeios para pedestres, pavimentação inadequada e, principalmente, falta de iluminação pública), fazem com que esses trajetos, na percepção dos entrevistados, tornem-se perigosos após o anoitecer, reduzindo a sua utilização pelos moradores. Em última instância, esses fatores podem comprometer não somente a atividade laboral e os estudos dos residentes nos conjuntos, mas, inclusive, limitar a sua sociabilidade. Ficou constatado, também, que a maioria das residências dos conjuntos é habitada por famílias que são compostas, em média, por três pessoas (Conjunto Habitacional César Santana Filho), ou quatro pessoas (Conjuntos Habitacionais Benjamim José Cardoso e Floresta). A tendência do

grupo estudado acompanha a tendência nacional de diminuição do número de membros dos agregados familiares. “A queda da fecundidade, da mortalidade e o aumento da esperança de vida têm sido as causas diretas da diminuição do tamanho do grupo familiar em todo o mundo ocidentalizado, incluindo o Brasil” (VILLA, 2012, p. 5).

Os conjuntos habitacionais pesquisados são representativos de uma configuração espacial urbana segregada, diferenciando espaços e grupos sociais. Existem grupos que são detentores de maior acesso aos recursos de modo geral, e aqueles que têm, de acordo com Couto (2008), dificuldade de acesso aos serviços de infraestrutura urbana, como transporte público, saneamento básico, educação, saúde, habitação e também menores oportunidades de emprego formal, de profissionalização, maior exposição à violência urbana, ao medo, à injustiça social e ao preconceito racial. Desta forma:

Exclusão social é o processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos de acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto. Em circunstâncias normais, no capitalismo informacional, tal posição em geral está associada à possibilidade de acesso ao trabalho remunerado e com relativa regularidade a, pelo menos, um membro de um lar estável. A exclusão social é, de fato, o processo que priva alguém do direito ao trabalho no contexto do capitalismo (CASTELLS, 1996, p. 98).

Assim, a intensificação da exclusão social, que era concentrada nas grandes metrópoles, pode estar presente também nos pequenos municípios, obedecendo à mesma lógica. Para Couto (2008), a exclusão social pode atingir não só as pessoas, mas, também, os territórios, tornando países, regiões, cidades e bairros inteiros excluídos, transferindo essa exclusão para a maioria ou para a totalidade das populações desses lugares. No contexto dos conjuntos habitacionais estudados, a exclusão social pode ser caracterizada pela presença de alguns indicadores. A baixa escolaridade, o afastamento de atividades que busquem qualificação e capacitação, o desemprego ou o desempenho de atividades informais e os baixos salários, verificados neste capítulo, são, portanto, características socioeconômicas dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados. Estas características apontam para, além de uma segregação socioespacial, uma exclusão social, que pode influenciar de forma negativa, a sociabilidade desses moradores.

4.2 Caracterização da infraestrutura nos conjuntos

Neste estudo considera-se que a nova habitação e o conjunto habitacional, como, também, seu entorno e a cidade, constituem-se em espaços de interações dos moradores. Para Maranhão (2011), ao vivenciar novos espaços, estes vão criando significados e despertando sentimentos, a partir das relações que vão se estabelecendo. A percepção sobre o ambiente, influenciando o comportamento dos indivíduos, é ressaltada por Moser (2003):

As dimensões sociais e culturais estão sempre presentes na definição dos ambientes, mediando a percepção, a avaliação e as atitudes do indivíduo frente a ele. Cada pessoa percebe, avalia e tem atitudes individuais em relação ao seu ambiente físico e social. Por outro lado, inter-relação quer dizer também que estudamos os efeitos desse ambiente físico particular sobre as condutas humanas. Então, estamos estudando uma reciprocidade entre pessoa e ambiente (MOSER, 2003, p. 331).

Nesse contexto, a infraestrutura urbana⁹ pode se apresentar como fator limitador (barreira) ou catalisador (propulsor) das formas de sociabilidade que se estabelecem. Isso porque problemas relacionados à infraestrutura urbana podem, em maior ou menor grau, representar um quadro de segregação urbana. De acordo com Maricato (1996):

(...) A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços de saúde e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 1996, p. 56).

Com base na perspectiva acima, buscou-se caracterizar a infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais estudados, conforme Quadro 1, que contém uma descrição sintética dessa infraestrutura.

⁹ Ao conjunto de sistemas técnicos de equipamentos e serviços essenciais ao desenvolvimento das funções urbanas denomina-se infraestrutura urbana. Zmitrowicz e Neto (1997) definem estas funções de acordo com três aspectos: social: busca promover a adequação das condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança; econômico: objetiva proporcionar o desenvolvimento de atividades de produção e comercialização de bens e serviços; e institucional: oferecimento dos meios para o desenvolvimento das atividades político-administrativas da própria cidade.

Quadro 1. Características gerais da infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta. Viçosa, MG

Item de infraestrutura urbana	Possui no conjunto?	Característica(s)	Usuários (%)
Saúde (Posto de Saúde PSF)	Não	Utiliza-se em outros bairros	100%
Educação (Escolas e Creches)	Não	Utiliza-se em outros bairros	73,4%
Comércio	Em parte	- Conjunto BJC: comércios clandestinos de gêneros alimentícios em algumas casas; - Conjunto CSF: duas mercearias nas suas extremidades; - Conjunto Floresta: mercearias no entorno.	100%
Área de lazer	Em parte	- Conjuntos CSF e BJC: áreas de lazer (parquinhos); - Conjunto Floresta: salão e terreno baldio nas proximidades.	18,4%
Comunicação (Telefone público)	Não	Nenhum dos conjuntos possui telefone público.	0,0%
Comunicação (Telefone fixo)	Em parte	Somente o Conjunto Floresta dispõe deste serviço.	19,2%
Comunicação (Telefone Celular)	Em parte	Funcionamento precário em todos os conjuntos	100,0%
Comunicação (Internet)	Em parte	- CSF e BJC: Não dispõem deste serviço; - Conjunto Floresta: dispõe do serviço via telefonia fixa.	12%
Transporte coletivo	Sim	- Segunda a sexta-feira: 5 horários diários; - Finais de semanas: 2 horários diários	68%
Transporte escolar público	Em parte	- Conjuntos CSF e BJC: Ônibus escolar; - Conjunto Floresta: não é atendido por este tipo de transporte.	36,8%
Segurança (Policciamento)	Em parte	Não há uma rotina de policiamento nos conjuntos CSF, BJC e Floresta	100%
Fornecimento de água	Sim	Fornecimento regular pelo SAAE	100%
Fornecimento de energia elétrica	Sim	Fornecimento regular pela CEMIG	100%
Rede de esgoto	Sim	- Conjuntos CSF e BJC: rede ligada a caixas de coleta nas partes baixas dos conjuntos;	100%

		- Conjunto Floresta: interligado à rede do bairro.	
Coleta de lixo	Sim	Realizada pelo SAAE nos três conjuntos, três vezes por semana	100%

Fonte dados da pesquisa, 2014.

4.3 A percepção da infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais do PMCMV em Viçosa: fator restritivo à sociabilidade?

Nesse tópico, foi analisada a percepção pelos entrevistados da gravidade dos problemas associados à infraestrutura urbana, disponível no âmbito dos conjuntos habitacionais, dos seus entornos e da cidade. A partir daí, procurou-se observar as relações desses elementos com a sociabilidade dos moradores. Com esse propósito, a apreensão da gravidade dos problemas relacionados à infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais estudados foi conduzida a partir da atribuição de valores pelos moradores (em uma escala de gradação de 1 a 4) a cada um desses elementos. Sendo assim, os itens relacionados ao transporte, ao comércio, ao fornecimento de água, à energia elétrica, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, segurança, educação, saúde, lazer e comunicação, foram percebidos em termos da gradação dos problemas que eles representavam para os entrevistados. Desta forma, 1 correspondia a “problema inexistente”; 2 a problema “pouco grave”; 3 a problema “grave”; e 4 a problema “muito grave”.

Conforme apresentado na Tabela 5, o problema de maior gravidade na percepção dos moradores dos três conjuntos habitacionais percebidos pelos mesmos está relacionado à saúde – a falta de hospital e de posto de saúde no conjunto, que obteve uma média de percepção de 3,41. Dos 125 entrevistados, 90 revelaram a percepção sobre a falta de hospital e de posto de saúde no conjunto como problema muito grave e 14 revelaram esta percepção como um problema grave.

Em seguida, os entrevistados apontaram, também, como problema grave, a falta ou a distância das escolas e das creches, que obteve uma média de percepção de 3,05. Dos 125 entrevistados, 69 revelaram a percepção sobre a falta ou distância das escolas e das creches como problema muito grave e 19 revelaram esta percepção como um problema grave (Tabela 5).

A percepção sobre a falta de estabelecimento comercial no conjunto obteve uma média de percepção de 3,03, considerada, também, como problema grave na percepção

dos entrevistados dos três conjuntos habitacionais. De acordo com a Tabela 5, dos 125 entrevistados em relação a este problema, 49 tiveram a percepção de que se trata de um problema muito grave e 45 o perceberam como um problema grave.

Em relação à situação da área de lazer no conjunto, obteve-se, também, uma média de percepção de 3,03, considerada, portanto, como problema grave na percepção dos entrevistados dos três conjuntos habitacionais (Tabela 5). Assim, 66 dos 125 entrevistados, apontaram este problema como de natureza muito grave e 23 apontaram a situação da área de lazer do conjunto como um problema grave.

A percepção dos entrevistados sobre os serviços relacionados à comunicação nos conjuntos obteve uma média geral de percepção de 2,98, o que caracteriza esta variável também como um problema grave. Dos 125 entrevistados, 63 consideraram este problema como muito grave e 24 consideraram os serviços relacionados à comunicação nos conjuntos habitacionais como problema grave. É importante destacar que a média da percepção sobre este problema teve valores diferentes no conjunto habitacional Floresta, onde o serviço de telefonia fixa foi implantado. Muitos apartamentos já utilizavam o serviço, o que fez com que a percepção deste problema neste conjunto atingisse o valor de 1,46, aproximando-se, portanto, da interpretação de não ser um problema (Tabela 5).

O transporte coletivo nos conjuntos habitacionais pesquisados foi percebido pelos entrevistados, também como um problema grave, obtendo a média de percepção de 2,89. Para 54 dos 125 entrevistados, o transporte coletivo foi percebido como um problema muito grave. Da mesma forma, o transporte escolar público foi considerado um problema grave, para o qual as percepções dos entrevistados atingiram o valor de 3,17. Este serviço é utilizado por 49 famílias dos 97 entrevistados nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso. Para 31 dos 49 usuários, nestes dois conjuntos habitacionais este serviço é considerado um problema grave ou muito grave. No conjunto habitacional Floresta, este serviço é demandado, porém, não oferecido para 17 famílias dos 28 entrevistados. O não oferecimento deste serviço no conjunto habitacional Floresta é considerado um problema muito grave para 100% daqueles que necessitam deste tipo de serviço (Tabela 5). Estes dois itens da infraestrutura urbana, transporte coletivo e transporte escolar público, serão analisados de forma detalhada no subitem seguinte. A percepção sobre o serviço de policiamento nos conjuntos habitacionais atingiu uma média de 2,24, o que é interpretado como um problema de pouca gravidade. Para 47 dos 125 entrevistados este serviço não se

apresenta como um problema e para 28 entrevistados, trata-se de um problema pouco grave¹⁰ (Tabela 5). O abastecimento de água, a energia elétrica, o esgotamento sanitário e a coleta de lixo nos conjuntos habitacionais analisados obtiveram médias de 1,29, 1,32 e 1,38, respectivamente, conforme Tabela 5, o que não caracteriza essas questões como tratando-se de problemas para a maioria dos entrevistados (Tabela 5).

Tabela 5. Percepção dos entrevistados, em relação aos serviços e equipamentos e à infraestrutura urbana, por conjunto habitacional. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Tipo de serviço ou equipamento urbano nos conjuntos	Frequência				Méd. Percep.
		Não é probl.	Probl. pouco grave	Probl. grave	Probl. muito grave	
César Santana Filho	Transporte coletivo	8	2	14	18	3,00
	Transporte escolar público	3	5	6	11	2,68
	Falta de estabelecimento comercial	5	9	19	9	2,76
	Abast. de água, energia elétrica, esgoto sanitário e coleta de lixo	35	3	3	1	1,29
	Policiamento	10	13	8	11	2,48
	Falta/distância das escolas e creches	5	4	6	27	3,31
	Situação da área de lazer	10	4	9	19	2,88
	Serv. relacionados à comunicação	3	6	9	24	3,29
	Falta de hospital e posto de saúde	6	1	3	32	3,45
Benjamim José Cardoso	Transporte coletivo	11	9	11	24	2,87
	Transporte escolar público	3	6	7	8	2,84
	Falta de estabelecimento comercial	4	6	16	29	3,27
	Abast. de água, energia elétrica, esgoto sanitário e coleta de lixo	46	4	3	2	1,32
	Policiamento	25	12	7	11	2,07
	Falta/distância das escolas e creches	13	4	8	30	3,00
	Situação da área de lazer	9	5	10	31	3,15
	Serv. relacionados à comunicação	5	1	10	39	3,51
	Falta de hospital e posto de saúde	5	1	7	42	3,56
Floresta	Transporte coletivo	8	3	5	12	2,75
	Transporte escolar público	0	0	0	17	4,00
	Falta de estabelecimento comercial	5	2	10	11	2,96
	Abast. de água, energia elétrica, esgoto sanitário e coleta de lixo	23	2	2	1	1,38
	Policiamento	12	3	8	5	2,21
	Falta/distância das escolas e creches	8	3	5	12	2,75
	Situação da área de lazer	7	1	4	16	3,04

¹⁰ Estes resultados serão discutidos de forma mais ampla no item 4.5 deste capítulo.

	Serv. relacionados à comunicação	20	3	5	0	1,46
	Falta de hospital e posto de saúde	7	1	4	16	3,04
Amostra Integral	Transporte coletivo	27	14	30	54	2,75
	Transporte escolar público	6	11	13	36	4,00
	Falta de estabelecimento comercial	14	17	45	49	2,96
	Abast. de água, energia elétrica, esgoto sanitário e coleta de lixo	104	09	08	4	1,38
	Policimento	47	28	23	27	2,21
	Falta/distância das escolas e creches	26	11	19	70	2,75
	Situação da área de lazer	26	10	23	66	3,04
	Serv. relacionados à comunicação	28	10	24	63	1,46
	Falta de hospital e posto de saúde	18	3	14	90	3,04

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Tal como apontado, os serviços relacionados ao acesso à saúde obtiveram a mais alta graduação em termos dos problemas relacionados à infraestrutura urbana na percepção dos entrevistados. Nos três conjuntos, os valores são acima de 3; ou seja, 3,45 no conjunto habitacional César Santana Filho; 3,56 no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso; e 3,04 no conjunto habitacional Floresta, respectivamente, relacionando esses serviços a um “problema de natureza grave”. Esse resultado corrobora com as análises feitas por Unglert, Rosemburg e Junqueira (1987), no estudo realizado no município de Santo Amaro, SP, sobre o sistema institucional de saúde. Segundo esses autores, na prática diária esse sistema apresenta dificuldades que impedem a satisfação das necessidades de assistência à saúde da totalidade da população. Um dos fatores que contribuem para essa situação é a inacessibilidade de numerosos grupos da população aos serviços de saúde (UNGLERT, ROSEMBURG; JUNQUEIRA, 1987).

Para os atendimentos mais complexos, os moradores deslocam-se para os dois hospitais existentes na cidade: um situado na área central (Hospital São Sebastião) e o outro em área mais periférica (Hospital São João Batista). Nos atendimentos cotidianos, os moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso utilizam, atualmente, os serviços do Posto de Saúde da Família (PSF), do bairro Santa Clara¹¹. Inicialmente, os moradores utilizavam o PSF do bairro Nova Viçosa. Esta mudança, entretanto, não foi bem recebida pelos antigos moradores do

¹¹ Até pouco antes da finalização da coleta destes dados, em setembro de 2014, o atendimento dos moradores desses conjuntos ainda era feito no bairro Nova Viçosa, cujo percurso se dava por estrada também desprovida de pavimentação e iluminação.

bairro e também pelos funcionários do PSF. Para os primeiros, a demanda desses serviços pelos novos vizinhos acarretou em uma concorrência ao acesso aos serviços de saúde e para os funcionários do PSF foi vista como um acréscimo de trabalho, conforme evidenciam as falas abaixo:

O atendimento dos moradores daqui e do outro conjunto, passou para o PSF do Bairro Santa Clara, eu não fui lá ainda, passaram avisando semana passada. Agora ficou mais perto, antes era no Nova Viçosa. O problema é que aumentou a quantidade de gente pra ser atendida no Santa Clara, aí não sei se vai dar conta. Podiam ter criado um PSF só para os dois conjuntos (Entrevistada 46, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Fui marcar consulta lá em cima um dia desses, parece que eles tavam de má vontade só porque a gente mora aqui embaixo nas casinhas, tive que ficar brava lá, cheguei cedo e não estavam querendo marcar consulta pra mim. Eu tenho problema há muito tempo, há muitos anos e sei que preciso é de uma operação. Falei lá com moça, se eu pudesse pagar não vinha aqui não, venho é porque preciso (Entrevistada 76, 49 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Aqui, se você precisar de um atendimento vai ter que pedir favor a quem tem carro ou chamar táxi ou então parente, porque aqui nem táxi gosta de vir. Como que uma pessoa doente vai conseguir subir e descer esse morrão aí (Entrevistada 14, 47 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Nestas circunstâncias, a dificuldade em conseguir consulta para si ou para os familiares faz com que moradores dirijam-se a outras cidades, próximas a Viçosa:

A gente aqui em casa, eu, meus dois filhos e meu marido, consulta é em Canaã, pra mim é mais fácil eu pegar o ônibus na rodoviária e ir pra casa da minha mãe em Canaã. Lá a gente já é cadastrado e resolve o problema mais fácil do que aqui em Viçosa. (Entrevistada 55, 25 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso)

Assim, a saúde como condição essencial à realização de interações e contatos sociais, ao ter seu acesso restringido, constitui-se, também, em restrição à sociabilidade.

A falta de escolas e de creches no bairro, bem como a distância que esses estabelecimentos estão dos conjuntos habitacionais, foram percebidos como sendo problemas graves pelos moradores, cujos valores médios de percepção estiveram próximos de 3 (3,31, 3,0 e 2,75 nos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, respectivamente), de acordo com a Tabela 5. A falta de escolas que atendam a todos os estudantes nos conjuntos habitacionais ou nas proximidades, cria a dependência de um transporte escolar ineficiente nos conjuntos César Santana Filho e Benjamim José Cardoso. No conjunto habitacional Floresta este serviço não é, sequer, oferecido. A falta de creches no bairro ou nas proximidades do

conjunto habitacional Benjamim José Cardoso interfere diretamente na possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, uma vez que essas moradoras necessitam desse serviço durante o período em que trabalham. Nesse contexto, a falta de creches nas proximidades do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso torna-se fator de restrição de acesso ao mercado de trabalho e, conforme Macedo (1996), também de criação e manutenção de redes de sociabilidades. Segundo esse autor, o emprego é um ponto de referência para a vida cotidiana por vários motivos, primeiramente por ser um dos meios de subsistência, servindo também para dar ordem à vida, criar e manter redes de sociabilidade, uma vez que as amizades formadas no ambiente de trabalho são um fator importante na satisfação dos indivíduos.

Na análise da sociabilidade do grupo pretendeu-se entender onde a atividade de consumo dos moradores é efetivada: se nos limites dos conjuntos habitacionais ou fora deles. De acordo com os dados apresentados na Tabela 6, 102 entrevistados, o que representa 81,6% pela amostra integral, faz suas compras em estabelecimentos localizados na área central da cidade, conforme os percentuais que se seguem: no conjunto habitacional César Santana Filho, 85,7% dos entrevistados; no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, 81,8%; e no conjunto habitacional Floresta, 75%. Mesmo com toda a dificuldade de acesso para realização de compras, imposta pela segregação socioespacial, os moradores têm que conviver com a dependência dos comércios da área central da cidade e a falta de estrutura comercial nos bairros em que se localizam os conjuntos habitacionais.

Tabela 6. Locais onde os entrevistados fazem compras, por conjunto habitacional estudado. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Localização dos estabelecimentos comerciais	Freq.	Percent
César Santana Filho	No próprio conjunto e também em estabelecimentos do centro da cidade	1	2,4
	No entorno do conjunto e nos estabelecimentos do centro da cidade	4	9,5
	Somente em estabelecimentos do centro da cidade	36	85,7
	Somente em estabelecimentos no entorno do conjunto	1	2,4
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	No próprio conjunto e também em estabelecimentos no centro da cidade	1	1,8

	No entorno do conjunto e nos estabelecimentos do centro da cidade	3	5,5
	No próprio conjunto e também em comércios no entorno do conjunto	1	1,8
	Somente em estabelecimentos do centro da na cidade	45	81,8
	Somente em comércios no entorno do conjunto	5	9,1
	Total	55	100,0
Floresta	No próprio conjunto e também em estabelecimentos do centro da cidade	4	14,3
	Somente em estabelecimentos do centro da cidade	21	75,0
	Somente em estabelecimentos no entorno do conjunto	3	10,7
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Apesar de existirem alguns estabelecimentos comerciais que mantêm a venda de alguns poucos itens no entorno dos conjuntos, eles são pouco utilizados pelos seus moradores (Tabela 6), em função da pouca diversidade e em decorrência da pouca concorrência, o alto custo das mercadorias comercializadas, além das condições de ilegalidade¹². Sendo assim, os moradores não têm o comércio no entorno, nem o comércio clandestino como referência para suas compras nos conjuntos habitacionais.

Eu faço minhas compra tudo na cidade, aqui não dá pra comprar nada não, tudo um absurdo! Eles compram as coisas lá por dois reais e vendem aqui por quatro, cinco... eu só faço minhas compra na cidade, no supermercado, e também aqui os comércio não fica aberto o dia inteiro, se precisa de alguma coisa, vai lá tá fechado (Entrevistado 7, 27 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Comércio aqui é terrível, são clandestino, em casa mesmo, alguns colocaram, apesar de não poder ter. Mas são só coisas básica, leite, pão, etc. Tem muito pouca variedade e o preço é um absurdo. O que eles vendem aqui, se você não quiser ir na rua pra comprar, tem que pagar o preço deles. Aí, o que você compra aqui uma unidade, na rua dá pra comprar duas três unidades da mesma coisa. Um litro de leite aqui é 4 reais pra você ter uma ideia (Entrevistada 95, 27 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Faço minhas compra na rua, peço pra entregar aqui. Nas vendas ali embaixo só compro se esquecer de comprar alguma coisa na cidade. Para não ter que voltar na rua, passo e compro o que preciso e acabo

¹² Durante a pesquisa constatou-se que em algumas casas do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso funcionam pequenos comércios. Essas atividades, entretanto, são consideradas “clandestinas” pelos moradores, uma vez que o PMCMV não autoriza o comércio no interior das habitações. De acordo com observações feitas nestes locais, pode-se perceber que nas ocasiões de compra, o “freguês” não entra no estabelecimento, sendo atendido pela fresta ou por uma pequena abertura dos portões, onde praticamente só cabe a mão para apertar a campainha. Após a entrega das mercadorias, o freguês paga e sai. Em razão desta clandestinidade não há exposição de mercadorias ou identificação externa do estabelecimento.

de chegar em casa (Entrevistada 99, 33 anos, conjunto habitacional Floresta).

O fornecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo não foram percebidos como um problema para os moradores. As médias na escala de gradação apuradas em relação a esses serviços estiveram muito próximas do valor 1 para os três conjuntos: 1,29, 1,32 e 1,38, nos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, respectivamente. Entretanto, alguns depoimentos evidenciam aspectos da segregação desses conjuntos habitacionais em relação à falta de coleta de lixo nos períodos de chuva, sob a justificativa da precariedade das condições das vias de acesso.

A falta de policiamento nos conjuntos foi vista como um problema, mas os entrevistados não ressaltaram uma maior gravidade em relação à mesma. Os valores médios de percepção obtidos nesse item foram de 2,48, 2,07 e 2,21 nos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, respectivamente, o que o caracterizou como “problema pouco grave”. Os problemas de segurança mencionados (o uso de bebida alcoólica por algum membro da família; desentendimentos entre vizinhos ocasionados por som alto em horários impróprios; barulhos provocados por cães; dentre outras questões) foram vistos como questões particulares e, ou, familiares (domésticas), e de “interesse apenas das partes envolvidas”. Para eles, estes problemas, na maioria das vezes, devem ser resolvidos pelas próprias partes envolvidas, sem necessidade da intervenção da polícia, mesmo porque, eles não comparecem aos conjuntos quando são solicitados, para atendimento a esse tipo de ocorrência.

Em prosseguimento à análise da infraestrutura urbana buscou-se perceber os problemas relacionados aos serviços de comunicação. O serviço de telefonia pública e a telefonia fixa residencial, tanto a telefonia celular e quanto a internet, estão diretamente relacionados à possibilidade de interações dos moradores dos conjuntos, entre eles ou com outras pessoas fora dos conjuntos habitacionais – aspectos que são realçados na citação de Nicolaci-da-Costa (2005), abaixo:

A telefonia fixa e a telefonia celular facultam diversos tipos de interação virtual que mantêm e muitas vezes intensificam relacionamentos reais. Já a internet gera possibilidades diferentes. Em primeiro lugar, permite a ocorrência de interações passageiras entre desconhecidos que frequentam ambientes de encontro nos quais (tal como em lugares de encontro “reais”) muitos podem interagir com muitos em busca de afinidades que possam transformar essas

interações passageiras em relacionamentos (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 55).

Os dados revelaram o serviço de comunicação como sendo um problema grave, particularmente grave entre os moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso. Nesse dois conjuntos, esse serviço teve avaliações médias de 3,29 e 3,59, indicando (também nessa área) grandes deficiências, sendo considerado um problema grave. Os conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso não dispõem em seu interior ou mesmo nas imediações, do serviço de telefonia pública¹³.

Já a percepção da precariedade dos serviços de telefonia residencial fixa, como pode-se depreender da Tabela 7, não teve a mesma relevância no conjunto habitacional Floresta. À época da coleta dos dados teve início a instalação de telefonia fixa no conjunto e muitos moradores já haviam contratado esse serviço. Alguns moradores, inclusive, já estavam utilizando o serviço e se manifestavam sobre a qualidade do serviço, que até aquele momento era percebido como bom, por 50,0% dos entrevistados. Além disso, segundo os moradores, os sinais de telefonia móvel no conjunto habitacional Floresta são menos precários que nos outros conjuntos habitacionais pesquisados.

Tabela 7. Percepção dos entrevistados sobre os problemas relacionados à telefonia fixa nos conjuntos habitacionais. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Problemas relacionados à telefonia fixa	Frequência	Percentual
César Santana Filho	No conjunto não há rede de telefonia fixa	42	100,0
Benjamim José Cardoso	No conjunto não há rede de telefonia fixa	55	100,0
Floresta	No conjunto não há rede de telefonia fixa	4	14,3
	O funcionamento deste serviço é precário	10	35,7
	O funcionamento deste serviço é bom	14	50,0
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

¹³ À época das entrevistas, os moradores, majoritariamente, manifestaram-se sobre a necessidade que tinham da instalação desse serviço no conjunto, mesmo se tratando de um equipamento praticamente obsoleto e em desuso nas áreas centrais da cidade e em outros bairros.

A telefonia celular apresenta-se como um serviço precário em todos os conjuntos habitacionais pesquisados; entretanto, nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, essa precariedade é ressaltada por 97,6% e 90,9% dos entrevistados, respectivamente (Tabela 8). No conjunto habitacional Floresta, conforme já mencionado, esse serviço é percebido como precário por 53,6% dos entrevistados, o que também não deixa de ser significativo.

Tabela 8. Percepção dos entrevistados sobre os problemas relacionados à telefonia celular nos conjuntos habitacionais. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Problemas relacionados à telefonia celular	Frequência	Percentual
César Santana Filho	O funcionamento deste serviço é precário	41	97,6
	O funcionamento deste serviço é bom	1	2,4
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	No conjunto este serviço não funciona	3	5,5
	O funcionamento deste serviço é precário	50	90,9
	O funcionamento deste serviço é bom	2	3,6
	Total	55	100,0
Floresta	O funcionamento deste serviço é precário	15	53,6
	O funcionamento deste serviço é bom	13	46,4
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

A maior parte dos moradores não acessa a internet nos três conjuntos habitacionais, o que pode ser observado na Tabela 9, por meio dos percentuais de 81,0%, 89,1% e 96,4%, nos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, respectivamente. No conjunto habitacional Floresta, que já dispõe do serviço de telefonia fixa, os entrevistados não o utilizam por se tratar de um serviço caro. Assim sendo, pode-se concluir que o fato de o serviço poder ser disponibilizado nos conjuntos habitacionais, não garante que seu uso ocorra pela maioria dos moradores.

Tabela 9. Percepção dos entrevistados sobre os problemas relacionados à internet nos conjuntos habitacionais. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Problemas relacionados ao acesso à internet	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Não acessa este tipo de serviço no conjunto	34	81,0
	Acessa, porém de forma precária	8	19,1
	O acesso a este serviço é bom	-	-
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Não acessa este tipo de serviço	49	89,1
	Acessa, porém de forma precária	2	3,6
	O acesso a este serviço é bom	4	7,3
	Total	55	100,0
Floresta	Não acessa este serviço por ser caro	27	96,4
	Acessa, porém de forma precária	1	1,2
	O acesso a este serviço é bom	2	2,4
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Os dados apontam restrições em relação às oportunidades de realização de uma maior sociabilidade pelos moradores, não só no âmbito do conjunto habitacional, mas, também, fora dele, pela não inserção no novo espaço das tecnologias digitais que surgiram como “um novo espaço para a comunicação, a sociabilidade, a organização e a transação” (LÉVY, 1999, p. 32).

Na análise dos problemas percebidos pelos moradores no conjunto, a situação da área de lazer alcançou, nos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta, indicadores próximos a 3 (2,88, 3,15 e 3,04, respectivamente), indicando que trata-se de um problema grave, já que nessa área, eram perceptíveis grandes deficiências. Ressalta-se que, nos conjuntos César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, ambos situados no bairro São Francisco de Assis, foram construídos parquinhos para crianças e no conjunto Floresta, foram construídos dois salões destinados à socialização dos moradores. Este espaço corresponde à área de dois apartamentos, sem as paredes divisórias. Além desses dois salões, duas áreas entre os blocos também foram destinadas para este fim. Entretanto, uma dessas áreas foi fechada e está sendo utilizada para abrigar uma central telefônica, conforme pode ser observado na Figura 8. Os entrevistados não souberam dar maiores detalhes em relação a esse procedimento.



Figura 8 – Utilização de vão entre os conjuntos habitacionais para instalação de central de equipamentos de telefonia. Viçosa, MG.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Prosseguindo na análise, a Tabela 10 demonstra a percepção dos entrevistados em relação ao uso das áreas de lazer dos conjuntos habitacionais.

Tabela 10. Percepção dos entrevistados em relação à área de lazer nos conjuntos habitacionais. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Percepção dos entrevistados em relação à área de lazer do conjunto habitacional	Freq.	Percent.
César Santana Filho	Para o entrevistado, praticamente não existe uma área de lazer no conjunto.	19	45,2
	Encontra-se depredada, falta de alguém para cuidar	15	35,7
	Encontra-se sem condição de uso, pois é utilizada como local de consumo de drogas	4	9,5
	Não quis se manifestar sobre esse assunto	4	9,5
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Praticamente não existe uma área de lazer no conjunto	36	64,7
	Encontra-se depredada, falta de alguém para cuidar	12	21,8
	Encontra-se sem condição de uso pois é utilizada como local de consumo de drogas	2	3,6
	É utilizada por adolescentes e adultos, não dá para levar criança	5	9,1

	Total	55	100,0
Floresta	Praticamente não existe uma área de lazer no conjunto	27	96,4
	Tem só um campinho em condições muito ruins	1	3,6
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Com relação às áreas de lazer dos conjuntos habitacionais, pela amostra integral, 65,6% dos entrevistados disseram que “praticamente não existe uma área de lazer nos conjuntos”. Em termos específicos, os distintos percentuais evidenciam realidades diversas nos conjuntos estudados, sendo apontados por 45,2% dos moradores do conjunto habitacional César Santana Filho; por 64,7% dos moradores do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso; e por 96,4% dos moradores do conjunto habitacional Floresta. Desta forma, esta percepção apresenta-se sob dois aspectos, que se complementam: o primeiro deles se refere ao fato de as áreas de lazer dos conjuntos estudados não serem reconhecidas como tal pelos moradores. E, por causa disso, os locais não são frequentados pela maioria dos moradores. Isso se justifica, em parte pelo fato de que as áreas de lazer construídas nesses conjuntos se dirigem somente ao público infantil. Por outro lado, desde o início o parque foi apropriado por adultos e adolescentes, afugentando as crianças de faixas etárias menores, como pode ser observado no depoimento a seguir:

Área de lazer? Aqui não tem não. A área de lazer dos meninos é na rua, igual você tá vendo, eles brincam é na rua. A casa é pequena, como que vai prender os meninos dentro de casa? (Entrevistada 97, 30 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

O segundo aspecto se refere às condições inóspitas registradas, por exemplo, e na fala de uma das moradoras abaixo, como a sujeira, a falta de iluminação, a falta de segurança e até o uso do local para consumo de drogas.

Ali embaixo não tem como usar não, os brinquedos estão todos estragados, não tem como levar criança lá não. Só menino grande é que vai lá jogar bola de vez em quando, mas não respeitam ninguém. É um lugar muito sujo, muito tipo de sujeira, porque a noite vai gente pra lá usar droga e outras coisas, porque não tem luz e nem tem gente pra tomar conta. Pra mim não existe, pra te falar a verdade, só fui lá uma vez quando mudei, não voltei mais (Entrevistada 79, 34 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

No conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, a má conservação do local o torna sem condições de uso; os brinquedos instalados na época da entrega das moradias

foram depredados, existindo hoje apenas sucatas no local, conforme pode ser observado nas Figuras 9 e 10.



Figuras 9 e 10 – Área de lazer do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso. Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

De outro lado, no conjunto habitacional César Santana Filho, os acessos a essas áreas estavam mal conservados e sujos, assim como os brinquedos que também tinham sido depredados, conforme pode ser observado nas Figuras 11 e 12. O local não apresenta condições de uso, não sendo considerado útil, mesmo pelos moradores com filhos em idade de usufruírem dele. Especialmente neste conjunto, a área de lazer foi instalada em uma porção muito baixa em relação ao nível das ruas, ficando praticamente escondida. Os moradores, não se sentem responsáveis pela manutenção do local. A manutenção dos brinquedos e a limpeza e capina, segundo os moradores, também não é feita pelo poder público e nem pela construtora, o que contribui para a falta de segurança no local. Nas áreas de lazer dos conjuntos habitacionais Benjamim José Cardoso e César Santana Filho, os brinquedos são instalados diretamente no solo, sem caminhos para acessá-los, bancos ou iluminação, além disso, o contato direto do metal com o solo, provoca a oxidação rápida dos brinquedos, tornando-os perigosos.



Figuras 11 e 12 – Acesso e área de lazer do conjunto habitacional César Santana Filho. Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

No conjunto habitacional Floresta, os locais destinados à recreação não são utilizados para este fim e estavam fechados à época das entrevistas. Em algumas poucas situações eles são utilizados para reuniões e, ou, festas, sob pagamento de uma taxa, o que justifica o percentual de 96,4% dos moradores desse conjunto afirmarem que praticamente não existe uma área de lazer no referido conjunto. Para os entrevistados desse conjunto a área de lazer é um campo de futebol desativado (terreno baldio), localizado nas imediações, conforme pode ser observado nas Figuras 12 e 13. Entretanto, à noite, em frente a esse local, as lâmpadas dos postes de iluminação estão constantemente quebradas, conforme relato de moradores, tornando-se um local perigoso. Esse local, durante o dia assume uma identidade, os moradores costumam levar os cães para passeio durante o dia, entretanto à noite torna-se, de certa forma, proibido para a grande maioria dos moradores, por ser utilizado para consumo e tráfico de drogas. Segundo informações de moradores do conjunto habitacional Floresta, nesse local já ocorreram diversos homicídios.



Figuras 13 e 14 – Local que os moradores do conjunto habitacional Floresta consideram como área de lazer. Viçosa, MG.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

A utilização indevida das áreas de lazer por usuários de drogas foi relatada por seis dos entrevistados nos três conjuntos habitacionais e era vista como um problema e também um incômodo. Apesar disso, a observação durante o trabalho de campo bem como as falas dos entrevistados revelam uma convivência quase naturalizada com essa situação, tal como revela a fala dessa entrevistada: “usam pra lá, não incomodam a gente” (Entrevistada 5, 30 anos, conjunto habitacional César Santana Filho). A sociabilidade dos moradores e, particularmente, a das crianças, é marcada pela convivência próxima com a presença de drogas no conjunto. É o caso, por exemplo, de um morador do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, tal como expressa a sua fala abaixo:

Meus filhos já estão grandes, eu falo e eles entendem, mesmo porque posso falar do que já passei, já que sou ex usuário. Mas no conjunto aqui, se você olhar, vai ver um monte de criança ociosa, andando por aí. Os caras usam, compra e vende na frente delas, isso pode ser no futuro um problema muito sério pra nós, porque esses meninos começam a usar drogas, começam a roubar e agredir as pessoas para comprar e a coisa vai piorando (Entrevistado 68, 37 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Aqui tem tudo, tem tráfico e uso de droga e até de arma durante o dia, a céu aberto, eles fazem isso na frente de todo mundo, inclusive de crianças. É um problema muito sério pra mim que tenho filho pequeno (Entrevistado 118, 32 anos, conjunto habitacional Floresta).

As apropriações feitas dos locais inicialmente planejados como áreas de lazer, bem como a inadequação e, ou, as restrições (sociais e sanitárias), contribuem para a má qualidade desses espaços e fazem com que os moradores não os reconheçam como áreas de contatos e encontros. Estes resultados representam aspectos negativos às condições de interação e de produção de novas formas de sociabilidade para os moradores dos conjuntos, uma vez que, “[...] os espaços abertos coletivos deveriam ser o lugar comum, onde residentes têm a oportunidade de realizar as atividades recreacionais e funcionais que propiciam vínculos entre a comunidade” (LAY; REIS, 2002, p. 25).

Por outro lado, é preciso estar atento ao fato de que o lazer reflete práticas culturais de um grupo e, ou, segmento e não está restrito aos locais inicialmente planejados nos conjuntos. Para Marcellino (2002), não existe um consenso sobre o que seja lazer entre os estudiosos do assunto e menos ainda em nível da população em geral. Trata-se de um termo carregado de preferências e juízos de valor. O mesmo autor enfatiza que as diferenças acentuadas quanto ao significado da palavra lazer podem ser

observadas até nas conversas informais. Parte da população associa o lazer às atividades recreativas ou a eventos de massa.

Desta forma, as más condições das áreas de uso coletivos dos conjuntos habitacionais pesquisados¹⁴, inviabilizam o lazer dos moradores no contexto citado por Marcellino (2002, p. 14), como “tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas”.

Diante das constatações deste capítulo, pode-se corroborar a primeira hipótese: O “Campo de Sociabilidade” dos moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV se restringe em um contexto de segregação socioespacial, pela precariedade associada aos serviços e infraestrutura disponíveis. No âmbito deste estudo, é evidente que muitos serviços urbanos não são oferecidos ou o são de forma precária de acordo com a percepção dos entrevistados. Essa dificuldade de acesso aos itens da infraestrutura urbana ocasiona rebatimentos e limitações sobre a sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados.

4.4 Mobilidade e seus efeitos na sociabilidade dos residentes dos conjuntos

Estudos têm apontado as desigualdades das classes sociais influenciando nas oportunidades de mobilidade espacial, no acesso ao emprego e no aumento da violência nas cidades como componentes da análise sobre segregação socioespacial.

Desta forma, a mobilidade e a possibilidade de seu exercício apresentam-se como essenciais para o exercício da cidadania. Assim, a mobilidade, quando não exercida de forma satisfatória, pode ser considerada, também, como elemento inibidor de uma sociabilidade mais ampla para moradores de locais segregados, fazendo aumentar o seu isolamento.

Para Villaça (2001), o espaço intraurbano é estruturado de forma fundamental pelas condições de deslocamento do ser humano, seja como portador da sua força de trabalho (deslocamento casa/trabalho), seja como consumidor (deslocamento casa/compras, casa/lazer, etc.).

No âmbito deste estudo, a precária infraestrutura urbana dos conjuntos habitacionais é evidenciada, dentre outros aspectos, pela subordinação dos moradores ao transporte coletivo como forma de mobilidade para as áreas externas aos conjuntos

¹⁴ As análises do lazer e sua associação com a sociabilidade serão abordadas no capítulo 5.

habitacionais. O transporte coletivo é percebido como um problema grave na percepção dos moradores dos conjuntos César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta (Tabela 11). Nesses conjuntos, esse item atingiu os valores de 3,00, 2,87 e 2,75, respectivamente, média igual ou aproximada ao valor 3, que caracteriza a percepção como tratando-se de um problema grave. De modo geral, 84,4% dos moradores entrevistados utilizavam o transporte coletivo para se deslocarem dos conjuntos (Tabela 11). Esse dado deve ser visto como uma necessidade dispendiosa, sobretudo, por se tratar de um segmento cuja renda não ultrapassa três salários mínimos e onde 57,3% dos moradores têm renda igual ou inferior a um salário mínimo.

Tabela 11. Uso do transporte coletivo nos conjuntos habitacionais pesquisados. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Uso do transporte coletivo	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	36	85,7
	Não	6	14,3
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	47	85,5
	Não	8	14,5
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	23	82,1
	Não	5	17,9
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Isso fica evidente ao perceber o percentual de indivíduos que fazem esse deslocamento à pé (20,8%) (Tabela 12), acarretando um menor custo econômico, mas uma maior exposição desses moradores a situações de risco, já que os acessos utilizados por eles, principalmente nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, são considerados perigosos, principalmente à noite, embora possam representar um menor tempo de percurso à pé. De acordo com Pereira (2007), a circulação é essencial para que ocorra o deslocamento das pessoas para trabalhar e para outras atividades, implicando altos custos e fazendo com que as pessoas procurem outras alternativas, como o deslocamento a pé ou de bicicleta.

Tabela 12. Formas de locomoção dos entrevistados nos conjuntos habitacionais, pela amostra integral. Viçosa, MG

Formas de locomoção	Frequência	Percentual
Automóvel	5	4,0
Motocicleta	9	7,2
A pé	26	20,8
Só utiliza o transporte coletivo	85	68,0
Total	125	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

A precariedade do transporte coletivo em áreas segregadas reforça a exclusão e a relação de dependência. Conforme questiona Santos (2011), afinal a mobilidade das pessoas é um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou um benefício ocasional? Para o autor,

Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não disporem de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. É o mesmo que se dá com os transportes. Caros e ruins. Ruins e demorados. Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas? (...) (SANTOS, 2011, p. 123).

Na percepção dos moradores, não há horários suficientes para atendimento à população, conforme explicita o depoimento de uma das moradoras abaixo:

O transporte coletivo aqui é um problema grave, porque se você vai pra cidade às 6 ou 7 horas, que são os dois horários pela manhã, só pode voltar às 11 horas. Aí tem também às 12 e às 13 horas. Depois das 13 horas, só às 17h30, após esses horários, não tem mais lotação pra cá. Tem que vir fora desses horários, até o bairro Santa Clara e acabar de chegar a pé (Entrevistada 95, 27 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Dos 125 entrevistados, 99 (ou 79,2% do total) afirmaram existir poucos horários de ônibus durante a semana e nos finais de semana, sendo este o mais representativo dos problemas relacionados ao transporte coletivo nos conjuntos habitacionais pesquisados (Tabela 13).

Tabela 13. Problemas relacionados ao transporte coletivo nos conjuntos habitacionais, pela amostra integral. Viçosa, MG

Problemas relacionados ao transporte coletivo	Frequência	Percentual
Poucos horários durante a semana	2	1,6
Poucos horários nos finais de semana	4	3,2
Poucos horários durante a semana e nos finais de semana	99	79,2
Precariedade dos veículos	1	0,8
Tempo de deslocamento para o destino	1	0,8
Precariedade das vias de acesso usadas pelo coletivo	6	4,8
Não há problemas ou não utiliza o transporte coletivo	12	9,6
Total	125	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

De acordo com as informações dos entrevistados, diariamente, existem disponíveis seis horários de transporte coletivo nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, ou seja, às 6, 7, 11, 12, 13 e 17h:30, com redução do número de horários nos finais de semana. Este fato dificulta a mobilidade dos moradores. A fala da entrevistada 17 reforça os aspectos relativos à mobilidade no conjunto:

Pra gente sair daqui depende de lotação, mas só tem quatro horários durante o dia, aí a gente tem que ir na cidade, fazer as coisas e ficar esperando até dar o horário do ônibus pra voltar. Se perder a lotação, depois das 17h30, a lotação só vai até na pracinha do bairro Santa Clara, o restante tem que vir a pé, aí é perigoso demais. Final de semana então, fica pior, no domingo são só dois horários, o jeito é ficar por aqui mesmo (Entrevistada 17, 18 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Os seis horários diários visam atender somente àqueles que trabalham nos horários convencionais; e as atividades laborativas, que ocorrem em horários diferenciados, não são contempladas, incorrendo em prejuízos para os no acesso ao mercado de trabalho. Conforme aponta Cardoso (2008), o objetivo do planejamento de transporte nas cidades limita-se a propiciar a mobilização de força de trabalho para o capital, deixando de lado necessidades básicas do trabalhador, como educação, saúde e lazer. Isso se evidencia pela prioridade que o poder público confere ao transporte coletivo urbano em determinadas regiões e pela distribuição da frequência dos ônibus, principalmente nos horários de ida e volta ao trabalho, enquanto as empresas subsidiam passagens para garantir a presença do trabalhador nas indústrias e comércio, com a utilização do vale-transporte (CARDOSO, 2008). Esses aspectos ficam evidentes na fala de uma das entrevistadas:

Eu trabalho de garçomete, geralmente à noite, então, para voltar para casa eu tenho que dormir na casa da minha mãe no bairro Santa Clara e vir para minha casa no dia seguinte, pela manhã. Porque não tem lotação e é perigoso demais voltar a pé. Como que a gente vai trabalhar e voltar de táxi todo dia, não tem como. E também tem a questão de vir a pé, não é tão longe, mas o problema é o perigo de passar no escadão ou então na estrada depois que escurece (Entrevistada 19, 19 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Para Gomide (2006), a dificuldade de acesso ao transporte coletivo, restringindo a mobilidade para fins laborais, impedindo o desenvolvimento das capacidades humanas e provocando a desigualdade de acesso às oportunidades entre os grupos sociais, colabora com a manutenção do círculo vicioso da exclusão social. Ao deixar de atender aos moradores de forma eficiente, o transporte coletivo não se comporta como instrumento de promoção da inclusão social e pode se colocar como um fator de restrição da sociabilidade.

Em relação ao transporte escolar público, foram identificados 49 entrevistados, nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, que informaram utilizar esse tipo de transporte, o que representa 39,2% dos entrevistados nos três conjuntos habitacionais (Tabela 14). Em relação aos dois primeiros conjuntos, dos 49 usuários, 32 deles (65,5%) associaram este tipo de transporte a um problema grave ou muito grave. Em relação ao conjunto habitacional Floresta, 61,0% dos entrevistados, ou seja, 17 dos 28 entrevistados, afirmaram ter necessidade de uso do transporte escolar público; entretanto, o conjunto não é atendido por este tipo de serviço. O fato de não ser atendido por esse serviço, configura-se como um problema muito grave na percepção desses entrevistados no conjunto habitacional Floresta. De modo geral, o serviço de transporte escolar público é avaliado como um problema grave ou muito grave por 74,4% dos entrevistados, nos três conjuntos habitacionais.

Tabela 14. Uso do transporte escolar público nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Uso do transporte escolar público	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	25	59,5
	Não	17	40,5
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	24	43,7
	Não	36	56,3
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	0	-

	Não	28	100,0
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Para os moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso que têm disponível esse transporte – e que o utilizam – diversos foram os problemas detectados, conforme consta na Tabela 15. Por causa da proximidade dos dois conjuntos eles são atendidos diariamente pelos mesmos veículos.

Tabela 15. Transporte escolar público e problemas detectados pelos usuários nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Em relação ao transporte escolar público, o que você considera como um problema?	Freq.	Percent.
César Santana Filho	Indisciplina no interior do veículo escolar público	7	28,0
	Veículo em condições precárias	5	20,0
	Não pavimentação das vias, em época de chuva não há transporte	14	56,0
	Trajetos do veículo que não atende a todos	5	20,0
	Namoro de adolescentes no interior do veículo	7	28,0
	Falta de assistente para ajudar o motorista no controle dos estudantes	6	24,0
	Superlotação dos veículos	7	28,0
Benjamim José Cardoso	Indisciplina no interior do veículo escolar público	6	25,0
	Veículo em condições precárias	4	16,7
	Não pavimentação das vias, em época de chuva não há transporte	13	54,1
	Trajetos do veículo que não atende a todos	4	16,7
	Namoro de adolescentes no interior do veículo	6	25,0
	Falta de assistente para ajudar o motorista no controle dos estudantes	5	20,9
	Superlotação dos veículos	6	28,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

De acordo com a Tabela 15, pode-se perceber que a utilização do transporte escolar público pelos moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso é perpassada pela convivência com diversos tipos de problemas (alguns usuários apontaram mais de um problema). O mais significativo dos problemas, que é percebido por 56% dos moradores do conjunto habitacional César Santana Filho e por 54,1% dos entrevistados no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, refere-

se à não pavimentação das vias, pois em época de chuva não há transporte escolar. Ainda que os outros problemas apresentados sejam bastante significativos, eles não são responsáveis pela inviabilização do transporte diariamente.

Assim, analisou-se a percepção dos entrevistados em relação à mobilidade para o exterior dos conjuntos habitacionais, dimensionando esta percepção da mesma forma que os itens da infraestrutura urbana. Conforme se depreende da Tabela 16, para os entrevistados do conjunto habitacional César Santana Filho, apenas 21,4% consideraram que a mobilidade não é tida um problema; no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso esta percentagem foi de 18,2% e no conjunto habitacional Floresta foi de 32,1%. Por outro lado, no primeiro conjunto, somadas as percepções dos moradores que consideram a mobilidade um problema grave ou muito grave, o percentual atinge 69%. No segundo e terceiro conjuntos mencionados, atingem os percentuais de 69,1% e 58,9%, respectivamente, o que os caracteriza como bastante significativos.

De modo geral, no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, o acesso ao Bairro Santa Clara e à cidade ocorre por vias em péssimas condições. No conjunto habitacional César Santana Filho, além dos mesmos acessos já mencionados, há a escada hidráulica, que apesar da precariedade e da improvisação, é bastante utilizada como um acesso ao Bairro Santa Clara (Figura 15).



Figura 15 – Escadão. Escada hidráulica muito utilizada de forma improvisada para acesso ao bairro Santa Clara pelos moradores do conjunto habitacional César Santana Filho. Viçosa, MG.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Conforme já mencionado neste estudo, o conjunto habitacional Floresta é o que apresenta o menor nível de segregação socioespacial dos três conjuntos pesquisados, encontrando-se, atualmente, em área mais urbanizada e, por este motivo, associando-se a um percentual menor de gravidade em relação à mobilidade.

Tabela 16. Percepção dos entrevistados em relação à mobilidade nos conjuntos habitacionais. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Gradação da percepção em relação ao problema da mobilidade	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Não é um problema	9	21,4
	É um problema de pouca gravidade	4	9,5
	É um problema grave	8	19,0
	É um problema muito grave	21	50,0
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Não é um problema	10	18,2
	É um problema de pouca gravidade	7	12,7
	É um problema grave	15	27,3
	É um problema muito grave	23	41,8
	Total	55	100,0
Floresta	Não é um problema	9	32,1
	É um problema de pouca gravidade	2	7,1
	É um problema grave	9	32,1
	É um problema muito grave	8	28,6
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Concluindo esse tópico, pode-se dizer que a realidade de segregação socioespacial dos moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta está fortemente associada à falta de mobilidade que vivenciam. No próximo tópico, buscou-se analisar como esse fenômeno da segregação socioespacial influencia a percepção de risco dos moradores desses conjuntos habitacionais e em que medida essa percepção coloca-se como elemento inibidor da sociabilidade entre vizinhos.

4.5 A percepção do risco de violência pelos moradores dos conjuntos habitacionais

Para Skogan (1986), há uma relação entre as características dos locais e a percepção de risco, ou seja, elas se retroalimentam. Uma alta percepção de risco pode contribuir para o enfraquecimento do controle social informal e retraimento do indivíduo na vida comunitária, levando ao declínio das condições ambientais locais, gerando, assim, o aumento da percepção de risco.

Nesse sentido, identificou-se a percepção de risco de sofrer violência a partir das características do local, conhecidas como “incivilidades” (barulhos em horários não permitidos, desentendimentos e brigas com vizinhos, brigas de crianças; animais nas residências; problemas com divisas; etc.), e sinais de desorganização social (consumo de bebida alcoólica e drogas no conjunto, presença de gangs, presença de meninos de rua, lixo acumulado, deterioração e, ou, abandono de casas). Esses aspectos são percebidos por Souza (2011) como “incivilidades”, na medida em que estas permitem pensar microviolências, ou ainda, sugerem a violência, preparando um ambiente que favorece a consecução de atos violentos, tendendo a provocar quebras no pacto social e no contexto de relações humanas e em regras de boas convivências. Para Garcia (2006), esta ruptura, provocada pelas incivilidades, chega a ultrapassar as regras e atinge também as expectativas em relação à convivência e aos pactos sociais que perpassam as relações humanas.

Portanto, buscando captar a percepção de risco dos entrevistados em relação a vários desses elementos relacionados como sinais de “incivilidades” e de desorganização social, os moradores deveriam se posicionar se alguns desses elementos constituiriam, ou não, um problema no conjunto, a partir da mesma ordem gradativa utilizada nos itens anteriores, consubstanciada na Tabela 17.

Tabela 17. Média da percepção dos entrevistados quanto aos problemas detectados nas relações entre vizinhos, pela amostra integral. Viçosa, MG

Problemas detectados nas relações entre vizinhos nos conjuntos habitacionais (Incivilidades)	Média de percepção dos problemas (Mínimo = 1; Máximo = 4)
Barulho após horário permitido no conjunto	1,59
Consumo de bebidas alcoólicas no conjunto	1,52
Brigas entre familiares e vizinhos no conjunto	1,45
Desentendimento entre crianças no conjunto	1,44

Animais nas residências	1,90
Divisas de terrenos no conjunto	1,26
Queima ou acúmulo de lixo por vizinhos no conjunto	1,48
Abandono e, ou, má conservação de casas ou apartamentos no conjunto	1,41

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Na análise dos resultados observou-se, inicialmente, que, na média geral, “animais nas residências” foi tido como um problema pouco grave para os entrevistados, 1,90% na média geral. Apesar disso, destaca-se que, dos 125 entrevistados, 20 perceberam este problema como muito grave e 19 como problema grave, o que corresponde a 31,2% do total. Neste aspecto, os moradores se referiram tanto ao barulho provocado por cães, como a existência de outros tipos de animais, principalmente, cavalos, porcos e galinhas, criados por alguns vizinhos. A criação desses animais em ambiente doméstico foi apontada por eles, como sendo prejudicial, sobretudo, pelo mau cheiro causado pelos detritos produzidos. Alguns depoimentos e a Figura 15, que se segue, refletem esta percepção.

A gente tem problema com os vizinhos, eles acabam fazendo algumas coisas que não gostamos, como, por exemplo, dar banho no cachorro e depois jogar a água na canaleta¹⁵. A água para e dá muito mal cheiro na porta da nossa cozinha. Esta canaleta é só pra água de chuva! (Entrevistado 13, 18 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Tem muita gente aqui que tem costume de criar galinha, pato, cachorro, nos fundos da casa. Eles esquece que o fundo do quintal dele dá justamente na minha porta de cozinha, e é um mau cheiro danado, pior é que não pode falar nada, senão a pessoa já quer discutir. Na cidade a gente sabe que não dá pra criar animal, porque não tem espaço, só que eles acham que isso é normal (Entrevistado 7, 27 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Pra mim, o que atrapalha é a quantidade de cachorros; as pessoas pegam e depois abandonam. Eu nunca gostei de cachorro e tive que arranjar um para espantar os que entravam no meu quintal. Além de cachorro, tem cavalo e até vacas que ficam soltas nas ruas (Entrevistada 95, 27 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

¹⁵ O conjunto habitacional César Santana Filho (Sol Nascente), em sua parte central, tem uma canaleta que passa nos fundos das residências utilizada para escoamento de água das chuvas. Entretanto, para que a água escoe normalmente, é necessário que cada morador a mantenha limpa no seu quintal, caso contrário, a água ficará empocada naquele ponto e também no quintal do vizinho.



Figura 16 – Animais nas residências e proximidades das residências. Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Na média geral dos entrevistados, o barulho produzido por aparelhos de som em residências, veículos ou outras situações de ruídos incômodos também foi percebido como um problema inexistente a pouco grave (1,59 na média geral). Entretanto, um segmento significativo (17,3%), percebeu esta questão como grave ou muito grave¹⁶. Isto se deu, especialmente, no conjunto habitacional Floresta, provavelmente, por se tratar de um conjunto de apartamentos onde a proximidade das moradias intensifica ainda mais essa problemática, conforme pode ser observado nas declarações abaixo:

A vizinha de cima acorda cedinho para trabalhar e usa um calçado que faz muito barulho aqui embaixo. Ela começa a andar e acorda todo mundo aqui em casa, parece até que faz de propósito para incomodar a gente (Entrevistada 8, 29 anos, conjunto habitacional Floresta).

Dá final de semana aqui, é que o pessoal faz mais barulho. A gente tá querendo descansar e fica o pessoal ouvindo essa música alta no carro, debaixo da janela da gente. Tem que aguentar, porque se você chama a polícia eles ficam sabendo que você chamou e te marca, porque é gente que não tem nada a perder (Entrevistada 112, 34 anos, conjunto habitacional Floresta).

O consumo de bebidas alcoólicas nos conjuntos habitacionais pesquisados também foi avaliado como um problema pouco grave, que obteve média de 1,52 nas avaliações feitas; assim, como as brigas familiares e entre vizinhos também foram consideradas um problema pouco grave. Apesar desses dados, algumas das falas de

¹⁶ Dos 125 entrevistados, 15 perceberam este problema como grave e 11 classificaram-no como muito grave.

depoentes, conforme pode ser visto na fala abaixo, deixam emergir nessas avaliações uma tendência de percepção dos problemas relacionados a brigas e agressões no âmbito doméstico como sendo comportamentos “normais”, que tendem a ser resolvidos “em família”, não sendo do âmbito das análises ou dos questionamentos externos, muito menos uma necessidade de intervenção policial.

Aqui nessa rua não tem muito desses problemas não, só um casal aqui que bebe e briga demais. Um dia desses eu tava vindo de carro, e o vizinho ali da frente tava bêbado e deitado no meio da estrada, mas estava com a bicicleta, como é que eu ia trazer ele e deixar a bicicleta pra trás, cheguei aqui e avisei para buscarem ele. Mas na rua de baixo, a gente escuta daqui, é briga direto dentro de casa e até no meio da rua, por causa de “cachaça” (Entrevistado 3, 52 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Este aspecto fica bastante evidente nos eventos (agressões, pequenos furtos e desentendimentos entre vizinhos), que foram relacionados por aproximadamente metade dos entrevistados em todos os conjuntos habitacionais estudados, afirmando já ter presenciado ou ele próprio ter sido vítima de alguma ação violenta (Tabela 18).

Tabela 18. Percepção dos entrevistados em relação a já ter sofrido ou presenciado algum tipo de violência no conjunto habitacional. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Já sofreu ou presenciou algum tipo de violência no conjunto habitacional	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	21	50,0
	Não	21	50,0
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	29	52,7
	Não	26	47,3
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	14	50,0
	Não	14	50,0
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Os relatos, a seguir, são também incontestes no que diz respeito à violência vivenciada no cotidiano dos conjuntos:

Eu tive que fechar aqui com essa cerca de casqueiro, não ficou bonito, é só pra fechar mesmo, porque estavam usando meu quintal como local de passagem. Tem mais ou menos um mês, mataram um rapaz na rua de baixo, ali perto do bar, e o cara que matou, passou aqui na porta da minha sala, com o revólver na mão. E minha menina

brincando pertinho do local onde ele passou (Entrevistado 7, 27 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Eu cheguei aqui em casa tava tudo quebrado, uma mulher que mora ali embaixo e o marido dela, eles jogaram umas pedras enormes, quebraram tudo, as janelas, os móveis, quebraram tudo, chamei a polícia e não adiantou nada, você pode até ver o tamanho da pedra, aqui é desse jeito! (Entrevistada 75,51 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Aqui já entraram dentro da minha casa, comigo aqui dentro, parece que eles tinham usado droga, eram jovens, eu tentei reagir, não valeu de nada, levaram algumas coisas, mas, principalmente, as coisas que tinha na geladeira, eles levaram tudo. Aqui, se você deixar um chinelo do lado de fora ou roupa no varal, eles levam. Coloquei muro e portão e agora só fico dentro de casa, não dá pra ficar dando boabeira na rua, aqui é tudo fechado (Entrevistada 60, 59 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Aqui, o pessoal que usa e trafica anda aí na rua, com arma na mão, usando droga perto das crianças, eu tenho vontade de mudar daqui por causa disto, ter que conviver com estas coisas é muito ruim, principalmente pra gente que tem filho pequeno (Entrevistado 118, 32 anos, conjunto habitacional Floresta).

Manifestações individuais apontaram algumas questões, a exemplo do desentendimento entre crianças no conjunto; animais nas residências; divisas de terrenos; queima ou acúmulo de lixo por vizinhos; e abandono e, ou, má conservação de casas e, ou, apartamentos), como sendo problemas graves ou muito graves nos conjuntos. Entretanto, para a maioria, na análise das médias gerais, não figuraram como problemas de relevância.

A partir desse ponto foi analisada a percepção do entrevistado em relação à gradação da violência como um problema nos conjuntos habitacionais pesquisados. Essa gradação foi dimensionada da mesma forma que os itens analisados anteriormente. De modo geral, a violência não foi considerada um problema para 54% dos entrevistados. Mas, 26,4% classificaram-na como uma questão “grave ou muito grave”. No conjunto habitacional César Santana Filho, 38% dos entrevistados perceberam a questão da violência como problema grave ou muito grave (Tabela 19).

Tabela 19. Percepção dos entrevistados em relação à violência, por conjunto habitacional e pela amostra integral. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Gradação da percepção em relação ao problema da violência	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Não é um problema	22	52,4
	É um problema de pouca gravidade	4	9,5

	É um problema grave	8	19,0
	É um problema muito grave	8	19,0
	Subtotal	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Não é um problema	28	50,9
	É um problema de pouca gravidade	16	29,1
	É um problema grave	5	9,1
	É um problema muito grave	6	10,9
	Subtotal	55	100,0
Floresta	Não é um problema	18	64,3
	É um problema de pouca gravidade	4	14,3
	É um problema grave	1	3,6
	É um problema muito grave	5	17,9
	Subtotal	28	100,0
Amostra integral	Não é um problema	68	54,4
	É um problema de pouca gravidade	24	19,2
	É um problema grave	14	11,2
	É um problema muito grave	19	15,2
	Total	125	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Os dados constantes da Tabela 19 apontam que, apesar de residirem em locais segregados socioespacialmente, lidando com o preconceito que associa as periferias à criminalidade, de modo geral, os entrevistados não veem a violência como problema. Isto talvez ocorra em virtude das incivildades que funcionam como “microviolências”, aliadas ao fenômeno classificado por Cardoso et al. (2011), que diz respeito à “hierarquização dos crimes” e que influencia de forma marcante a gradação dessa percepção. Assim, alguns crimes que ocorrem no ambiente doméstico não são sequer registrados pela polícia. Estes crimes estão relacionados às agressões à mulher ou à criança, geralmente, causados pelo consumo de álcool ou, ainda, relacionados às discussões, às brigas entre vizinhos e aos pequenos furtos. Em alguns contextos, são, de certa forma, tolerados. Assim,

(...) quando se fala em hierarquia dos delitos [...], além dos estabelecidos na legislação, existem aqueles que são percebidos pela sociedade, como os de maior lesividade social, ou até mesmo tolerado em alguns grupos sociais [...]. Quase todo cidadão tem uma opinião e uma visão particular da criminalidade. A maneira como ela é percebida, influenciada pelos meios de comunicação que noticiam os crimes de acordo com seus critérios de gravidade, alteram o imaginário social no que se refere à hierarquização dos delitos (CARDOSO *et al*, 2011, p. 507, 516).

De acordo com Cardoso et al. (2011), diversas são as situações que fazem com que os crimes não sejam notificados: baixa confiabilidade na polícia; o tipo de bem roubado ou furtado; se o crime implica situação vexatória; antecedentes criminais da vítima; ou se existe outra alternativa de resolução do problema. Outros crimes, como o uso e o tráfico de drogas são percebidos pelos moradores, quanto à sua gravidade, de duas formas: alguns entrevistados não têm nada contra os usuários e, ou, traficantes, porque eles não são agressivos, pelo contrário, são até “gente boa” e tranquilos, como se percebe nos depoimentos a seguir:

O pessoal que usa droga existe, não posso dizer que não existe, mas pra mim não é problema, eles usam nos cantos do conjunto, não é perto da casa da gente, depois que usam, eles andam aí mas não mexe com ninguém, ficam na deles. Tem onde o pessoal fica por aí, mas a gente passa lá perto, se eles tiver do lado de fora da casa, cumprimenta a gente numa boa, não tem problema não! (Entrevistado 48, 37 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Quando mudei pra cá fiquei sabendo do rapaz que comanda aí o morro. Aí meus filhos começaram a ter problema, com umas pessoas cercando eles depois da aula na subida do morro. Procurei esse rapaz, pra mim é muito “gente boa”, expliquei o que tava acontecendo e pronto, nunca mais tivemos problema, acredito que aqui ninguém tem problema com segurança de andar de noite ou de roubo no apartamento, pode perguntar que não. Ele mesmo me falou que não tem interesse de ter problema aqui, senão vem polícia, aí o movimento dele cai (Entrevistada 122, 36 anos, conjunto habitacional Floresta).

No entanto, outros moradores percebem o uso e o tráfico de drogas como um problema grave, pois entendem que podem estar associados à possibilidade de prática de outros crimes, como homicídios, furtos e roubos. Os entrevistados, no contexto deste estudo, geralmente têm filhos e veem este tipo de crime como uma influência negativa para eles; é o que apontam os depoimentos a seguir:

Eu tenho um filho que eu considero que perdi, perdi para as drogas. As coisa dele fica aqui neste armário na sala, se ele entrar, não pode nem ir nos outros cômodo, é tudo chaveado senão leva tudo pra vender e trocar por droga, tem mais de 15 dias que não vejo ele, aparece de vez em quando (Entrevistada 123, 39 anos, conjunto habitacional Floresta).

Aqui o pessoal perdeu o respeito, usam arma e droga perto dos meninos, isso revolta a gente, porque eu tenho um filho pequeno. Só que não pode falar nada. Esse é o maior problema daqui, porque em outros lugares que eu morei, não tinha isso, porque era lugar mais movimentado (Entrevistado 118, 32 anos, conjunto habitacional Floresta).

Percebeu-se que, não só no conjunto habitacional Floresta, mas, também, nos outros conjuntos habitacionais analisados (César Santana Filho e Benjamim José

Cardoso), o uso e o tráfico de drogas encontram-se presentes, conforme evidenciam os depoimentos abaixo:

Aqui o pessoal usa droga lá na área de lazer, no campinho ali embaixo, porque é tudo escuro, ninguém vigia. Tem gente que vem de fora também e vai pra lá usar droga, isso é comum, quase todo dia tem (Entrevistada 22, 18 anos, conjunto habitacional Cesar Santana Filho).

O pessoal usa na rua mesmo, e nem é escondido, até de dia eles usam, porque sabe que aqui é isolado, polícia aparece de vez em quando. Ninguém fala nada, se falar complica, é perigoso. Eles não invoca com ninguém, então é melhor deixar pra lá (Entrevistado 93, 21 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Além dos depoimentos, diversas evidências da presença de usuários e traficantes foram constatadas nos conjuntos habitacionais. É o que se pode notar pela Figura 16, que mostra a pichação de uma casa no conjunto habitacional César Santana Filho, que relaciona-se a uma facção criminosa ligada ao tráfico de drogas. Já, a Figura 17 mostra uma das casas que à época da pesquisa de campo encontrava-se depredada e, segundo informações, era utilizada por usuários de drogas no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso.

Assim, ainda que os índices de percepção dos entrevistados (54%) não apontem a violência como um problema nos conjuntos, de fato ela perpassa a vivência dos moradores.



Figura 17 – Pichações em casa do conjunto habitacional César Santana Filho. Viçosa, MG. Fonte: dados da pesquisa, 2014.



Figura 18 – Casa depredada no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso. Viçosa, MG. Fonte: dados da pesquisa, 2014.

No interior dos conjuntos habitacionais, a preocupação com a possibilidade de ser ameaçado ou roubado ou, ainda, ser ameaçado ou sofrer agressão física no conjunto é menor se comparada às suas imediações ou à cidade, conforme pode ser observado na Tabela 20. Ainda assim, a percepção de risco dos entrevistados nesses locais apresentou médias bastante significativas. Em uma gradação de valor 1 até o valor 5, as médias que demonstram a percepção dos entrevistados em relação ao risco de ser ameaçado ou roubado e risco de ser ameaçado ou sofrer agressão física nos conjuntos são de 3,02 e 2,55, respectivamente, no conjunto habitacional César Santana Filho; e 2,29 e 2,0 no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, atingindo os menores níveis de gradação de percepção no conjunto habitacional Floresta, com valores de 1,50 e 1,54.

Tabela 20. Percepção de risco dos entrevistados, de ser roubado ou ameaçado e sofrer agressão física no conjunto, nas imediações do conjunto e na cidade. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Locais e tipos de violência	Méd. risco Min.=1, Máx.= 5
César Santana Filho	Ser roubado ou ameaçado na vizinhança do conjunto	4,38
	Ser roubado ou ameaçado na cidade	3,83
	Ser roubado ou ameaçado no conjunto	3,02
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física na vizinhança do conjunto	3,43
	Ser ou ameaçado ou sofrer agressão física na cidade	3,12
	Ser ou ameaçado ou sofrer agressão física no conjunto	2,55
Benjamim José Cardoso	Ser roubado ou ameaçado na vizinhança do conjunto	3,45
	Ser roubado ou ameaçado na cidade	2,89
	Ser roubado ou ameaçado no conjunto	2,29
	Ser ou ameaçado ou sofrer agressão física vizinhança do conjunto	2,82
	Ser ou ameaçado ou sofrer agressão física na cidade	2,42
	Ser ou ameaçado ou sofrer agressão física no conjunto	2,00
Floresta	Ser roubado ou ameaçado na vizinhança do conjunto	2,11
	Ser roubado ou ameaçado na cidade	2,79
	Ser roubado ou ameaçado no conjunto	1,50
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física vizinhança do conjunto	1,57
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física na cidade	2,40
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física no conjunto	1,54

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Acredita-se que as médias de percepção de risco dos entrevistados no interior dos conjuntos foram mais baixas porque os próprios moradores não são vitimados por esta modalidade de crime (ameaça, roubo e agressão física) no interior dos conjuntos habitacionais. Estes tipos de crime, conforme consta em diversos relatos, já ocorreu com pessoas que não moravam nos conjuntos habitacionais, estando mais associados às pessoas que passam pelos conjuntos, em decorrência do trabalho que exercem ou aos visitantes, pressupondo transportarem algum valor ou mercadorias. Os roubos, seguidos de ameaça ou agressão física, vitimam motoristas e cobradores de ônibus, taxistas e motoboys, motoristas de caminhão, dentre outros, conforme depoimentos a seguir:

Ali na subida do morro, já teve assalto a *motoboy*, ônibus e táxi, tanto que aqui *motoboy* e táxi não vem fora de hora, ali é complicado de passar. A gente às vezes passa ali de noite mas sempre com muito medo (Entrevistada 95, 27 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Ali perto da gameleira, já chegando no outro conjunto, meu cunhado tava passando de moto, tinha vindo aqui em casa, era por volta de 10 horas da noite, uns caras cercaram ele, bateram e levaram a carteira e o celular. Aí eu fiquei sabendo e chamei a polícia, eles me perguntaram se eu conhecia os assaltantes, para eu dar o nome deles, uai, então pra quê polícia, não é obrigação minha saber os nomes dos assaltantes, eles é que tem que investigar. Nesse dia não apareceu ninguém lá, nem pra fazer ocorrência, falaram que as viaturas estavam todas ocupadas, atendendo outras ocorrências. Parece que é o lugar, quando fala que é das casinhas, eles não aparecem. Quando inaugurou aqui, o comandante da polícia falou que iriam criar um posto de apoio, exatamente no mesmo lugar onde aconteceu esse assalto, mas nada foi feito (Entrevistado 7, 27 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Ao ser questionado sobre a sua percepção em relação a ser roubado ou sofrer agressão física no conjunto, um dos entrevistados respondeu o seguinte:

Olha, agressão, briga, pode acontecer, igual, mataram um rapaz ali embaixo, filho do dono do bar, mas ele mexia com droga e já tinha problema antes e também não era morador do conjunto. Mas ser roubado com arma e agressão, aqui dentro não acho possível. Não tem nem como, porque se alguém fizer isso com um morador daqui, é complicado pra ele. Os moradores vão revoltar, aí já viu né? Não vai chamar polícia nem nada, porque se chamar eles não vem também, não adianta! (Entrevistado 10, 35 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Este depoimento aponta para uma possibilidade de crimes serem “resolvidos” pelos próprios moradores dentro do próprio conjunto habitacional. Demonstra, ainda, o descrédito em relação à intervenção da polícia. Entretanto, nos depoimentos dos entrevistados é perceptível preocupações com pequenos furtos e a busca de maior

sossego e tranquilidade, o que se reflete na construção de cercas, muros e colocação de grades nas portas e janelas, na maioria das moradias (Figuras 19 e 20).

Ainda não deu pra construir o muro, mas mês que vem acho que já vai dar para comprar os materiais. Ninguém vai assaltar aqui, porque sabe que é todo mundo pobre, vai levar o que? Mas eu preciso fazer o muro é por causa desse pessoal que rouba as coisa pra fumar pedra. Uma roupa que você deixa no varal, um par de chinelo, um botijão de gás, se eles vê, acaba levando. Além disso, a gente pode ficar mais sossegado em casa, meu netinho não sai pra rua, aí fica melhor (Entrevistada 76, 49 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso)

A gente teve que colocar grade, primeiro porque se passar e ver que não tem ninguém em casa, eles tenta entrar mesmo, ainda mais nessa rua de baixo, o pessoal ali do parquinho, sabe né? Mas aqui também eles deram a mesma chave pra todo mundo, uma chave abria a porta das outras casas, então colocamos outra porta de grade, com cadeado (Entrevistada 33, 18 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).



Figura 19 – Muro e portões em casa do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso. Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.



Figura 20 – Casa com muro, portão e grades na porta e nas janelas, no conjunto habitacional César Santana Filho. Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Alguns entrevistados também se referiram aos muros como uma forma de manter a propriedade cercada, para passar a sensação de que existe um dono, além de dar privacidade aos moradores.

Ah! é bom fechar, mostra que é da gente. E também você não precisa ficar preocupada se alguém vai entrar. E também ninguém fica olhando, querendo saber o que tem dentro da casa da gente (Entrevistada 60, 59 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Comparando a percepção dos entrevistados em relação à gradação do risco de ser ameaçado ou roubado e ser ameaçado ou sofrer agressão física nas imediações dos conjuntos habitacionais, as médias dessa percepção nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso são maiores que aquelas constatadas no conjunto habitacional Floresta. Neste conjunto, a percepção de risco é de 2,11, para ser ameaçado ou roubado; e 1,57, para ser ameaçado ou sofrer agressão física (Tabela 21). Essas médias menores estão associadas à ação de traficantes que “comandam” o local e “garantem” a liberdade de ir e vir dos moradores, pelo fato de não quererem que haja qualquer ocorrência que faça com que a polícia seja chamada àquele local.

Eu trabalho de vigia, meu trabalho é noturno, chego em casa de madrugada e nunca tive problema aqui com ninguém, passo aqui qualquer hora. Tem o “pessoal” aqui do morro que não perturba quem é morador (Entrevistado 124, 30 anos, conjunto habitacional Floresta).

Em contrapartida, as médias relativas ao risco de ser ameaçado ou roubado e de ser ameaçado e agredido nas vizinhanças dos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, são de 4,38 e 3,43, respectivamente, no primeiro conjunto e 3,45 e 2,82 no segundo conjunto habitacional. Essas médias são maiores nesses dois conjuntos, sobretudo no conjunto habitacional César Santana Filho, em virtude da situação das principais vias de acesso, que são mal iluminadas, íngremes, com pavimentação precária, sem passeio para pedestres e improvisadas (escadão), conforme já mencionado. A falta de transporte coletivo em horários noturnos também faz com que o uso destes locais seja restringido e, quando utilizados, os moradores sempre o fazem com muito medo.

Conforme mencionado anteriormente, ainda que os moradores não se enquadrem no perfil de vítimas de roubo nesses locais, existem relatos de mulheres que já sofreram tentativas de agressão, reforçando, assim, a percepção de risco nestes acessos. O fato de esses dois conjuntos terem maiores percentuais de entrevistadas do sexo feminino também pode estar associado a uma maior percepção de risco. De acordo com Rodrigues et al. (2007), resultados apontam que as mulheres têm maior percepção do risco de serem vítimas do que homens, apesar dos homens apresentarem maior taxa de vitimização.

As condições precárias das vias que dão acesso aos conjuntos podem estar relacionadas à maior percepção de risco pelos moradores. É o caso, por exemplo, do acesso improvisado e precário que é utilizado quase que exclusivamente por moradores desse conjunto, denominado por eles como “escadão” (Figura 15). Trata-se de local sem iluminação e que também se configura em determinados períodos do dia como local utilizado para uso de drogas e também onde diversos moradores do conjunto já sofreram agressão física, tentativas de agressão e foram vitimados por roubos de objetos pessoais, como relógio, celular, dentre outros. Além do “escadão”, o trecho da estrada que liga os conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, apesar de ter pavimentação asfáltica, também é mal conservado e desprovido de iluminação (Figura 21).



Figura 21 – Trecho da via de ligação entre os conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso sem conservação e sem iluminação. Viçosa, MG.
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

As condições dos acessos citados, assim como as notícias de ocorrências de situações de violência, constantes dos depoimentos que se seguem, certamente contribuem para o entendimento das altas médias de percepção de risco dos entrevistados do conjunto habitacional César Santana Filho.

Esse escadão é um problema pra gente, se a polícia chegar por baixo ou por cima, não pega ninguém porque até chegar no meio, todo mundo já fugiu. Ter que passar ali é difícil demais pra gente, até de dia a gente tem medo. Tem um senhor que já tomaram o celular dele a poucos dias (Entrevistada 5, 30 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Ali no escadão, tem poucos dias, um senhor de idade estava voltando pra casa quando foi assaltado, levaram o celular dele e empurraram ele escada abaixo. Eu mesmo parei de passar ali, um dia tava vindo do culto, era por volta de 21 horas eu e minha esposa, aí começaram a jogar pedra na gente, eu não posso correr por que tenho problemas no braço e na perna, tomei duas pedradas. A Polícia sabe que ali tem problemas, eu nunca vi eles passarem ali. (Entrevistado 3, 52 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Já tentaram me agarrar na chegada aqui do conjunto umas duas vezes, eu cheguei aqui em casa desesperada. Sozinha eu não passo ali mais não. Não tem luz, é muito perigoso. Se colocasse luz, resolvia nosso problema porque não tem jeito de sair desse conjunto de noite não, às vezes você precisa ir ali no outro conjunto e não tem jeito por causa dessa escuridão aqui no meio (Entrevistada 22, 18 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Esta percepção, ao se referir aos aspectos relacionados à precariedade da infraestrutura urbana, torna evidente a relação direta entre as situações de violência e a segregação socioespacial.

5. A SOCIABILIDADE NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV: LIMITES E POSSIBILIDADES A UMA SOCIABILIDADE MAIS AMPLA

Neste capítulo procurou-se identificar as formas de relacionamento e a confiança estabelecidas entre vizinhos, práticas de lazer, organização social e mobilização dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados. Em um segundo momento, analisou-se a sociabilidade na perspectiva dos conflitos e das situações de estigmatização e violência. Procurou-se, ainda, compreender as formas de sociabilidade que se estabelecem no contexto do sentimento de pertencimento ao local de moradia, que compreende o espaço físico compartilhado pelos moradores, neste caso, o conjunto habitacional em que vivem.

5.1 Demarcando a sociabilidade entre os moradores

Inicialmente, a análise das formas de integração foi realizada a partir da demarcação das formas de sociabilidade existentes na esfera da vizinhança ou o sentimento de acolhimento entre os vizinhos; a percepção de como o entrevistado teria sido recebido pelos outros moradores ao ocupar a sua casa ou apartamento nos conjuntos habitacionais. De acordo com os dados, dos 125 entrevistados, 117 (93,6%) afirmaram terem sido bem recebidos ao se mudar para os conjuntos habitacionais. Para esse segmento, a chegada ao novo ambiente representou a possibilidade de reconfiguração das formas de sociabilidade.

Nos três conjuntos habitacionais, 73,8% dos entrevistados tiveram a percepção de que o relacionamento com os vizinhos não se constitui problema, o que representa a opinião de 92 dos 125 entrevistados. Entretanto, 26,2% dos entrevistados, ou seja, 33 deles alegaram que têm (ou já tiveram) algum tipo de problema de relacionamento (pouco grave, grave ou muito grave) com os vizinhos, conforme pode ser observado na Tabela 21.

Tabela 21. Percepção dos entrevistados quanto ao relacionamento com os vizinhos nos conjuntos habitacionais. Viçosa, MG

Gradação da percepção em relação ao problema	Frequência	Percentual
Não é um problema	92	73,6 %
É um problema de pouca gravidade	12	9,6 %
É um problema grave	12	9,6 %
É um problema muito grave	9	7,2 %
Total	125	100 %

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Se por um lado as relações entre a vizinhança não se constituem problema para a maioria dos entrevistados, os dados também não apontam – necessariamente – para uma maior proximidade entre eles em termos das suas interações cotidianas. Para Durham (1986), o aumento do isolamento e da segregação das periferias, causado pelo distanciamento do centro da cidade, dos locais de trabalho e dos serviços públicos, favorece o desenvolvimento de uma sociabilidade local. Entretanto, o que se percebe nesta investigação é que a maioria dos relatos aponta para uma vivência, na maior parte das vezes, sem conflitos, mas que também não são permeadas por interações cotidianas que conduzam a um maior grau de sociabilidade entre os moradores. Esta falta de interações ocorre de forma voluntária, por desinteresse e, como constatado, por uma tendência à desconfiança, conforme pode ser observado nos depoimentos a seguir:

É igual eu to te falando, é eles lá e eu aqui, não me incomoda, não me amola. Não tenho muita ligação, a gente só fala oi e pronto, se precisar de mim estou a disposição para ajudar, faço a minha parte. Mas não sou de ficar com muito papo com vizinho (Entrevistada 3, 52 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Aqui você não pode reclamar de nada, é ver as coisas e fingir que não vê, ficar na sua pra poder conviver bem, senão eles te marcam e você fica sendo mal visto. Então a gente cumprimenta todo mundo, mas conversar mesmo ou ir no apartamento de alguém, não dá, aqui é complicado. Eu, quando não estou trabalhando, fico é dentro do apartamento, descansando, vendo televisão, ouvindo um som baixinho (Entrevistado 120, 60 anos, conjunto habitacional Floresta).

O bom aqui é não misturar, se você misturar com certas pessoas que tem por aqui, fica ruim, então é melhor ficar mais é em casa. Se você começar a fazer muita amizade, todo mundo vai pensar que você é igual, aí já não te respeitam mais entendeu? Eu não gosto daqui não. (Entrevistada 77, 55 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Em seu trabalho, buscando compreender as relações sociais no cotidiano dos moradores do bairro Varjão/Rangel, na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, Koury

(2014) percebeu que a impessoalidade e a objetividade nas relações são originadas do receio da proximidade que contamina e expõe o indivíduo. O referido autor apresenta depoimentos que falam das relações entre vizinhos próximos e demais moradores do bairro como sendo apenas cordiais, de “bom dia, boa tarde e boa noite”. Essa cordialidade, sem grande aproximação, segundo Koury (2014), parece indicar um distanciamento nas inter-relações no bairro por ele estudado.

No caso destes entrevistados, o fato de trabalhar o dia todo e fazer o serviço doméstico à noite (realidade de grande parte das mulheres entrevistadas) deixa pouco tempo para interações com vizinhos. Assim, nestes casos, a falta de interações é involuntária, conforme pode se perceber nos relatos abaixo:

Eu trabalho todos os dias da semana, à tarde quando chego, tenho que fazer o serviço de casa, até ajeitar tudo, já estou querendo descansar, nem novela dá pra ver. Não sobra tempo pra bater papo com os vizinhos. Às vezes a gente conversa, eu posso dizer que nunca tive nenhum tipo de problema com eles (Entrevistada 6, 25 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Aspectos relacionados aos papéis sexuais femininos e à moral da mulher que interpretam o seu lugar como sendo em casa, cuidando dos filhos, também apresentam-se como justificativa para uma menor interação com os vizinhos. A questão da fofoca também é mencionada pelos entrevistados como motivo para uma possível causa de diminuição das interações entre vizinhos:

Eu não tenho amizade aqui nesse conjunto porque não sou mulher de ficar na casa dos outros, também não sou mulher de ficar no meio da rua batendo papo e fazendo fofoca, porque acho que isso não pega bem pra mulher casada (Entrevistada 8, 29 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

A minha mulher trabalha o dia todo, e é pastora também na igreja, não é igual a essas mulher que o senhor viu aí fora... se essas mulher fosse igual a minha, eles tava feito. Elas ficam aí sentada no passeio ou então na escada a tarde toda batendo papo, e fazendo fofoca, acaba que nem cuida da casa e nem dos filhos direito, só fica mais é na rua, o marido chega em casa, tá tudo sem fazer, não tem uma comida arrumada, não tem nada (Entrevistado 3, 52 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Aqui eu fico na minha casa, não procuro fazer amizade com ninguém, porque vejo que tem muita fofoca, se você fala alguma coisa, eles já passam pra frente, coisa que você não falou. Então, pra evitar de vizinho ficar se metendo na vida da gente, eles ficam pra lá e eu pra cá (Entrevistada 90, 22 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Existem também, como pode ser percebido nos depoimentos que seguem, manifestações explícitas de relações conflituosas entre vizinhos: Aqui não considero que tenho vizinhos, considero que moro no meio de uma “capoeira”, onde só tem bicho. Não gosto daqui de jeito nenhum por causa dos vizinhos, aqui tem gente boa, mas a maioria é gente que não presta, como eu to te dizendo, considero que nem existe vizinho (Entrevistada 77, 55 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Aqui eu não me dou bem com os vizinhos, a gente, eu e a minha mulher, tomou nome de metido e orgulhoso, porque a gente não se mistura com eles, não enturma. Já tive problemas aqui porque o vizinho, completamente bêbado, veio na minha porta tirar satisfação dizendo que eu tinha “cantado” a mulher dele, por causa de fofoca dos outros. Como é que eu faço, vou bater num homem bêbado? Ficaria complicado pra mim, então a gente fica mais é em casa mesmo. Não é fácil morar aqui (Entrevistado 7, 27 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Aqui nesse bloco é muito complicado, fui reclamar com a mãe de dois rapazes que estavam fumando maconha aqui na escadaria, em frente à minha porta. Ela brigou comigo, e a gente nunca mais conversou. Depois disso, até cheguei a ajudar a pagar taxi pra levar o filho dela pro hospital, porque os traficantes quase mataram ele aqui nesse corredor, ela nem agradeceu a ninguém (Entrevistada 122, 36 anos, conjunto habitacional Floresta).

As relações não se estabelecem de forma unívoca entre os vizinhos e as identidades e diferenças ficam patentes nas falas dos depoentes. Existem, também, situações em que o entrevistado se dá muito bem com um vizinho de um lado, e com o outro mantém uma relação conflituosa, como consta nos relatos abaixo:

Com a vizinha deste lado a gente combina muito bem, a gente conversa aqui pela cerca que é baixinha, é uma convivência boa, já com essa do outro lado, desde quando me mudei pra cá, não aconteceu nada entre nós, não sei se ela não foi com a minha cara, mas a gente nunca conversou, não cumprimenta nem nada (Entrevistada 32, 23 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Com essa vizinha de cá, tudo bem, não tenho problema nenhum, mas do lado de cá, é complicado demais, eles reclamam que meus dois filhos fazem barulho de manhã quando sai pra aula, se cai brinquedo lá eles não entregam. Então eu nem deixo os meninos brincar aqui na frente não, pra não incomodar eles, mas a gente não combina (Entrevistada 55, 25 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

As prestações de serviços e os favores entre os vizinhos também foi outro aspecto analisado na sociabilidade dos moradores dos conjuntos. De acordo com o levantamento, observou-se que a prestatividade dos vizinhos atingiu percentuais bastante expressivos: 85,7% no conjunto habitacional Floresta; 85,7% no conjunto

habitacional César Santana Filho; e 69,1% no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso (Tabela 22).

Tabela 22. Percepção dos entrevistados em relação à disposição dos vizinhos em oferecer ajuda em caso de necessidade, por conjunto habitacional. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Seus vizinhos são prestativos?	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	36	85,7
	Não	5	11,9
	Não soube responder	1	2,4
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	38	69,1
	Não	17	30,9
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	24	85,7
	Não	4	14,3
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Houve também manifestações explícitas de apreço, de um convívio mais amigável e com base em relações de cooperação e afeto, como a da entrevistada, a seguir:

Pra mim, aqui é todo mundo gente boa, a minha vizinha mais próxima, a gente se entende muito bem, conversamos todo dia, aqui em casa ou na casa dela, e uma está sempre ajudando a outra no que precisar, se falta alguma coisa a gente recorre uma à outra e tá muito bom assim (Entrevistada 4, 33 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

A Tabela 23 mostra que em situações esporádicas de necessidade, percentuais distintos, mas, significativos, sentiriam-se à vontade para deixar o filho sob cuidados de vizinhos ou tomar por empréstimo alimentos ou veículo: 33,3% no conjunto habitacional César Santana Filho; 40% no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso; e 53,6% no conjunto habitacional Floresta. Apesar de perceberem o vizinho como a principal alternativa para a resolução dessas situações, outras alternativas se apresentaram, revelando aspectos da fragilidade e impessoalidade com que as relações de vizinhança se estruturam nos conjuntos habitacionais pesquisados, especialmente aos dados apreendidos no conjunto habitacional César Santana Filho. Nesse conjunto, em caso de urgência, 21,4% dos moradores preferem recorrer ao serviço de táxi para comprar gêneros alimentícios que faltem e levar o filho à casa de parentes na cidade. Assim, substituem o empréstimo de veículo de vizinho por táxi, mesmo com um alto custo. Recorrer a parentes, seja no conjunto, nas imediações do conjunto ou em outros

bairros da cidade, representa 31% das opções, enquanto 14,3% dos moradores indicam não ter a quem recorrer em caso dessas necessidades. Todas as outras opções, exceto aquelas que são relacionadas à busca de ajuda de parentes (31%), podem ser interpretadas como uma espécie de distanciamento entre vizinhos, especialmente para aqueles que dizem não ter a quem recorrer nas situações apresentadas. No conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, a percentagem daqueles que afirmam que não têm a quem recorrer chega a 32,7% dos entrevistados. Ou seja, percentual bastante significativo e que demonstra a fragilidade dos vínculos entre vizinhos neste conjunto habitacional.

Os elementos apontados permitem confirmar, em parte, a segunda hipótese, na medida em que os vínculos sociais dos moradores dos conjuntos habitacionais se estabelecem, sobretudo, entre “pobres”. Nesses contextos, entretanto, pode-se dizer que antigos vínculos, fora do contexto dos conjuntos habitacionais são mantidos – principalmente com os parentes – e outros são criados. Com os vizinhos, indivíduos com quem compartilham de uma mesma condição social, há uma tendência de que os vínculos sejam marcados por relações esporádicas e pessoais.

Tabela 23. Percepção dos entrevistados em relação a quem recorrer para deixar o(a) filho(a), empréstimo de alimentos ou de veículos. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	A quem recorrer para deixar o(a) filho(a), empréstimo de alimentos ou de veículos?	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Recorreria a vizinhos no conjunto	14	33,3
	Chamaria um taxi, via celular em caso de urgência	9	21,4
	Entraria em contato com parentes no conjunto habitacional	7	16,7
	Entraria em contato com parentes nas proximidades do conjunto	1	2,4
	Entraria em contato com parentes em outros bairros da cidade	5	11,9
	Não tenho onde recorrer	6	14,3
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Recorreria a vizinhos no conjunto	22	40,0
	Entraria em contato com parentes no conjunto habitacional	2	3,6
	Entraria em contato com parentes nas proximidades do conjunto	2	3,6

	Entraria em contato com amigos nas proximidades do conjunto	1	1,8
	Entraria em contato com parentes em outros bairros da cidade	9	16,4
	Entraria em contato com amigos em outros bairros da na cidade	1	1,8
	Não tenho onde recorrer	18	32,7
	Total	55	100,0
Floresta	Recorreria a vizinhos no conjunto	15	53,6
	Entraria em contato com parentes no conjunto habitacional	2	7,1
	Entraria em contato com parentes em outros bairros da cidade	7	25,0
	Não tenho onde recorrer	4	14,3
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Em muitas situações, os moradores são procurados para que façam algum tipo de favor relacionado a fretes. Entretanto, esses favores originam despesas com combustível e com depreciação do veículo, que nem sempre são ressarcidas. Além do custo, acabou-se por criar o hábito de que essas pessoas sejam procuradas, muitas vezes em horários que estão descansando, à noite ou em finais de semana. É o que informou um dos entrevistados que tem carro:

Eu tenho esse carro aqui, mas às vezes vou trabalhar de bicicleta. As pessoas vê que você tem carro e acha que você é obrigado a atender, mas tem muita gente folgada aqui. Eu sempre atendia, sem problema. Um dia um vizinho me pediu pra buscar um bolo de aniversário da filha dele. Eu fui lá, peguei e a pessoa nem obrigado falou e assim outros casos aconteceu também. Então eu cortei, comecei a negar, falando que o carro estava estragado ou com pouca gasolina. Resultado, tem muita gente que nem me cumprimenta mais, porque acha que sou metido. Hoje em dia, nem carona eu dou, porque se você dá carona, principalmente se for mulher, pra ir ou voltar aqui pro conjunto, pode saber que vem fofoca, falando que você tá andando com tal mulher (Entrevistado 7, 27 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Para Marques (2002), as interações entre vizinhos geram cumplicidade e antagonismo. A ambiguidade encontrada na relação de vizinhança varia da autonomia à dependência, traduzindo, principalmente, uma tensão que se manifesta constantemente na vida social. Assim, de forma ambivalente, o vizinho pode ser símbolo de confiança e também de receio. Na opinião de alguns entrevistados, o bom vizinho é aquele com quem mantêm relações mais próximas, com convívio diário, mantendo conversas e

visitas frequentes e recíprocas, além de disposição em ajudar em caso de necessidade. Para outros entrevistados, um vizinho ideal é aquele que, apesar de ser conhecedor da realidade da família, procura não interferir no andamento da vida do outro, mas, que, ao mesmo tempo, esteja disposto a oferecer ajuda em caso de necessidade. Esta predisposição em ajudar se for solicitado, em poder ser útil em caso de necessidade, aparece em grande parte dos depoimentos, mesmo daqueles que preferem manter certo distanciamento.

A confiança também foi bem avaliada e, de forma geral, os entrevistados afirmaram confiar nos vizinhos: 64,3% dos entrevistados no conjunto habitacional César Santana Filho; 56,4% no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso; e 60,7% no conjunto habitacional Floresta (Tabela 24). De acordo com Giddens (1991), a confiança entre vizinhos é um projeto bilateral a ser elaborado, requerendo a abertura do indivíduo um para o outro, através de cordialidades demonstráveis. A confiança não é imposta por códigos normativos, tem que ser ganha.

Tabela 24. Percepção dos entrevistados em relação à confiança nos vizinhos, por conjunto habitacional. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Confia em seus vizinhos?	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	27	64,3
	Não	15	35,7
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	31	56,4
	Não	24	43,6
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	17	60,7
	Não	11	39,3
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

A sociabilidade entre os moradores foi também analisada sob a perspectiva das formas de organização e mobilização dos moradores. Esse aspecto não foi considerado um problema para a maioria dos moradores do conjunto habitacional Floresta (60,7%). Entretanto, 42,8% dos entrevistados do conjunto habitacional César Santana Filho e 52,7% dos entrevistados no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, apontaram a falta de organização dos moradores como um problema grave ou muito grave (Tabela 25).

Tabela 25. Percepção dos entrevistados em relação à mobilização dos moradores, por conjunto habitacional

Conjunto habitacional	Gradação da percepção em relação à mobilização dos moradores para resolução de problemas	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Não é um problema	16	38,1
	É um problema de pouca gravidade	8	19,0
	É um problema grave	9	21,4
	É um problema muito grave	9	21,4
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Não é um problema	19	34,5
	É um problema de pouca gravidade	7	12,7
	É um problema grave	10	18,2
	É um problema muito grave	19	34,5
	Total	55	100,0
Floresta	Não é um problema	17	60,7
	É um problema de pouca gravidade	4	14,3
	É um problema grave	4	14,3
	É um problema muito grave	3	10,7
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Em termos de organização dos moradores do conjunto habitacional Floresta, cada um dos cinco blocos dispõe da figura do subsíndico, a quem são levadas as reclamações dos moradores do respectivo bloco. Vale mencionar que no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso houve a tentativa de implantação de uma associação de moradores, o que acabou resultando em desentendimentos entre os interessados em gerir a associação:

Eu já tentei organizar uma associação aqui, inclusive ganhei para presidente, mas houve muita perseguição, as pessoas achavam que eu estava querendo mandar. Acabaram me criando vários problemas, teve gente no meu portão pra me agredir várias vezes. Meu filho teve que mudar daqui e ir embora porque falaram que ele era traficante. Mas, eu continuo tentando ajudar, estou montando uma banda de música, já tem vários instrumentos, mas os meninos não tem vindo às aulas, não sei porque. Já fiz vários ofícios solicitando aumentar os horários de ônibus pra cá, mas a empresa fala que não tem passageiro. Enfim, vamos tentando melhorar o conjunto (Entrevistado 80, 64 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Prosseguindo na análise da compreensão das formas de organização e mobilização dos moradores para a resolução de problemas dos conjuntos habitacionais, 71,4% e 85,5% dos entrevistados nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e

Benjamim José Cardoso, respectivamente, afirmaram não ter conhecimento de qualquer reunião no condomínio durante o ano de 2014.

Aqui tem reunião de vez em quando, mas o próprio pessoal não vai, só vai umas quatro ou cinco pessoas. Também não adianta nada, aqui nunca resolveu nada esse negócio de reunião. Tem uns que trabalha e não pode ir, porque tá cansado. Tem gente que nem fica sabendo. Mas pessoal aqui é muito desunido também, ninguém liga pra isso (Entrevistado 5, 30 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

No conjunto habitacional Floresta 89,3% dos entrevistados têm conhecimento de reuniões no condomínio, mas essas, geralmente, têm pouca adesão dos moradores. Segundo as falas, as reuniões têm um caráter mais de repasse das despesas do condomínio do que de discussão dos problemas.

Aqui sempre tem reunião, mas o pessoal nem vai, reunião aqui é só pra falar de conta. Tudo aqui é despesa, essas reuniões não tem nada de bom. Morar aqui é capaz de ficar mais caro que pagar aluguel na cidade. Eu já estou quase alugando aqui e morando em outro lugar. Aqui se paga pra tudo, é por causa disso que pouca gente vai nas reuniões (Entrevistada 123, 39 anos, conjunto habitacional Floresta).

Assim sendo, o que se percebe nos conjuntos habitacionais pesquisados e, sobretudo, nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, é uma incipiente organização social e, conseqüentemente, pouca articulação entre os atores sociais. Estes aspectos não se caracterizam como facilitadores de uma sociabilidade mais ampla entre os moradores já que é no processo de organização social e na participação em um grupo que são resgatados valores da democracia e da solidariedade. Assim, pode-se, em parte, corroborar a terceira hipótese proposta, na qual a sociabilidade no novo ambiente de moradia é marcada por contatos restritos entre os moradores, sendo inexpressivas as formas coletivas de organização do grupo. Em parte, esta hipótese é confirmada por acreditar-se que fatores como a cultura política dos indivíduos e os aspectos relativos à construção de sua cidadania podem se interpor – e certamente – se interpõem a esses processos.

5.2 Os conjuntos habitacionais: sociabilidades caracterizadas pelo estigma?

Espaços urbanos contemporâneos que configuram realidades de segregação socioespacial – como é o caso dos conjuntos habitacionais estudados – podem dar origem a sociabilidades fortemente demarcadas por estigmas gerados pelas diferenças socioeconômicas presentes. Para Elias e Scotson (2000), o espaço físico pode se

apresentar como expressão visível do tipo de configuração social existente. Segundo os autores, é na compreensão da interdependência entre os indivíduos, particularmente na relação entre dominantes e dominados, que se compreende o significado da estigmatização como instrumento de manipulação da capacidade dos agentes em usufruir de recursos existentes.

Em estudos relacionados ao estigma, Vale (1995) ressalta que o ambiente físico dos conjuntos habitacionais, pela sua arquitetura diferenciada em relação ao entorno e também pela falta de serviços e de manutenção, reforça os estigmas sociais que passam a identificar os grupos ali residentes. Gambim (2010) assevera que o estigma não apenas contribui para reforçar a ideia de visão do mundo do grupo dominante, onde se distinguem as categorias positivas e negativas, como, também, para reforçar a incorporação de uma imagem do estigmatizado, tanto pelo indivíduo dominado, quanto pelo dominante, de maneira que ambas as imagens se reforçam mutuamente.

Buscou-se verificar a existência de situações de estigmatização, tanto entre os moradores no mesmo conjunto, como em relação aos “de fora” dele. Assim, nas questões remetidas ao entrevistado: “Você se considera igual aos outros moradores, seus vizinhos, no conjunto habitacional?” e “Você acha que todos aqui estão nas mesmas condições?”, analisou-se a percepção dos entrevistados em relação à aceitação do outro, compartilhando identidades¹⁷ e proximidades. De forma geral, 61,6% revelaram ter maior identidade com os demais moradores. Entretanto, nas especificidades dos conjuntos, algumas diferenciações apresentaram-se e, particularmente, no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, a percentagem daqueles que achavam que não se encontravam entre iguais chegou a 52,7% dos entrevistados (Tabela 26).

¹⁷ No dizer de Castells: “No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados a(s) qual(is) prevalece(em) sobre outra fonte de significados. Para um determinado indivíduo, ou ainda, um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social.” (CASTELLS, 1999, p. 22).

Tabela 26. Percepção dos entrevistados em relação à pergunta: “no conjunto onde reside, se sente vivendo entre ‘iguais’”? Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Todos são considerados iguais no conjunto onde reside?	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	31	73,8
	Não	11	26,2
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	26	47,3
	Não	29	52,7
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	20	71,4
	Não	8	28,6
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Mesmo em condições socioeconômicas próximas, já que a maioria não recebe acima de três salários mínimos, as diferenciações que os entrevistados apontaram colocavam-se em termos da posse de alguns bens que os distanciavam socialmente em relação ao outro, seu vizinho. Ao responder a esta pergunta, os moradores se referiram a beneficiários que, segundo eles, “não deveriam ter sido atendidos pelo programa”, por “não terem a necessidade de uma casa, uma vez que já possuíam outro imóvel”. Entretanto, a alegação que mais se apresentou é a que relacionou os “não iguais” àqueles que possuíam um carro e, ou, uma moto. O fato de ter um veículo automotor, principalmente automóvel, nos conjuntos habitacionais pesquisados, diferenciava o morador em relação aos demais, conforme pode ser observado na manifestação de um dos entrevistados:

Aqui tem uns que se acham diferentes, só porque tem carro, aqui tem muita gente que não precisava de estar aqui não. Eu mesma conheço muitas pessoas que mereciam estar aqui e não estão. Tem gente aqui que tem casa em outro bairro. Tem gente que tem carro e moto, pode passar pela gente com carro vazio que não dá carona, vê a gente a pé nesse morro e finge que não vê, anda sempre de narizinho empinado (Entrevistada 95, 27 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Em relação à estigmatização dos moradores na sua relação com o “outro”, “o de fora”, os dados percentuais mais expressivos foram em relação àqueles que disseram não ter sofrido discriminação em relação ao lugar em que moravam. Entretanto, conforme pode ser observado na Tabela 27, 28,0% dos entrevistados informaram já terem se sentido estigmatizados pelo fato de morarem em conjuntos habitacionais. No conjunto habitacional César Santana Filho a percentagem desses entrevistados chegou a

28,6%; no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso 29,1%; e no conjunto habitacional Floresta, 25%. Mesmo não representando a maioria, trata-se de percentagens significativas. As análises acima, fornecem elementos para refutar a quarta hipótese: A sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais está relacionada aos processos de estigmatização que, por sua vez, a restringe em função do lugar social que a condição de morador de conjunto habitacional do PMCMV lhe confere. Apesar dos índices dos entrevistados que se sentem estigmatizados por morarem em conjuntos habitacionais, serem significativos, não se configuram como restritivos da sociabilidade dos moradores. Ocorrem processos de “enclausuramento” que são impostos por uma deficiente mobilidade desses moradores.

Tabela 27. Percepção dos entrevistados em relação à discriminação por morar em conjunto habitacional do PMCMV. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Já se sentiu estigmatizado por morar no conjunto habitacional?	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	12	28,6
	Não	30	71,4
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	16	29,1
	Não	39	70,9
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	7	25,0
	Não	21	75,0
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Conforme apontou a pesquisa, para a maioria dos moradores, o fato de morar nos conjuntos não influencia negativamente sua inserção no mercado de trabalho. Essas percentagens foram de 76,2% no conjunto habitacional César Santana Filho; 54,5% no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso; e 82,1% no conjunto habitacional Floresta (Tabela 28). Por outro lado, de forma geral, para 27,5% dos entrevistados o fato de morar no conjunto influenciava de forma negativa sua inserção no mercado de trabalho. Entretanto, detectou-se uma percepção diferenciada dos entrevistados nos três conjuntos: mais significativa entre os moradores do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso (45,5%) e mais atenuada nos dois outros conjuntos (19% no conjunto

habitacional César Santana Filho e 17,9% no conjunto habitacional Floresta) (Tabela 28).

Tabela 28. Percepção dos entrevistados em relação à inserção no mercado de trabalho influenciada pelo fato de morar em conjunto habitacional do PMCMV. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Morar no conjunto influencia negativamente sua inserção no mercado de trabalho?	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	8	19,0
	Não	32	76,2
	Total	40	95,2
	Não respondeu a esta questão	2	4,8
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	25	45,5
	Não	30	54,5
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	5	17,9
	Não	23	82,1
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Para 45,5% dos entrevistados no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, o seu local de moradia influencia negativamente sua inserção no mercado de trabalho, o que pode estar associado ao fato de esse conjunto ter sido o primeiro a ser implementado em Viçosa e eles já terem uma experiência acumulada sobre esse aspecto. Ou seja, foram os primeiros a conviverem com situações inerentes a serem moradores de conjunto habitacional, conforme pode ser observado no depoimento a seguir:

Eu cheguei a arrumar emprego numa casa, já estava tudo acertado, salário e tudo mais, aí ela perguntou se eu iria precisar de vale transporte, eu fui e falei que sim, porque eu morava no conjunto das Coelha. Na hora eu percebi que ela mudou de atitude e me falou que iria conversar com o marido e que iria anotar meu telefone. Eu passei meu telefone, só que ela não ligou. Eu liguei pra ela e ela me disse que não ia precisar mais de empregada (Entrevistada 95, 27 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

A incorporação de uma imagem de estigmatizado é o que se pode perceber em algumas das falas relacionadas a esse segmento:

Eu estava numa loja lá na cidade fazendo umas compras, daí chegaram mais duas mulheres de cor negra, não moram neste

conjunto, moram no outro aqui perto, eu conversei com elas e as vendedoras perceberam que a gente morava nas “casinha”, aí continuei fazendo minhas compras mas percebi que uma funcionária chegou perto da outra e mandou “ficar de olho” nas duas. Só pode ser porque tava com medo delas roubar, se não fosse isso pra que mandar “ficar de olho” (Entrevistada 8, 29 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Conheço muita gente daqui que quando vai fazer uma ficha em loja ou então vai pegar um taxi, não dá o endereço. Eu mesmo coloco é Bairro Santa Clara, dou o endereço da minha mãe. Se você falar com o motorista de taxi que é pra trazer aqui nas casinha, dependendo do horário eles não vem, aí a gente só fala do endereço mesmo quando já tá dentro do táxi (Entrevistada 95, 27 anos, conjunto habitacional César Santana Filho)

A família do meu namorado não gosta que ele vem aqui de noite, a gente vem de moto eu desço rapidinho e ele nem faz parada, eu também acho que é um pouco perigoso. Comigo junto não tem problema, porque o pessoal sabe que eu sou moradora daqui, o problema é quando ele volta, aí ele tá sozinho, de capacete na cabeça. A família dele morre de medo (Entrevistada 115, 25 anos, conjunto habitacional Floresta).

Complementando essa análise, identificaram-se, também, os fatores mais relevantes em termos de barreiras ou impedimentos à inserção dos moradores no mercado de trabalho. Para tanto, eles deveriam identificar, dentre as opções disponíveis (ou outras que eles apontassem) aquelas que, na sua percepção, mais dificultavam a inserção no mercado de trabalho. Essas estiveram associadas às barreiras físicas, relacionadas à infraestrutura e aos serviços presentes no conjunto e às barreiras sociais associadas ao estigma por viverem nos conjuntos habitacionais, relacionados à imagem negativa que, porventura, eles identificavam como estando associada aos moradores do PMCMV (Tabela 29).

Tabela 29. Percepção dos entrevistados em relação ao que mais influencia na inserção no mercado de trabalho, por conjunto habitacional. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Fatores que influenciam a inserção no mercado de trabalho	Freq.	Percent.
César Santana Filho	Distância da cidade	4	9,5
	Dificuldade de voltar para casa após anoitecer, falta de iluminação e transporte	4	9,5
	Estigmatização por ser morador de conjunto habitacional	1	2,4
	Não percebe influência negativa/não respondeu/não pensa em trabalhar no momento	33	78,6
	Total	42	100,0

Benjamim José Cardoso	Distância da cidade	19	34,5
	Estigmatização por ser morador de conjunto habitacional	4	7,3
	Não ter com quem deixar os filhos para trabalhar	3	5,5
	Não percebe influência negativa/não respondeu/não pensa em trabalhar no momento	29	52,7
	Total	55	100,0
Floresta	Distância da cidade	3	10,7
	Dificuldade de voltar para casa após anoitecer, falta de iluminação e transporte	1	3,6
	Estigmatização por ser morador de conjunto habitacional	1	3,6
	Não percebe influência negativa/não respondeu/não pensa em trabalhar no momento	23	82,1
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

As falas a seguir também reforçam esse aspecto:

Pra te falar a verdade, morar aqui não atrapalha o meu trabalho, quando mudei pra cá eu já trabalhava e continuo trabalhando normalmente, mas só que eu volto do trabalho de dia, saio cedinho, e trabalho longe, lá no Acamari, às vezes pego duas lotações, às vezes uma só, mas não vejo problema de morar aqui não, eu já morei em lugar até mais longe, morava na roça e andava muito mais pra trabalhar (Entrevistada 74, 39 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Eu trabalho numa casa no Bairro Santo Antônio faz bastante tempo, antes de mudar pra cá eu já trabalhava nessa casa. Pra mim só mudou que eu tenho que sair um pouco mais cedo pra trabalhar porque geralmente vou a pé (Entrevistada 89, 50 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Assim, mais do que o estigma, pode-se dizer que os fatores que mais dificultavam a inserção no mercado de trabalho dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados estiveram associados à segregação socioespacial (Tabela 29). No conjunto habitacional César Santana Filho e no conjunto habitacional Floresta eles se traduziram em termos da sua distância para o centro da cidade, da dificuldade de voltar para casa após o anoitecer, da falta de iluminação e de transporte coletivo – aspectos relacionados por 19% e 14,3% dos entrevistados daqueles conjuntos, respectivamente, conforme pode ser observado na fala que se segue:

Eu até já tinha conseguido emprego no Bahamas, mas os horários lá não é o mesmo todo dia, tem dia que tem que ficar à noite, eu não tenho como voltar pra cá de noite, não tem mais lotação depois das 19 horas, a não ser até na pracinha do Santa Clara, mas como que eu vou

passar naquele escadão depois que escurece, não tem como. Vir de táxi todo dia também não dá. Então é melhor não trabalhar, pra poder trabalhar eu tenho que mudar daqui, mas também não vou deixar minha mãe morando sozinha aqui, então fica difícil demais (Entrevistada 31, 20 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Já no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, além da localização e da distância da área central da cidade, o fato de não ter com quem deixar os filhos para trabalhar apresentou-se sob um percentual de 5,5% dos entrevistados. Esta situação está diretamente relacionada à falta de creches nos conjuntos habitacionais ou nos seus entornos, característica comum em locais segregados socioespacialmente.

5.3 Demarcando as atividades de lazer dos moradores

A busca por informações se deu a partir das formas de lazer desenvolvidas pelos respondentes, tanto externamente quanto internamente nos conjuntos, abrangendo os usos das áreas de lazer presentes nos empreendimentos pesquisados. Este levantamento foi feito com o intuito de perceber se a sociabilidade era mais restrita ao mundo privado (TV, videogame, internet, leitura, estudo, dentre outras) ou mais voltada para o mundo público (bares, restaurantes, ficar em casa, bailes e forrós, parquinho do conjunto, visita aos vizinhos e, ou, amigos, parques e praças, igreja e locais de lazer ou diversão, como shows e festas em outros bairros da cidade, dentre outros).

Os questionamentos buscaram verificar a prática de atividades que estão relacionadas ao lazer por considerá-lo, conforme Elias e Dunning (1992), como uma das materializações sociais da sociabilidade.

O lazer oferece um campo de ação mais vasto para um divertimento individual intenso e relativamente espontâneo de curta duração do que qualquer outro tipo de atividade pública. Representa uma esfera da vida que oferece mais oportunidades às pessoas de experimentarem uma agradável estimulação das emoções, uma divertida excitação que pode ser experimentada em público, partilhada com os outros e desfrutada com a aprovação social e boa consciência (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 150).

Segundo Martins (2014), é nos momentos de lazer e sociabilidade que as interações mediadas pelos próprios sujeitos, e para eles, oportunizam aos indivíduos momentos de interação alheios às normatividades da socialização. Ainda de acordo com Elias e Dunning (1992), uma das esferas que representam atividades realizadas no tempo livre refere-se à sociabilidade, em cuja classe pertencem as atividades que guardam certa relação com o trabalho, como: visitar amigos, viajar em companhia de

outras pessoas, dentre outras atividades, como ir a um bar, a um clube, ou seja, atividades com um fim em si mesmo e que podem variar muito.

Desta forma, neste trabalho, pretendeu-se demarcar as atividades de lazer de que participam os entrevistados, moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, buscando associar a realização das atividades de lazer e sua frequência à possibilidade de estabelecimento de uma sociabilidade mais ampla. Além da frequência dessas atividades, procurou-se demarcar, também, os locais onde essas atividades de lazer são realizadas.

Em relação à frequência a bares, conforme pode ser observado na Tabela 30, esta atividade é realizada semanalmente no conjunto habitacional por 5,6% dos entrevistados; fora dos conjuntos habitacionais, 0,8%, que corresponde a uma entrevista, vai a bares diariamente; 8,8% vão a bares semanalmente; e 16,0% vão a bares mensalmente. Observa-se que esta atividade é bem menor no âmbito dos conjuntos do que fora deles. Esta situação pode estar associada à falta ou ao fraco comércio nos conjuntos habitacionais, característica comum aos locais segregados socioespacialmente. Desta forma, a sociabilidade, que poderia se estabelecer a partir dessas atividades no contexto dos conjuntos, ocorre fora deles. Entretanto, uma significativa parcela dos entrevistados não pratica este tipo de atividade. É preciso ressaltar que este baixo percentual de frequência a bares pode ter ocorrido por ser uma atividade que culturalmente está associada ao sexo masculino, cujo segmento nesse trabalho, tem um menor percentual de entrevistados.

No que se refere à frequência a restaurantes, os dados constantes da Tabela 30, explicitam também que um alto percentual dos entrevistados, ou seja, 74,%, não vai a restaurantes como opção de lazer. Os que vão, o fazem semanalmente (13%) e mensalmente (13%), fora dos conjuntos habitacionais, revelando que uma ampliação da sociabilidade, que poderia ocorrer nesses locais, se realiza fora do contexto dos conjuntos habitacionais pesquisados. Neste contexto, esse baixo índice de frequência a restaurantes pode estar também associado às despesas que este tipo de atividade origina, considerando-se o baixo nível de renda dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados.

A frequência a bailes e forrós pelos entrevistados, moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, ocorre da seguinte forma: 0,8%, que corresponde a um entrevistado, vai a bailes e forrós semanalmente no conjunto. Outro percentual idêntico de moradores (0,8%), frequenta bailes e forrós mensalmente no conjunto. Fora dos

conjuntos habitacionais, 9% dos entrevistados frequentam bailes e forrós semanalmente e 13% o fazem mensalmente (no conjunto habitacional César Santana Filho, um dos estabelecimentos comerciais realiza forrós em finais de semana). Os dados demonstram a mesma tendência em relação a esta atividade, ou seja, as atividades são realizadas fora dos conjuntos habitacionais e uma parte significativa dos entrevistados (76%) não pratica este tipo de atividade.

Os dados relativos à frequência dos entrevistados a parques e praças, de acordo com a Tabela 30, demonstram que a maioria dos moradores nos conjuntos habitacionais pesquisados (73,6%) não frequenta parques e praças nos três conjuntos habitacionais. Incluem-se entre esses locais, as áreas de lazer dos conjuntos habitacionais, que também são pouco frequentadas pelos moradores, conforme ficou constatado no capítulo 4 deste estudo. Desta forma, apenas 0,8%, o que corresponde a um entrevistado, informou frequentar parques e praças no conjunto habitacional (área de lazer) semanalmente. Os demais entrevistados realizam esta atividade fora do conjunto, semanalmente (11,2%) e mensalmente (15,2%). Mesmo no contexto do baixo percentual de entrevistados que frequentam parques e praças fora do conjunto, alguns depoimentos demonstram que esses locais se apresentam inapropriados, mesmo durante o dia em razão de atividades relacionadas à prostituição:

Eu já fui muito na praça Silviano Brandão, aquela da igreja, ficava lá descansando ou esperando dar o horário do ônibus, agora não dá, se a gente sentar no banco uns minutinho, já chega alguém pensando que a gente é daquelas mulher, sabe, de programa (Entrevistada 2, 57 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

A mesma Tabela 30 demonstra que a baixa frequência à casa de vizinhos indica um certo distanciamento, sem aprofundamento de vínculos entre vizinhos nos conjuntos habitacionais pesquisados. O percentual de 57,6% dos entrevistados não visita os vizinhos e amigos. No âmbito dos conjuntos habitacionais, 10,4% dos entrevistados visitam os vizinhos diariamente, enquanto 8,8%, o fazem mensalmente. Fora dos conjuntos habitacionais, apesar das dificuldades de deslocamentos, conforme já explicitado no capítulo 4, 0,8% dos entrevistados frequenta seus amigos diariamente; 5,6% semanalmente; e 25,6% realizam esta atividade ao menos uma vez por mês. Neste caso, os amigos se referem aos vínculos estabelecidos anteriormente à mudança para o conjunto habitacional, que ainda permanecem para esses entrevistados. Desta forma, percebe-se que existe uma sociabilidade que se estabeleceu e permanece fora do conjunto habitacional, como se constata nos depoimentos a seguir:

Eu não gosto de morar aqui. Onde eu morava antes era um bairro bom, onde eu fui criada, minhas amigas estão todas lá. Quando vou lá me divirto muito porque encontro todo mundo. Aqui é como se eu tivesse em outra cidade, é tudo parado, não tem nada (Entrevistada 43, 27 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Eu tenho mais amigo lá no Nova Viçosa do que aqui, porque lá eu morei mais tempo, meus filhos nasceram lá. Eu pagava aluguel mas tinha mais opção pra diversão, conhecia todo mundo, conversava muito mais. Aqui não é ruim não, não é que eu esteja reclamando. Mas eu vou lá de vez em quando, ou então eles vem aqui (Entrevistada 79, 34 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Como justificativa para não visitar os vizinhos e amigos, alguns entrevistados manifestaram-se da seguinte forma:

Aqui a gente não pode ficar misturando muito, eu não nego, gosto de tomar umas pingüinha, mas eu vou ali, compro e trago pra casa. Não dá pra ficar na casa dos outros, se você misturar demais, tem que ver e ouvir coisa que não precisa, aí eu fico mais é em casa mesmo, saio só pra trabalhar, quando aparece serviço (Entrevistado 59, 58 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Quando eu não estou trabalhando, eu entro pra dentro deste apartamento e por aqui eu fico, vendo televisão, dormindo, ouvindo música baixinho. Coloquei telefone e uma antena parabólica com mais canal pra não ter que sair mesmo. Aqui você tem que falar pouco e ficar na sua pra não ter problema (Entrevistado 120, 60 anos, conjunto habitacional Floresta).

Frequentar igrejas também foi analisado como possível esfera de sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, cujos resultados encontram-se explicitados na Tabela 30. Como não há igrejas ou templos nos conjuntos habitacionais, essas atividades são realizadas fora deles. Assim, 1,6% dos entrevistados vão à igreja diariamente; 50,4% vão à igreja semanalmente; e 0,8% vão à igreja mensalmente. Por outro lado, 47,2% dos entrevistados não frequenta igrejas. Esta atividade é a que obteve a maior frequência dentre todas as outras atividades realizadas de forma pública. Desta forma, revela-se que mais da metade dos entrevistados nos conjuntos habitacionais são adeptos da tradição de ir à igreja semanalmente, principalmente aos domingos.

Segundo uma das entrevistadas, o ideal seria que tivesse uma igreja perto do conjunto, mas os moradores não se unem para construir. Também não houve intervenção de nenhum político para ajudar nisso. Para a entrevistada 79, é uma grande dificuldade o fato de não ter uma igreja para uso dos moradores dos conjuntos Benjamim José Cardoso e César Santana Filho.

Uma igreja aqui faz muita falta, a gente já tem um terreno doado para construir uma igreja, mas ninguém toma a frente para começar a construir, e seria bom pro outro conjunto também. Mas até agora nada.

O pessoal aqui é muito desunido (Entrevistada 79, 34 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Relacionadas à frequência a eventos e shows, diversas foram as manifestações em termos das dificuldades para a mobilidade dos entrevistados em horários noturnos e em finais de semana, ocasião em que normalmente ocorre este tipo de opção de lazer. Em virtude dessa dificuldade, a maioria dos entrevistados, nos três conjuntos habitacionais, informou que não participa desse tipo de atividade (94,4%), como pode ser percebido na Tabela 30. Assim, apenas 4,8% dos entrevistados realizam esta atividade semanalmente, enquanto 0,8% a realiza mensalmente. Trata-se de uma atividade que é realizada por jovens e, geralmente, à noite. Nesta situação, geralmente os entrevistados têm que retornar às residências de madrugada. Neste horário não há transporte coletivo e mesmo os táxis se recusam a ir até os conjuntos habitacionais. Uma das jovens entrevistadas manifestou-se sobre este assunto, da seguinte forma:

A gente até sai aqui e vai pra cidade para algum show ou festa. Só que a gente tem que combinar se mais alguém do conjunto vai, pra voltar todo mundo junto e a pé. Ou então a gente arruma a casa de alguma colega pra ficar, porque senão não tem como voltar, é muito perigoso (Entrevistada 92, 18 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

As visitas aos parentes pelos entrevistados nos conjuntos habitacionais representam a manutenção dos vínculos familiares, principalmente no contexto dos conjuntos habitacionais. Observa-se, na Tabela 30, que 3,2% dos entrevistados visitam os parentes diariamente nos conjuntos, enquanto 1,6% dos entrevistados o fazem semanalmente. Fora dos conjuntos habitacionais, 4,8% visitam os parentes semanalmente e 4,0% realizam esta atividade mensalmente. Entretanto, 92,0% dos entrevistados nos conjuntos habitacionais não visitam seus parentes.

No contexto das atividades de lazer, foram analisadas diversas esferas possíveis de sociabilidade. Em todas as possibilidades, os índices relativos à opção “Não vai”, indicando que não pratica esta atividade, atingiram altos percentuais. Ao praticarem muito poucas atividades fora do ambiente doméstico, este comportamento provoca uma inversão dos lugares de desenvolvimento da sociabilidade. O espaço doméstico passa a ser mais utilizado do que os espaços abertos e coletivos.

Tabela 30. Tipo, localização e frequência de atividades públicas de lazer dos moradores dos conjuntos habitacionais. Viçosa, MG

Atividades de Lazer	Locais	Percentual		
		Diário	Semanal	Mensal
Ir a bares	No conjunto	-	5,6	-
	Fora do conjunto	0,8	8,8	16,0
	Não vai	72		
Ir a restaurantes	No conjunto	-	-	-
	Fora do conjunto	-	12,8	12,8
	Não vai	74		
Ir a bailes e forrós	No conjunto	-	0,8	0,8
	Fora do conjunto	-	9,6	12,8
	Não vai	76		
Ir a praças e parques	No conjunto	-	0,8	-
	Fora do conjunto	-	11,2	15,2
	Não vai	73,6		
Ir à casa de vizinhos ou amigos	No conjunto	10,4	8,8	-
	Fora do conjunto	0,8	5,6	25,6
	Não vai	-	57,6	-
Ir à igreja	No conjunto	-	-	-
	Fora do conjunto	1,6	50,4	0,8
	Não vai	47,2		
Ir a eventos e shows	No conjunto	-	-	-
	Fora do conjunto	-	4,8	0,8
	Não vai	94,4		
Ir à casa de parentes	No conjunto	3,2	1,6	-
	Fora do conjunto	-	4,8	4,0
	Não vai	92,0		

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Dentre as opções de atividades de lazer analisadas, “ficar em casa” foi a que se apresentou com maior frequência no âmbito das atividades privadas pelos entrevistados. Nos três conjuntos habitacionais pesquisados, os entrevistados entendem o descanso em casa e as atividades que não estão relacionadas ao trabalho como atividade de lazer.

A Tabela 31 indica o tipo de atividade que o entrevistado realiza ao ficar em casa. Ainda que muitas atividades especificadas não se configurem como atividades de lazer, estas atividades foram mencionadas pelo grupo como sendo atividades de lazer, por exemplo, fazer limpeza da casa. Observou-se que a atividade de ver televisão (tv) é realizada diariamente por 118 dos 125 entrevistados, com uma média de 3,81 horas

diárias. Outras atividades, como, por exemplo, limpeza da casa e cuidar do(s) filho(s), têm médias diárias de horas maiores na realização dessas atividades (3,58 e 4,11 horas, respectivamente), mas são praticadas por um menor número de entrevistados, 11 e 15, respectivamente e não são, propriamente, atividades de lazer.

Tabela 31. Média de horas em atividades privadas dos entrevistados pela amostra integral. Viçosa, MG

Atividades realizadas em casa pelos entrevistados, em número de horas	Frequência	Min.	Máx.	Média de horas
Assistir tv	118	1	10	3,81
Ouvir rádio	6	1	2	1,5
Jogar videogame	7	2	4	2,83
Acessar a internet	17	1	9	2,86
Estudar	8	1	4	2,11
Atividades de artesanato	4	4	4	2,50
Cuidar do filho	15	2	8	4,11
Limpar a casa	11	1	7	3,58
Dormir durante o dia	10	1	4	2,43
Ouvir música	11	1	4	2,25

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Observa-se, assim, no contexto das atividades realizadas em casa, um significativo número de horas gastas pelos entrevistados assistindo televisão. Desde o seu surgimento, a televisão passou a fazer parte da vida das pessoas das diferentes classes sociais como veículo de comunicação. Para Silveira (2013), trata-se de um equipamento capaz de transmitir aos mais distantes lugares, informações que influenciam o comportamento das pessoas. Dentro deste contexto, de acordo com Bosi (2009), a mídia, que engloba a televisão, o rádio, os jornais e a internet, alcançou o domínio da inteligência, da vontade, do sentimento e da emoção de milhares de seres humanos. Silveira (2013) complementa que, ao influenciar as pessoas, a mídia passa a ser utilizada como ferramenta para a manutenção e fomento do consumo em todas as suas modalidades. Desta forma, para controlar a atenção do público, a mídia passa a expor conteúdos sensacionalistas, principalmente aqueles relacionados a situações negativas que tratam de crimes e catástrofes, “havendo também a exploração da dor alheia, o constrangimento de vítimas desoladas e a violação da privacidade de algumas pessoas, normalmente pertencentes aos estratos economicamente inferiores da população” (SILVEIRA, 2013, p. 298). Este tipo exposição propicia o surgimento de

uma cultura do medo que influencia a formação do imaginário¹⁸ das pessoas, despertando o sentimento coletivo de insegurança, provocado por percepções distorcidas da realidade.

Bauman (2001, p. 90), constata que “a sociedade pós-moderna envolve seus membros primariamente em sua condição de consumidores, e não de produtores”, e, assim, “a vida é organizada em torno do consumo”, e, “é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e querereres voláteis”. Na função de seduzir, a potência do discurso publicitário-mercadológico se impõe por meio da mídia. A cultura do consumo soma-se à cultura do medo que, conforme Silveira (2013), provoca alterações no território e no tecido urbano e, conseqüentemente, no comportamento dos indivíduos. São criadas novas formas de sociabilidade, alterando o modo de ser e agir das pessoas e dos grupos sociais, interferindo diretamente na vida cotidiana da população, que se sente ameaçada e correndo perigo. Esta alteração das formas de sociabilidade pode acarretar várias conseqüências, como o “esfriamento” nas relações de vizinhança, a restrição da circulação das pessoas, fazendo que permaneçam mais tempo em casa e também investindo tempo e dinheiro em busca da autoproteção, em detrimento de outras atividades sociais (RODRIGUES, 2003).

Neste contexto, Zaluar (1995), acrescenta que as pessoas trancadas em casa, seja na favela ou no bairro de classe média, deixam de se organizar, pouco participam das decisões locais que afetam suas vidas e pouco convivem entre si. Pode-se dizer que predominam processos de “enclausuramento” (os indivíduos permanecem grande parte do tempo dentro de casa), no contexto da sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados. Estes comportamentos ocorrem como restrições impostas pela segregação socioespacial, que restringe a mobilidade e o acesso aos equipamentos urbanos, não ocorrendo, portanto, de forma voluntária.

Da mesma forma, a estigmatização que ocorre entre moradores no interior dos conjuntos habitacionais, ou fora deles, não é responsável pelo fato de esses moradores permanecerem em casa ou nos apartamentos. Esta afirmativa permite refutar a quarta hipótese: a sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais está relacionada

¹⁸ Para Schmitt (2013), o medo de ser vítima da violência do outro é fabricado, formulando-se representações sociais e articulações simbólicas que alcançam a categoria de imaginário (coletivo, por excelência), a partir da insegurança generalizada causadora de angústia e mal-estar na figura do outro como virtual agressor.

aos processos de estigmatização que, por sua vez, a restringe, em função do lugar social que a condição de morador de conjunto habitacional do PMCMV lhe confere.

Foram constatadas poucas atividades de lazer pelos entrevistados. Muitos entendem como significado de lazer o ato de “ficar em casa”. Nesse contexto, em termos de atividade de lazer, o “ficar em casa”, na maior parte do tempo, significa ficar assistindo televisão, em detrimento de outras atividades sociais. Por outro lado, o “estar na rua” assumiu um caráter pejorativo, quase sempre associado à fofoca, sendo portanto, um local não recomendado de se frequentar, sobretudo, pelas mulheres. Além disso, a exposição diária aos conteúdos midiáticos da televisão, quase sempre associada à violência, pode levar a uma leitura, por vezes distorcida, da realidade em que vivem. Esse quadro amplifica o sentimento de insegurança e, em consequência, provoca um aumento do tempo dentro de casa. Por outro lado, as relações de vizinhança são envolvidas por sentimentos de insegurança e receios em relação ao outro, reduzindo as interações face a face e, assim, também, a sociabilidade.

5.4 O sentimento de pertencimento aos locais de moradia

Procurou-se compreender as formas de sociabilidade também pelo sentimento de pertencimento ao espaço físico compartilhado, no caso, o conjunto habitacional. Inicialmente, buscou-se apreender o sentimento de topofilia, ou o elo afetivo entre os moradores e o ambiente físico em que residem, no caso, o imóvel e o conjunto habitacional em questão. Na concepção de Valle (2002), o sentimento de pertença pode ser definido como os laços que prendem o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos de um grupo ou comunidade do qual se torne membro, fazendo com que se sinta e aja como participante pleno, sobretudo no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e aos valores.

Para Lima (2003, p. 299), é no cotidiano permeado de relações que se estabelece o processo de construção de identidade entre iguais, denominado de “sociabilidade local”. Para o autor, esta sociabilidade local pressupõe certa disponibilidade para a cooperação mútua entre aqueles que se consideram iguais. Esses indivíduos se veem, desta forma, como pertencentes a uma coletividade. Sanghi (2007) observa que diversas formas de organizações são originadas por este sentimento de pertencimento o qual pode realizar a união entre pessoas com diferentes valores, mas, que partilham de um sentido de pertencimento comunitário. E acrescenta:

A sensação de “pertencimento” significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse lugar nos pertence, e, por isto, territorializar-se ultrapassa a garantia de ter um lugar para morar, indo além da sua representação. Significa a sedimentação de uma identidade social e o uso de estratégias comuns, compartilhadas em determinados espaços da vida cotidiana (SANGHI, 2007, p. 62).

Partindo para a apresentação dos dados, observou-se que a maioria dos moradores nos três conjuntos habitacionais considera que o imóvel adquirido foi uma boa aquisição: 95,2% no conjunto habitacional César Santana Filho; 87,3% no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso; e 85,7% no conjunto habitacional Floresta. Evidenciaram nas suas falas a aquisição da casa própria como tendo sido a possibilidade de “sair do aluguel” ou de situações em que moravam de favor, com parentes e onde não havia privacidade.

Esta casa que eu estou pagando, eu acho muito boa, antes eu morava de aluguel, era porão, as menina sempre tava com problema de saúde. Esta aqui, quando acabar de pagar é minha e posso deixar pro filhos. Só de ter saído do aluguel, pra mim já tá bom demais. Aqui a gente vai levando a vida, não tem como ir pra outro lugar, vizinho a gente vai tolerando, cada um na sua casa é o melhor jeito de viver (Entrevistada 79, 34 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

A gente nunca teve antes um quarto pra cada um, era todo mundo morando num cômodo só, esta casa é muito boa, se não fosse aqui não ia encontrar esse conforto em lugar nenhum, pra mim foi uma benção mesmo. É longe as coisas, mas a gente vai pegando com Deus e dá tudo certo. Até os vizinho, tem uns que maltrata a gente, mas a gente deixa pra lá (Entrevistada 29, 60 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Nas respostas a essa questão, muitos estabeleciam relações comparativas com as antigas residências, sobretudo, em relação aos aspectos físicos e sociais vividos nas duas situações. Na percepção dos entrevistados, geralmente as antigas moradias eram piores, porém inseridas no contexto de uma sociabilidade mais ampla, conforme pode ser observado nos depoimentos a seguir:

A gente morava nos predinhos, eu minha mãe e outros parentes. Lá era complicado porque era tudo muntado e as condições era muito pior. Mas em compensação todo mundo era unido e se ajudava. Aqui a gente ficou separado, a minha mãe mora lá embaixo e eu fico aqui com as minhas filhas. Pior é que ainda sou vizinho de gente que não combino, a gente já tinha rinha antes de mudar pra cá (Entrevistada 53, 27 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Eu morava com mais três filhos pequenos na casa da minha mãe, era uma bagunça, a gente não tinha nem lugar de dormir direito. Aqui, pra mim foi muito bom, tem até um quintalzinho. A gente sente falta dos parente e de gente pra conversar, porque tem vizinho que não combina. A gente nem sabe porque não combina, às vezes não

acontece nada, mas fica aquele clima ruim (Entrevistada 32, 23 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Este apartamento é bom, bem acabadinho, mas é muito pequeno, eu morava antes numa casa muito maior do que esses apartamento, e os vizinhos eram bons, respeitava a gente. Aqui é difícil até de sair na rua, porque meu marido bebe demais e ninguém respeita ele, então todo mundo acha que eu e meus filhos somos iguais a ele. Quando a gente sai os meninos mexe com a gente, precisa ver. Lá onde eu morava não tinha isso (Entrevistada 113, 29 anos, conjunto habitacional Floresta).

A aquisição da casa própria deixava aos entrevistados, inclusive, a possibilidade de deixar uma herança para os descendentes, conforme evidencia o depoimento a seguir:

Pra mim isso é tudo de bom, eu chego na entrada do conjunto já me sinto em casa, é um lugar que eu gosto muito e quero continuar por aqui. Eu posso até mudar daqui porque a gente não sabe o dia de amanhã, mas vou manter a casa pros meus filhos. Morar aqui pra mim é muito bom (Entrevistada 46, 34 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

No geral, 86,4% dos entrevistados afirmaram “se sentir em casa” no conjunto habitacional onde residem. Particularmente, os percentuais também foram significativos: 92,9% no Floresta; 87,3%, no Benjamim José Cardoso; e 81% no César Santana Filho; apenas 13,7% afirmou o contrário. A maioria dos entrevistados (89,6%) considera que tenha sido um bom negócio adquirir seu imóvel. Além disso, conseguiram criar algum tipo vínculo com os vizinhos e com o conjunto. Há, inclusive, a expectativa de que o local venha a se valorizar no futuro e que o imóvel seja repassado como herança aos filhos.

Eu adoro minha casinha, acho que é o lugar que Deus preparou pra gente. Antes eu morava de aluguel, então eu pretendo acabar de pagar e ficar por aqui mesmo, ir melhorando a casa e ficar aqui pra sempre (Entrevistada 30, 26 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Eu e o meu marido, a gente gosta muito daqui, e vamos ficar é aqui mesmo, não vamos procurar outro lugar não! (Entrevistada 98, 59 anos, conjunto habitacional Floresta).

Entretanto, mesmo “sentindo-se em casa”, a localização dos conjuntos foi relacionada, no geral, como um problema para parte significativa dos entrevistados, tendo sido percebida como um problema grave ou muito grave por 61,6% deles (Tabela 32)

Tabela 32. Percepção dos entrevistados em relação à localização dos conjuntos habitacionais. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Gradação da percepção em relação ao problema	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Não é um problema	12	28,6
	É um problema pouco grave	2	4,8
	É um problema grave	7	16,7
	É um problema muito grave	21	50,0
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Não é um problema	20	36,4
	É um problema de pouca gravidade	4	7,3
	É um problema grave	14	25,5
	É um problema muito grave	17	30,9
	Total	55	100,0
Floresta	Não é um problema	16	57,1
	É um problema de pouca gravidade	1	3,6
	É um problema grave	7	25,0
	É um problema muito grave	4	14,3
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Na análise individualizada dos conjuntos, somados os percentuais que relacionam a localização como um problema grave ou muito grave, obtiveram-se os seguintes percentuais: 66,7% no conjunto César Santana Filho; 56,4% no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso; e 39,3% no conjunto habitacional Floresta. Este menor percentual verificado com relação aos moradores do conjunto habitacional Floresta, está relacionado a um menor nível de segregação socioespacial nesse conjunto habitacional.

A redução da mobilidade, aliada às poucas oportunidades de lazer, baixa renda familiar, baixo índice de empregos e violência, podem fazer com que as pessoas permaneçam mais tempo no interior dos conjuntos, impossibilitando, assim, a realização de uma sociabilidade mais ampla. Esse aspecto fica mais evidente na medida em que se percebe um cerceamento dessa mobilidade, pela falta de segurança das vias de acesso em horários noturnos. Isto, sobretudo, em relação aos moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, conforme pode ser percebido nos dizeres da entrevistada abaixo:

Aqui não tem nada pra fazer. Para sair é longe, voltar de noite não tem como, é perigoso passar...se tiver em grupo ainda vai, mas sozinha não tem como. Nem táxi aceita trazer a gente depois de meia-noite, por medo de assalto, aí eu fico mais é em casa mesmo (Entrevistada 92, 18 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Há significativos percentuais de evasão nos conjuntos habitacionais analisados, o que pode estar associado aos aspectos locacionais. Na análise do tempo de moradia nos conjuntos pesquisados ficou evidenciado que a ocupação atual diferencia-se da ocupação inicial; ou seja, com o passar do tempo, algumas casas ou alguns apartamentos foram abandonados, alugados ou repassados a outras pessoas de forma não prevista no PMCMV. Assim, apurou-se que no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, inaugurado em 16 de setembro de 2011, os índices de ocupação obtidos a partir dos primeiros moradores caíram dos 100% iniciais para 76,4%. Um percentual de 23,6% de entrevistados reside ali a menos de dois anos. No conjunto habitacional Floresta, inaugurado em 30 de março de 2012, os dados são indicadores de que o índice de beneficiários iniciais diminuiu ainda mais; ou seja, dos 100% iniciais, apenas 67,9% permanecem atualmente, o que representa um percentual de 33,1% de moradores que residem no conjunto há menos de dois anos. No conjunto habitacional César Santana Filho, inaugurado em 5 de julho de 2012, de implantação mais recente, encontram-se morando atualmente 92,9% dos beneficiários iniciais, sendo que 7,1% dos entrevistados ali residem a menos de um ano. Estes percentuais são indicativos de que, apesar de terem sido beneficiados com o PMCMV, muitos dos beneficiários iniciais não permanecem morando nos conjuntos habitacionais, com índices maiores nos conjuntos implantados há mais tempo.

Uma parte bastante significativa de entrevistados (89), que corresponde a 71,2%, manifestou o desejo de sair dos conjuntos onde moram, mencionando a possibilidade de repasse do imóvel durante ou após a quitação do mesmo, como pode se depreender do depoimento a seguir:

Eu estou aqui porque não tenho outro lugar pra morar. Como que eu vou pagar aluguel e fazer minhas despesas ganhando um pouquinho mais do que um salário mínimo, não tem jeito. Agora, se eu tivesse condição, já estava longe daqui, aqui não é um lugar bom para você criar sua família. A gente fica é porque não tem aonde ir. Não dá nem pra vender. Quando eu acabar de pagar, tenho certeza que não acho por esta casa nem o valor que eu dei, porque o lugar é ruim, não valoriza (Entrevistado 7, 27 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Percebeu-se, inclusive, que alguns imóveis já foram repassados a outras pessoas, para que alguma família more em troca do pagamento da água e da luz, uma vez que se a casa permanecer sem morador poderá ser invadida, conforme os seguintes relatos:

Eu tô morando aqui tem só um mês, eu tomo conta da casa, pago a água e a luz. A dona da casa mudou porque não tava gostando daqui. Aqui até agora pra mim tá é bom, é melhor do que onde eu morava, fica longe pra fazer as coisas, mas não tenho nada a reclamar (Entrevistada 28, 43 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Eu moro aqui invadido, minha irmã mora ali embaixo e viu que a casa tava vazia. Eu fiquei duas semanas na casa da minha irmã vigiando pra ver se não ia aparecer ninguém. Aí quebrei o cadeado do portão e entrei, já tem quase um ano que eu estou morando aqui com o meu filho, até agora não apareceu ninguém, mas a gente dorme e acorda preocupado em aparecer o dono. Mas tenho fé que essa casa ainda será minha, eu não tenho como trabalhar porque meu filho é pequeno, não tenho como pagar aluguel (Entrevistada 50, 26 anos, conjunto habitacional César Santana Filho).

Esta casa não é minha, ela foi abandonada e eu entrei pra dentro. Tava tudo quebrado. Pra mim tá muito bom, eu gosto daqui, é muito tranquilo e não quero mudar não (Entrevistada 52, 44 anos, conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Alguns entrevistados afirmaram que pretendem alugar os imóveis e se mudarem para locais com melhor infraestrutura e menor distância da cidade. Especialmente, no conjunto habitacional Floresta, muitos foram os depoimentos exprimindo essa vontade de sair do conjunto por questões econômicas (altas despesas) e pelo incômodo de morar em um local com uma alta densidade de pessoas.

Eu tô preferindo alugar aqui e sair, se a gente somar tudo que a gente paga pra morar aqui, dá pra pagar aluguel na cidade tranquilamente. Aqui tudo é pago, não tem nada de graça e a gente ainda paga a prestação do apartamento. E pagar caro pra morar num lugar desse não compensa, aqui só tem uma vizinha que eu combino, com o resto é só cumprimentar, ou nem isso (Entrevistada 123, 39 anos, conjunto habitacional Floresta).

Eu tô querendo mudar daqui, é muito colado com os vizinhos, estão sempre reclamando que meus meninos fazem barulho, mas como eu vou segurar eles. E outra coisa é que aqui é tudo muito caro, é umas taxas que a gente não entende e ainda tem a prestação do apartamento, eu acho melhor alugar aqui e ir pra outro lugar onde a gente tem mais liberdade (Entrevistada 112, 34 anos, conjunto habitacional Floresta).

De forma particularizada, a Tabela 33 revela percentuais bastante expressivos de moradores que, se pudessem, mudariam dos conjuntos. Este percentual é de 66,7% no conjunto habitacional César Santana Filho e de 70,9% no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso. No conjunto habitacional Floresta, este percentual atinge 78,6% dos entrevistados.

Tabela 33. Percepção dos entrevistados em relação a se mudar do imóvel onde reside, por conjunto habitacional. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Se pudesse se mudaria do imóvel onde reside?	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	28	66,7
	Não	14	33,3
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	39	70,9
	Não	16	29,1
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	22	78,6
	Não	6	21,4
	Total	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Essas constatações põem em xeque a sustentabilidade dos empreendimentos e a relação de pertencimento dos entrevistados com os locais de moradia. Por outro lado, esse sentimento de não pertencimento faz com que os moradores tenham em mente a possibilidade de mudança dos conjuntos habitacionais após a quitação do imóvel levando, muitas vezes, a não aprofundarem vínculos com o lugar e com a vizinhança, ao mesmo tempo em que permanecem distantes do restante da cidade.

Para esta maioria de entrevistados são poucas as esferas de sociabilidade possíveis de se acessar. Além da família, a esfera mais acessível torna-se a vizinhança, entretanto, o que percebe-se é um certo distanciamento em relação aos vizinhos no interior dos conjuntos habitacionais.

Soma-se aos aspectos citados, a infraestrutura urbana, que não atende de forma eficiente aos conjuntos, fazendo com que a maioria dos entrevistados tenha dificuldades de acessar o centro da cidade e sua infraestrutura.

6. CONCLUSÃO

Esta dissertação assumiu, como objetivo geral, analisar a sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em Viçosa, MG, no âmbito do agregado familiar e do espaço urbano (do conjunto habitacional, do bairro e da cidade). Para tanto, realizou-se, em primeiro lugar, uma revisão de literatura, em que foram apresentadas perspectivas de diversos autores relacionados ao tema da sociabilidade. O trabalho empírico envolveu o desenvolvimento de um questionário para dar suporte às entrevistas semiestruturadas, que foram aplicadas aos 125 moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta. Os dados obtidos em campo foram analisados, buscando, nos aspectos quantitativos e qualitativos, responder aos objetivos propostos.

No âmbito dos objetivos específicos, pretendeu-se, primeiramente, caracterizar a realidade socioeconômica e demográfica das famílias, constantes do capítulo 4 deste estudo. Foram analisadas as variáveis: sexo, cor, relação de parentesco, estado civil, tempo de moradia no conjunto (em anos), situação em relação ao trabalho e ao estudo, escolaridade e renda familiar.

Observou-se um baixo nível de escolaridade em todas as faixas etárias em idade escolar. Este quadro tende a permanecer, pois são altos os percentuais de residentes nos conjuntos habitacionais que pararam de estudar.

Constatou-se, também, que a totalidade dos moradores que trabalha, desempenha atividades no ramo de prestação de serviços, em sua maioria, inserida em um contexto de informalidade e de baixos salários. Desta forma, as esferas de sociabilidade no ambiente do estudo e do trabalho tornam-se reduzidas, principalmente nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, onde há um menor nível de acesso aos postos de trabalho, principalmente porque a segregação socioespacial também é mais elevada nesses dois conjuntos.

No contexto do atendimento ao segundo objetivo específico, foi caracterizada a infraestrutura urbana disponível nos conjuntos habitacionais do PMCMV, no que diz respeito aos seguintes equipamentos e serviços urbanos: transporte, comércio, fornecimento de água, de energia elétrica, esgotamento sanitário, coleta de lixo, segurança (policimento), educação (escolas e creches), saúde (hospitais e postos de saúde), lazer (áreas de lazer) e comunicação. A partir daí, procurou-se estabelecer

correlações dessa realidade percebida pelos entrevistados, com as formas de sociabilidade que perpassam a vivência dos moradores nesses conjuntos. Foi analisada, também, a percepção dos entrevistados quanto aos mesmos itens de infraestrutura urbana citados.

Foi detectado que entre os itens relacionados, o problema de maior gravidade é o de acesso ao sistema de saúde (hospitais e postos de saúde), com maior média de percepção, caracterizando-o como um problema grave em virtude das dificuldades de deslocamento e de atendimento nos PSFs de bairros próximos aos conjuntos. Estes resultados vão ao encontro dos estudos de Unglert, Rosemburg e Junqueira (1987), constatando que, na prática diária, o sistema de saúde é influenciado por fatores que impedem que este serviço atenda à totalidade da população. Um dos fatores que contribuem para essa situação é a inacessibilidade, do ponto de vista físico-espacial de numerosos grupos da população aos serviços de saúde (UNGLERT, ROSEMBURG; JUNQUEIRA, 1987).

A falta e a distância de escolas e creches nos conjuntos habitacionais pesquisados foram percebidas pelos entrevistados como problemas graves, havendo ainda, a dependência de um transporte escolar ineficiente. Neste contexto, também a falta de creches impede a inserção de muitas mães ao mercado de trabalho e, conforme Macedo (1996), impede também a possibilidade de criação e manutenção de novas redes de sociabilidades, que poderiam se estabelecer a partir do ambiente de trabalho. As realidades descritas trazem como consequência, dificuldades de acesso e mobilidade, que interferem nas possibilidades de estudo e de trabalho dos moradores dos conjuntos pesquisados.

Em relação à questão do consumo ficou evidenciada a expressiva utilização, pelos moradores, de estabelecimentos comerciais na área central da cidade, em função da falta ou da precariedade de estrutura comercial nos conjuntos ou nos bairros em que se localizam. De modo geral, outros itens relacionados à infraestrutura urbana (fornecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não se configuraram como problemas na percepção dos entrevistados. Entretanto, alguns depoimentos, especialmente relacionados aos conjuntos César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, apontaram deficiências no esgotamento sanitário e na coleta de lixo. Este último, especialmente, depende de caminhões públicos para o seu recolhimento e, em ocasiões de chuvas, os acessos se tornam intransitáveis, comprometendo esses serviços. Neste contexto, pode-se dizer que o isolamento dos

conjuntos associado à quase ausência do poder público nessas áreas, reitera o quadro de segregação socioespacial em que vivem os moradores.

A falta de policiamento nos conjuntos habitacionais foi percebida como um problema, porém, de pouca gravidade. Os depoimentos revelaram descrédito na ação da polícia e o entendimento de que conflitos domésticos (eventos bastante frequentes na região dos conjuntos) são entendidos como de âmbito do mundo privado e, portanto, devem ser resolvidos nesse núcleo e entre as partes envolvidas. A atuação do poder público se restringiria ao mundo público e aos conflitos externos. Os aspectos culturais que envolvem os grupos pesquisados, que percebem como sendo de “exclusividade” do grupo familiar a administração dos conflitos e da violência doméstica podem, nesse caso, se colocar como um limitador às possibilidades de segurança a partir do poder público.

Como item da infraestrutura urbana, a comunicação nos conjuntos habitacionais foi analisada por meio dos serviços de telefonia pública, telefonia fixa residencial, telefonia celular e utilização da internet, que estão diretamente relacionados às possibilidades de interação dos moradores dos conjuntos habitacionais, entre eles ou com pessoas externas aos conjuntos. À exceção dos moradores do conjunto habitacional Floresta, que à época das entrevistas já estavam sendo atendidos pelo serviço de telefonia fixa residencial, os demais moradores consideraram o serviço de comunicação como um problema grave. Acredita-se que esse resultado – nos três conjuntos – deva-se, sobretudo, à utilização precária do telefone público, telefonia celular e internet. Isso porque, para a maior parte deles, o telefone fixo é uma tecnologia que torna-se cada dia mais obsoleta em função de sua substituição pelo celular. Poucos moradores utilizam a internet, sendo diferenciado o seu uso e alcance nos três conjuntos habitacionais. No conjunto habitacional Floresta é possível a utilização deste serviço, pois apresenta rede de telefonia fixa, porém o índice de utilização pelos moradores é ainda menor que nos outros conjuntos. Pode-se dizer que a simples disponibilização da tecnologia não assegura o seu uso, o que caracteriza, portanto, uma realidade de infoexclusão. Assim, em termos globais, o desenvolvimento das tecnologias digitais não amplia, para a maioria dos moradores das áreas periféricas dos conjuntos, a comunicação ou as novas formas de sociabilidade. Para esses moradores, essas novas tecnologias, portanto, não se configuram, conforme aponta Lévy (1999), como um novo mercado da informação e do conhecimento.

As áreas de lazer dos conjuntos estudados não são reconhecidas como tal pelos moradores: 65,5% dos entrevistados disseram que “praticamente não existe uma área de lazer nos conjuntos”. As apropriações feitas dos locais inicialmente planejados como áreas de lazer, bem como a inadequação e, ou, as restrições (sociais, sanitárias e econômicas), fazem com que os moradores não os reconheçam como áreas de contatos e encontros entre eles. Estes dados apresentam aspectos negativos às condições de interação e de produção de novas formas de sociabilidade para os moradores dos conjuntos, uma vez que, “[...] os espaços abertos coletivos deveriam ser o lugar comum, onde residentes têm a oportunidade de realizar as atividades recreacionais e funcionais que propiciam vínculos entre a comunidade” (LAY; REIS, 2002, p. 25). Por outro lado, é preciso estar atento ao fato de que o lazer reflete práticas culturais de um grupo e, ou, segmento, e essas práticas não estão restritas aos locais inicialmente planejados nos conjuntos, podendo englobar um conceito e uma prática mais ampla.

O transporte coletivo, um dos vetores da mobilidade urbana, foi percebido pelos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, como um problema grave. De modo geral, 84,4% dos moradores entrevistados utilizam o transporte coletivo para se deslocarem dos conjuntos, representando, economicamente, um alto custo para os moradores, de forma que um percentual expressivo de indivíduos faziam o seu deslocamento a pé (20,8%). Da mesma forma, o transporte escolar público, pela amostra integral, é avaliado como um problema grave ou muito grave, por 74,4% dos entrevistados. Os dados permitem dizer que a mobilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta está fortemente associada à realidade de segregação socioespacial em que vivem. Por outro lado, o fato de terem um campo restrito à sociabilidade mais ampla fortalece a sociabilidade interna entre os vizinhos, apesar de, por vezes, assumir um caráter de tensão e de ambiguidade.

O acesso precário a quase todos os itens de infraestrutura urbana analisados revelam rebatimentos e limitações sobre a sociabilidade, permitindo corroborar a primeira hipótese: O “Campo de Sociabilidade” dos moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV se restringe em um contexto de segregação socioespacial, pela precariedade associada aos serviços e infraestrutura disponíveis.

Nesse estudo, partiu-se da premissa de que as características dos locais têm relação com a percepção de risco dos indivíduos; ou seja, uma alta percepção de risco pode contribuir para o enfraquecimento do controle social informal e retraimento do indivíduo na vida comunitária, levando ao declínio das condições ambientais locais,

gerando, assim, o aumento da percepção de risco. Neste contexto pretendeu-se identificar a percepção de risco de sofrer violência a partir das características físicas do local e dos sinais de desorganização social. Procurou-se identificar possíveis “incivilidades”, as quais sugerem a violência, tornando o ambiente propício à sua ocorrência. As “incivilidades” foram analisadas em termos de média de percepção, não representando, em termos gerais, problemas para os moradores. Entretanto, em termos da frequência relacionada a cada “incivilidade”, os números foram significativos. Assim, constatou-se que mais da metade dos entrevistados já sofreu ou presenciou algum tipo de violência no conjunto habitacional em que reside. Por outro lado, essa violência percebida não foi considerada um problema para mais da metade dos entrevistados. Apesar de residirem em locais segregados socioespacialmente, lidando com o preconceito que associa as periferias à criminalidade, os entrevistados, de modo geral, não veem a violência como problema. Isto talvez ocorra pelo fenômeno classificado por Cardoso et al. (2011), como “hierarquização dos crimes”, que influencia de forma marcante, a gradação dessa percepção. Assim, alguns crimes que ocorrem no ambiente doméstico, não são sequer registrados pela polícia. Estes crimes estão relacionados às agressões contra a mulher ou contra a criança, geralmente causados pelo consumo de álcool ou ainda relacionados às discussões e brigas entre vizinhos e pequenos furtos. Esses são, em alguns contextos, de certa forma, tolerados, como é o caso dos conjuntos pesquisados. As “microviolências” são interpretadas apenas como comportamentos inapropriados. Neste contexto, o tráfico de drogas, por exemplo, é considerado, por alguns moradores, como algo corriqueiro, naturalizado, sobretudo, por manterem um convívio próximo com os traficantes e, na medida em que eles não os incomodam, eles não são percebidos como uma ameaça à sua segurança.

As médias de percepção de risco no interior dos conjuntos foram baixas porque os moradores, geralmente, não são vitimados por roubos e ameaças de roubos e agressões físicas ou ameaças de agressões nesses locais. Estes crimes vitimam, na maioria das vezes, visitantes ou pessoas que estejam nos conjuntos para algum tipo de trabalho, principalmente, aqueles trabalhos que pressupõem o transporte de bens ou valores, como taxistas, caminhoneiros, cobradores de coletivo, mototaxistas, etc. Nas imediações dos conjuntos observou-se maiores índices de percepção de risco de serem ameaçados ou roubados e de sofrerem agressão, especialmente em relação aos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso, cujas características dos

locais de acesso, relacionadas à má conservação e iluminação, incidiram fortemente na maior percepção de risco dos entrevistados.

A análise das formas de sociabilidades entre os moradores foi feita pela demarcação das formas de sociabilidade existentes na esfera da vizinhança: o sentimento de acolhimento entre os vizinhos, as interações, os conflitos, a prestatividade e a troca de favores, o grau de confiança, as formas de organização e mobilização, o estigma e as formas de lazer estabelecidas.

De acordo com os dados, dos 125 entrevistados, 117 (93,6%) afirmaram ter sido bem recebidos ao se mudar para os conjuntos habitacionais. A chegada ao novo ambiente representou, para este segmento, a possibilidade de reconfiguração das formas de sociabilidade. Nos três conjuntos habitacionais, 73,8% dos entrevistados tiveram a percepção de que o relacionamento com os vizinhos não se constitui em um problema, o que representa a opinião de 92 dos 125 entrevistados. Entretanto, os dados também não apontam para uma maior proximidade entre eles em termos das interações cotidianas; ou seja, a maioria dos entrevistados, apesar de negar a existência de atritos, de problemas de relacionamento como brigas, discussões, dentre outras manifestações, na verdade nutre certa indiferença pelos vizinhos. Este comportamento é perceptível em todos os conjuntos habitacionais, aproximando-se do comportamento blasé na relação com os outros. Este comportamento caracteriza-se por uma reserva que leva a ignorar pessoas que estão fisicamente próximas, como é o caso dos vizinhos, com quem estabelecem interações moldadas pela formalidade, sem manifestação de afeto ou desafeto (SIMMEL, 1995).

As interações ora ocorrem de forma voluntária, ora involuntária; de forma voluntária por desinteresse, como uma tendência à desconfiança. Nestes casos, a impessoalidade e objetividade nas relações são originárias do receio da proximidade que contamina e expõe o indivíduo, como evidenciado também no estudo de Koury (2014). Por outro lado, o fato de trabalhar o dia todo e fazer o serviço doméstico à noite (realidade de grande parte das mulheres entrevistadas) deixa pouco tempo para interações com vizinhos. Portanto, nestes casos, a falta de interações se dá de forma involuntária. Pode-se dizer que as questões de identidade também se colocaram como fatores intervenientes. E, neste contexto, as relações não se estabelecem de forma unívoca, em função da perda dos contextos relacionados às interações anteriores, nas antigas situações de residência. O reassentamento nos conjuntos habitacionais trouxe o “desencaixe” e a perda das referências identitárias.

Entretanto, a prestatividade entre vizinhos atingiu valores bastante expressivos, além de manifestações de apreço, cooperação e afeto, nos três conjuntos habitacionais. Percebe-se uma predisposição em ajudar, mesmo daqueles que preferem manter certo distanciamento. Em situações esporádicas de necessidade, percentuais distintos, mas, significativos, nos três conjuntos habitacionais, manifestaram-se à vontade para procurar os vizinhos. Por outro lado, outras possibilidades de atendimento a essas necessidades esporádicas relacionaram o grupo dos parentes e os amigos como uma referência importante nos momentos de necessidades. A percepção sobre a confiança nos vizinhos também foi bastante significativa nos três conjuntos habitacionais, com um índice um pouco menor no conjunto habitacional Floresta. Associamos esse resultado ao fato, de nesse conjunto, haver um maior adensamento de moradores por se tratar de um conjunto de apartamentos, e onde ocorre maior número de conflitos entre vizinhos. Desta forma, esses resultados confirmam, em parte, a hipótese de que os vínculos sociais dos habitantes dos conjuntos habitacionais se estabelecem, sobretudo, entre “pobres” e em espaços segregados socialmente. Nesses contextos, pode-se dizer que os antigos vínculos são mantidos – sobretudo com os parentes – e outros são criados, principalmente, com os vizinhos, indivíduos com quem compartilham de uma mesma condição social. Entretanto, nesses últimos há uma tendência de que esses vínculos sejam marcados por relações esporádicas e mais pessoais.

As formas de organização e mobilização dos moradores nos conjuntos habitacionais pesquisados denotaram um baixo nível de articulação entre esses atores sociais, o que foi considerado um problema grave ou muito grave para um número bastante significativo dos moradores, especialmente os dos conjuntos César Santana Filho e Benjamim José Cardoso. Assim, pode-se dizer que ainda que não se articulem de forma eficiente, existe a consciência da necessidade de uma maior organização do grupo. Em parte, este resultado pode corroborar a terceira hipótese proposta, segundo a qual, a sociabilidade no novo ambiente de moradia é marcada por contatos restritos entre os moradores, sendo inexpressivas as formas coletivas de organização do grupo. Acredita-se que fatores, como a cultura política dos indivíduos e os aspectos relativos à construção de sua cidadania podem – e certamente – se interpõem a esses processos.

Em relação à estigmatização dos moradores na sua relação com o “outro” e com “o de fora”, os dados percentuais mais expressivos foram em relação àqueles que disseram não terem sofrido discriminação em relação ao lugar em que moram. Entretanto, 28,0% dos entrevistados informaram já terem se sentido estigmatizados pelo

fato de morarem em conjuntos habitacionais. Foram constatados elementos para refutar a quarta hipótese: A sociabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais está relacionada aos processos de estigmatização que, por sua vez, a restringe em função do lugar social que a condição de morador de conjunto habitacional do PMCMV lhe confere. Os índices de entrevistados que se sentem estigmatizados por morarem em conjuntos habitacionais, apesar de significativos, não se configuram como restritivos da sociabilidade dos moradores. O fato de serem moradores de conjuntos habitacionais, não afeta, de forma marcante a inserção dos moradores no mercado de trabalho. Ocorrem processos de “enclausuramento” que são impostos por uma deficiente mobilidade desses moradores. De forma geral, para 30,4% dos entrevistados o fato de morar no conjunto influenciava de forma negativa sua inserção no mercado de trabalho. Detectou-se, entretanto, uma percepção diferenciada dos entrevistados nos três conjuntos: mais significativa entre os moradores do conjunto habitacional Benjamim José Cardoso (45,5%) e mais atenuada nos dois outros conjuntos (19% no conjunto habitacional César Santana Filho e 17,9% no conjunto habitacional Floresta), talvez pelo fato de ter sido o primeiro conjunto habitacional a ser implantado no município. Complementando essa análise, buscou-se também identificar os fatores mais relevantes em termos de barreiras ou impedimentos à inserção no mercado de trabalho dos moradores. Neste contexto, aspectos inerentes à segregação socioespacial (a distância dos postos de trabalho, dificuldade de retornar para casa em horários noturnos pela falta de transporte coletivo, precariedade das vias de acesso, falta de creche para deixar os filhos), são, na percepção dos moradores, o que mais influencia negativamente no acesso ao mercado de trabalho. Mais do que uma barreira social relacionada ao estigma de se viver na periferia dos conjuntos habitacionais, os fatores que mais dificultavam a inserção no mercado de trabalho dos moradores estiveram associados à precariedade ou à ausência de uma infraestrutura e serviços que se coloca como uma barreira física à sua inserção à cidade e ao trabalho.

No âmbito do terceiro objetivo específico, a análise das práticas de lazer do grupo de entrevistados relacionou a frequência das atividades de lazer à possibilidade de estabelecimento de uma sociabilidade mais ampla. A questão do lazer foi abordada por se entender que esses momentos oportunizam interações entre as pessoas. Em termos práticos, foram apresentadas diversas possibilidades e frequências de atividades públicas de lazer, como possíveis esferas de sociabilidade (bares, restaurantes, igrejas, casa de vizinhos, de amigos, etc.). Constatou-se que são muito poucas as incursões dos

entrevistados dos três conjuntos habitacionais em ambientes de lazer públicos. Dentre todas as possibilidades apresentadas, a resposta que indicava a falta de prática da atividade foi muito significativa para todas as possíveis esferas de sociabilidade relacionadas ao lazer. O “ficar em casa” como atividade de lazer obteve as maiores frequências entre os entrevistados, como indicativo de que ocorre uma maior inserção dos entrevistados no ambiente privado. A atividade de ver televisão consome, em média, 3,82 horas diárias de 94,4% dos entrevistados, nos três conjuntos habitacionais. Este tempo vendo televisão, em detrimento da possibilidade de interações com o outro, produz, cada vez mais, um cotidiano esvaziado e fragmentado. Este cotidiano esvaziado pode estar relacionado ao baixo nível de organização dos moradores, conforme Zaluar (1995), que associa o fato das pessoas ficarem em casa à pouca participação nas decisões locais que afetam suas vidas, pouco convivendo entre si. Por outro lado, o contexto de segregação socioespacial impõe ao grupo de moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados pouco acesso às atividades de lazer público, permanecendo, portanto, maior tempo em casa. Trata-se de um “enclausuramento” involuntário, que não é produzido pela estigmatização dos moradores, estando associado a situações que são inerentes à segregação socioespacial, não podendo, portanto, ser traduzido nos termos de Sennett (1999), em que há uma recusa individual de participação das questões públicas, retraindo-se para o ambiente privado.

Por fim, no contexto do quarto objetivo específico, foram analisadas as formas de sociabilidade dos moradores a partir do vínculo estabelecido com a moradia e do sentimento de pertencimento manifestado em relação ao conjunto habitacional onde residem. Neste contexto, a satisfação dos entrevistados em relação ao imóvel em si como ambiente físico e ao fato de se sentirem “em casa” nos conjuntos habitacionais é bastante elevada, tendo sempre como contraponto a referência da habitação anterior, onde a sociabilidade entre vizinhos era satisfatória. Os entrevistados, apesar de se sentirem “em casa” nos conjuntos habitacionais, fizeram ressalvas quanto a sua localização; ou seja, mesmo se “sentindo em casa” a localização dos empreendimentos foi relacionada, no geral, como um problema para parte significativa dos entrevistados, tendo sido percebida como um problema grave ou muito grave por 61,6% deles. Na análise do tempo de moradia nos conjuntos pesquisados, ficou evidenciado que – em todos eles – a ocupação atual se diferencia da ocupação inicial; ou seja, com o passar do tempo algumas casas ou alguns apartamentos foram abandonados, alugadas ou repassados a outras pessoas de forma não prevista no PMCMV. Uma parte bastante

significativa de entrevistados (89), que corresponde a 71,2%, manifestaram o desejo de sair dos conjuntos onde moram, mencionando a possibilidade de repasse do imóvel durante ou após a quitação do mesmo. A intenção é de alugarem os imóveis e se mudarem para locais com melhor infraestrutura e menor distância da área central da cidade. Essas constatações põem em xeque a sustentabilidade dos empreendimentos e a relação de pertencimento dos entrevistados com os locais de moradia. Por outro lado, esse sentimento de não pertencimento, faz com que os moradores tenham em mente a possibilidade de mudança dos conjuntos habitacionais após a quitação do imóvel levando, muitas vezes, a que não aprofundem vínculos com o lugar e com a vizinhança, ao mesmo tempo em que permanecem distantes do centro da cidade.

Em todos os aspectos analisados, no afã de responder aos objetivos específicos, foram detectadas restrições à sociabilidade do grupo de moradores dos conjuntos habitacionais estudados. Esta sociabilidade perpassada por situações que denotam distanciamentos (conflitos e desentendimentos) e também aproximações (amizade e bons relacionamentos), não se estabelece de forma unívoca. Ela vai se modelando por meio da manifestação de condutas orientadas pela maneira de pensar e agir de cada morador. Essas condutas são influenciadas, especialmente, pelo contexto da segregação socioespacial em que vivem os moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados.

A compreensão das expressões e das formas de sociabilidade que se estabelecem entre os moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, ocorre na medida em que se considera que o espaço físico influencia as práticas sociais e as formas de interação cotidiana entre os moradores. Assim, com base nas observações e análises realizadas, é possível afirmar que a sociabilidade que se estabelece tem relação direta com a localização e com a conseqüente segregação socioespacial desses conjuntos. No conjunto habitacional Floresta, apesar do menor nível de segregação socioespacial, o fato de tratar-se de blocos de apartamentos, com um significativo adensamento de moradores e a incidência de despesas coletivas, o torna mais problemático em termos de algumas incivildades e maior convivência com a violência. Neste conjunto, parece haver um menor sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, um maior risco de insustentabilidade do empreendimento, o que, certamente, está relacionado ao significativo percentual de 33,1% de beneficiários iniciais do PMCMV que não residem mais neste conjunto, embora nos outros dois conjuntos habitacionais pesquisados (César Santana Filho e Benjamim José Cardoso), estes percentuais, ainda que menores, também se mostram relevantes, ou seja 7,1 e 23,6%, respectivamente. Pode-se dizer,

ainda, que a melhoria do acesso à infraestrutura urbana e a redução do nível de segregação socioespacial poderiam produzir condições favoráveis ao estabelecimento de uma sociabilidade mais ampla e de forma mais variada aos moradores dos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso. Desta forma, as interações poderiam ser mais frequentes e as vivências tenderiam à melhoria de qualidade, levando a um maior sentimento de pertencimento aos locais de habitação e, assim, a uma maior sustentabilidade dos referidos empreendimentos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. O imaginário do medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Contemporânea**, v. 8, n. 1, p. 34-45, 2010.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9284**, 1986.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Edgar Blücher, 2005.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular**. 13.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BRASIL. **Lei nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em 30 de jan. de 2015.

CALDEIRA, T. P. R. **A política dos outros**. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2008.

CARDOSO, C. E. P. **Análise do transporte coletivo urbano sob a ótica dos riscos e carências sociais**. 2008. Tese. (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S. **Habitação de interesse social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano**. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em redes**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRAZE, J. **As comunicações não verbais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

COUTO, A. C. O. **A cidade dividida: da inclusão precária à territorialização perversa**. 2008. Disponível em: <www.webartigos.com/articles/4155/1/A-Cidade-Dividida-Da-Inclusao-Precaria-a-Territorializacao-Perversa/pagina1.html/print/4155>. Acesso em 09 de out. de 2014.

CRUZ, T. A. (coord). **Retratos de Viçosa**. Viçosa-MG. CENSUS, 2012.

D'INCAO, M. A. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. *Tempo Social*, **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, 1992.

DOMINGUES, J. M. **Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 84-99, jun. 1986.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa. Difusão Cultural, memória e sociedade, 1992.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRUGOLI JÚNIOR, H. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GAMBIM, P. S. **Habitação popular e padrão arquitetônico**. In: Seminário Nacional de Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, 2010, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN.

GARCIA, J. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. **Educação Temática Digital**, v. 8, n. 1, p. 121-130, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMIDE, A. A. **Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais**. Políticas sociais: acompanhamento e análise, 2006.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GUIMARÃES, E. A. **O processo de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida para a população de baixa renda: o caso de Viçosa, MG**. 2013. 230f. Dissertação. (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Dados populacionais**. 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 27 de out. de 2012.

KOURY, M. G. P. Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade, **Etnográfica** [Online], vol. 18, n. 3, 2014. Disponível em: <

<http://etnografica.revues.org/3811>>. Acesso em 18 dez. de 2014.

LAY, M. C. D.; REIS, A. T. L. O papel dos espaços abertos comunitários na avaliação de conjuntos habitacionais. **Ambiente construído**. Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LIMA, A. J. **As múltiplas faces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina, PI: Halley, 2003.

MACEDO, S. S. Paisagem Urbana- os espaços livres como elementos de desenho urbano. **Caderno Paisagem paisagens**, v. 1, n. 1, 1996.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MARANHÃO, M. H. P. G. **Mudanças aparentes e efeitos invisíveis: sociabilidade, identidade e vulnerabilidade no cotidiano urbanizado na bacia do Rio Beberibe**. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MARICATO, H. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINHO, T. P.; SCHOR, T. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins – AM. **Geografias**, n. 7, 2009.

MARQUES, A. C. **Intrigas e questões**: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MARQUES, E. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: UNESP, 2003.

MARTINS, T. B. **Tempo livre e lazer**: usos e opiniões da juventude local sobre equipamentos públicos do Lajeado. 2014. 244f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MORAIS, A. M.; NEVES, I. P. Fazer investigação usando abordagem mista. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 20, n. 2, p. 75-104, 2007. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_serial/pid_0871-9187/lnq_pt/nrm_iso>. Acesso em 10 de out. de 2014.

MOSER, G. Examinando a congruência pessoa-ambiente: o principal desafio para a Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19050.pdf>>. Acesso em 02 de fev. de 2015.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **Sociabilidade virtual**: separando o joio do trigo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 de abr. de 2014.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

PEREIRA, S. R. Mobilidade espacial e acessibilidade à cidade. **Revista Okara: Geografia em debate**, v.1, n.1, p. 43-76, 2007. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/1246>>. Acesso em 20 de fev. de 2015.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, C. D.; PEIXOTO, B. T.; BEATO FILHO, C. C. Medo e espaço urbano: uma análise da percepção de risco de vitimização local e não local. In: AGUIAR, N. **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SANGUI, S. F. **Pertencer ao espaço comunitário**: desafio do auto-eco-organização de famílias moradoras do Campo da Tuca. 2007. 84f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social.) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SAN' TANNA, M. J. G. O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança. In: CARNEIRO, S. S.; SAN' ANNA, M. J. G. **Cidades, olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, M. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCHMITT, P. H. (Des)Caminhos da insegurança: um olhar criminológico sobre s incursões do medo da violência no espaço urbano. In: IV Congresso Internacional de Ciências Criminais: Criminologia e Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos, 2013, Porto Alegre, RS. **Anais do IV Congresso Internacional de Ciências Criminais**, 2013, v, IV, p. 1-15.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

SILVEIRA, F. L. A cultura do medo e sua contribuição para a proliferação da criminalidade. 2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E contemporaneidade. 2013. Santa Maria – RS. 2013. Universidade Federal de Santa Maria.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Guanabara, p. 11-25, 1979.

_____. **Questões fundamentais da Sociologia**. São Paulo: Zahar, 2006.

SKOGAN, W. G. **Fear of crime and neighborhood change**. In: ALBERT, J. R. & TONRY, Micheal *Communities and Crime*. Chicago: University of Chicago Press, 1986, p. 203-229.

SOUZA, R. G. Cidadania e incivildades: reflexões e críticas fundamentadas nas representações sociais da violência urbana. **Interlink**, v. 2, n. 2, jul./dez., 2011.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

UNGLERT, C. V. S.; ROSEMBURG, C. P.; JUNQUEIRA, C. B. Acesso aos serviços de saúde: uma abordagem de Geografia em Saúde Pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101987000500009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 12 de fev. de 2015.

VALLE, E. Conversão: da noção teórica ao instrumento de pesquisa. **REVER – Revista de Estudos da Religião**, n. 2, 2002. Disponível em <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2002/p_valle.pdf> Acesso em 29 de jan. de 2015.

VILLA, S. B. Os formatos familiares contemporâneos: transformações demográficas. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 4, n.12, p. 02-26, dez. 2012.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2001.

WALTER, C. N. S. **Entre a proximidade e a distancia, a sociabilidade e a impessoalidade na vivência do urbano**. ANAIS. ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR v. 15, 2013. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4480/4349>> Acesso em 01 de jul. de 2014

ZALUAR, A. **Violência, pobreza, drogas**. Publicações Braudel Papers. 12.ed, 1995.

ZMITROWICZ, W.; NETO, G. A. **Infra-estrutura urbana**. São Paulo: EDUSP, 1997.

Códigos:**Sexo:**

1. Mulher
2. Homem

Cor:

1. Negro
2. Branco
3. Pardo

Escolaridade: em número de anos estudados (cujas séries foram concluídas – excluir as repetências).

Relação de parentesco no núcleo:

RELAÇÃO DE PARENTESCO NO NÚCLEO	
1	Marido/Cônjuge
2	Mulher/conjuge
3	Filho
4	Filha
4	Pai de algum dos cônjuges
5	Mãe de algum dos cônjuges
6	Neto
7	Neta
8	Outro familiar
9	Outro não familiar
88	Não sabe/Não Responde

2 - PERCEPÇÃO DE GRADAÇÃO DO ACESSO AOS EQUIPAMENTOS E À INFRAESTRUTURA URBANA

Tipo de problema	Muito grave	Grave	Pouco grave	Não é problema
Transporte coletivo				
Transporte escolar público				
Falta de comércio no entorno do conjunto.				
Fornecimento de água				
Fornecimento de energia elétrica				
Falta de saneamento básico (esgoto sanitário)				
Coleta de Lixo				
Policiamento				
Escolas e, ou, Creches				
Falta de áreas de Lazer				
Serviços de comunicação				
Falta de hospitais ou postos de saúde				

2.1. Se citou transporte coletivo: **utiliza o transporte coletivo?**

- () 1. Sim
() 2. Não

2.2 Para que você utiliza o transporte coletivo?

2.3 Se não utiliza o transporte coletivo: **qual o tipo de transporte utilizado:**

- () Veículo próprio automóvel
() Veículo próprio motocicleta
() Bicicleta
() Não utiliza transporte

2.4 Se citou transporte coletivo: **quais os problemas que vivencia relacionados ao transporte coletivo:**

- () 1. Poucos horários durante a semana;
- () 2. Poucos horários em finais de semana ;
- () 3. Precariedade dos veículos;
- () 4. Preço da passagem;
- () 5. Tempo de deslocamento
- () 6. Outro problema não mencionado. Qual? _____

2.5 Se citou transporte escolar público: **utiliza o transporte escolar público?**

- () 1. Sim
- () 2. Não

2.6 Se citou transporte escolar público: **quais os problemas que vivencia relacionados ao transporte escolar público:**

2.7 Se citou falta de comércio: **onde faz suas compras?**

2.8 Se citou falta de áreas de lazer: **como é a situação da área de lazer do conjunto?**

2.9 Se citou problema relacionados a serviços de comunicação, especificar a que tipo de serviço:

- 1. () Telefone público. Qual? _____
- 2. () Telefone fixo. Qual? _____
- 3. () Celular. Qual? _____
- 4. () Internet. Qual? _____

3 - PERCEPÇÃO DE GRADAÇÃO DOS PROBLEMAS RELATIVOS ÀS VARIÁVEIS ECOLÓGICAS

VARIÁVEIS ECOLÓGICAS				
Tipo de Problema	Muito grave	Grave	Pouco grave	Não é problema
Consumo de drogas no conjunto ou no bairro				
Turmas de jovens e adolescentes				
Meninos de rua				
Conservação das áreas internas do conjunto (ruas e área de lazer)				
Conservação do entorno do conjunto (estradas de acesso)				
Iluminação pública no conjunto (ruas e área de lazer)				
Iluminação pública do entorno (estradas de acesso)				
Casas abandonadas e, ou, depredadas				
Relação com os vizinhos				
Reuniões para discussão de problemas do conjunto				
Discriminação				
Violência				
Mobilidade diária para o exterior do conjunto (trabalho, estudo, diversão, etc.)				
Localização do conjunto				

3.1 Confia nos vizinhos?

() 1. Sim

() 2. Não

3.2 Acha seus vizinhos prestativos?

() 1. Sim

() 2. Não

3.3 Neste ano já foi feita alguma reunião para discussão dos problemas do conjunto?

() 1. Sim

() 2. Não

3.4 Em caso de não ocorrerem reuniões, no seu entender, qual seria o motivo?

3.5 Há um líder comunitário, presidente de bairro que atua no conjunto?

3.6 Já sofreu algum tipo de discriminação no conjunto, na vizinhança ou na cidade?

() 1. Sim

() 2. Não

3.7 O fato de morar neste conjunto influencia, de alguma forma, na sua inserção no mercado de trabalho?

3.8 Foi bem recebido quando se mudou para o conjunto?

() 1. Sim

() 2. Não

3.9 Qual sua situação habitacional antes de se mudar para o conjunto?

() Aluguel

() Morava com parentes

() Morava em área considerada de risco

() Outro: especificar _____

3.10 Considera que aqui todos são iguais?

() 1. Sim

() 2. Não

3.11 Se sente bem entre seus vizinhos?

() 1. Sim

() 2. Não

3.12 Porque se sente bem entre seus vizinhos?

3.13 Já sofreu ou presenciou algum tipo de violência no conjunto, na vizinhança ou na cidade?

() 1. Sim

() 2. Não

4- AS RELAÇÕES NO CONJUNTO

Situações	Muito grave	Grave	Pouco grave	Não é problema	Sendo problema, a quem recorreria? (amigos, parentes, onde?)
Por algum motivo ter que deixar filho(a) sob cuidados de vizinhos					
Pedir empréstimo de gênero alimentício (café, açúcar, sal, etc)					
Pedir empréstimo de veículo (carro, moto, bicicleta, etc)					
Problemas com barulho de festa após horário permitido					
Problemas originados pelo consumo de bebida alcoólica					
Brigas entre familiares					
Desentendimento das crianças					
Animais nas residências (cães, gatos, galinhas, outros)					
Problemas com divisas (cercas, muros, grades)					
Queima ou acondicionamento de lixo e, ou, entulho nos fundos dos terrenos					
Deterioração e abandono de casas vizinhas					

5 - IDENTIFICAÇÃO DE LOCAIS E FREQUÊNCIAS DE ATIVIDADES DE LAZER

ATIVIDADES ROTINEIRAS				
Tipo de Atividade	Local		Frequência	
	No Conjunto	Fora do Conjunto	Diária	Semanal
Ir a bares				
Ir a restaurantes				
Ficar em casa*				
Ir a bailes e forrós				
Ir ao parquinho do conjunto				

Ir à casa de vizinhos				
Ir à casa de amigos				
Estudo				
Ir a parques e Praças				
Ir à igreja				
Ir a outro local de lazer ou diversão**				

5.1 Se fica em casa **como uma opção de lazer**, que tipo de atividade de lazer realiza em casa?

() Assiste TV. Tempo gasto por dia na atividade: _____

() Joga videogame. Tempo gasto por dia na atividade: _____

() Utiliza a internet. Tempo gasto por dia na atividade: _____

() Leitura ou estudo. Tempo gasto por dia na atividade: _____

() Outra atividade? _____ Qual? _____

Tempo gasto por dia na atividade: _____

6 - PERCEPÇÃO DO RISCO DE SER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA (gradação de 1 a 4, em que 0 representa risco inexistente e 5 risco máximo).

6.1 Acha que há risco de ser ameaçado ou roubado na vizinhança do conjunto?

(1) (2) (3) (4)

6.2 Acha que há risco de ser ameaçado ou roubado na cidade?

(1) (2) (3) (4)

6.3 Acha que há risco de ser ameaçado ou roubado no conjunto habitacional?

(1) (2) (3) (4)

6.4 Acha que há risco de ser ameaçado ou sofrer agressão física na vizinhança do conjunto?

(1) (2) (3) (4)

6.5 Acha que há risco de ser ameaçado ou sofrer agressão física na cidade?

(1) (2) (3) (4)

6.6 Acha que há risco de ser ameaçado ou sofrer agressão física no conjunto?

(1) (2) (3) (4)

7 - PERCEPÇÃO DE PERTENCIMENTO

7.1. Como se sente em relação ao conjunto onde mora?

7.2. A casa onde mora atualmente, considera que tenha sido uma boa aquisição?

7.3. Você se sente “em casa” neste conjunto?

1. Sim

2. Não

7.4. Por que se sente “em casa” neste conjunto?

7.5 Este bairro conjunto é apenas um lugar para morar provisoriamente?

1. Sim

2. Não

7.6 Por que considera que este é/não é apenas um lugar para morar?

7.7 Se pudesse, se mudaria?

1. Sim

2. Não

7.8 Por que, se pudesse, se mudaria/não mudaria deste conjunto?

7.9 Você se sente bem em relação à casa onde mora?

1. Sim

2. Não

7.10 Por que se sente bem ou não em relação à casa onde mora?

7.11 Se pudesse se mudaria desta casa?

1. Sim

2. Não

7.12 Por que, se pudesse, se mudaria desta casa?

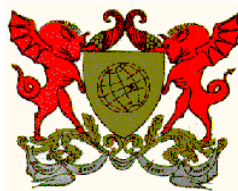
Apêndice 2 – Tabela com a ocupação dos entrevistados, por conjunto habitacional

Tabela – Em que trabalham os entrevistados nos conjuntos habitacionais César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta. Viçosa, MG

Conjunto habitacional	Ocupações do entrevistado	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Empregada doméstica/babá	1	2,4
	Faxineiro em empresa, empregada de limpeza em empresa, funcionária de limpeza pública	1	2,4
	Faxineira/ diarista	8	19,0
	Garçom/garçonete em eventos	1	2,4
	Auxiliar de serviços gerais	2	4,8
	Enfermeiro/auxiliar de enfermagem/técnico em enfermagem	1	2,4
	Bico (atividades relacionadas á construção civil)	1	2,4
	Total de entrevistados que trabalham	15	35,7
	Não trabalham	27	64,3
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Empregada doméstica/babá	9	16,4
	Pedreiro/construtor civil	1	1,8
	Atendente de comércio, revendedor, operador de caixa, assistente de loja, balconista, vendedora	1	1,8
	Faxineiro em empresa, empregada de limpeza em empresa, funcionária de limpeza pública	1	1,8
	Faxineira/ diarista	5	9,1
	Auxiliar de serviços gerais	1	1,8
	Chapa (carregador/descarregador de cargas)	1	1,8
	Lavadeira	1	1,8
	Cozinheira/cozinheiro	2	3,6
	Montador de móveis cobrador em transporte coletivo	1	1,8

	Bico (atividades de limpeza e jardinagem)	1	1,8
	Total de entrevistados que trabalham	25	45,5
	Não trabalham	30	54,5
	Total	55	100,0
Floresta	Empregada doméstica/babá	5	17,9
	Atendente de comércio, revendedor, operador de caixa, assistente de loja, balconista, vendedora	2	7,1
	Faxineiro em empresa, empregada de limpeza em empresa, funcionária de limpeza pública	1	3,6
	Faxineira/ diarista	2	7,1
	Auxiliar de serviços gerais	2	7,1
	Servente de pedreiro	2	7,1
	Cozinheira/cozinheiro	1	3,6
	Porteiro de edifícios	1	3,6
	Vigilante	2	7,1
	Bico (atividades de limpeza e jardinagem)	1	3,6
	Total de entrevistados que trabalham	19	67,9
	Não trabalham	9	32,1
	Total	28	100,0

9. ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA DOMÉSTICA – PPGED

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: AS SOCIABILIDADES POSSÍVEIS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV), EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: O CASO DE VIÇOSA-MG. A pesquisa será realizada com os moradores, maiores de idade, dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida no município de Viçosa, MG, sendo eles os conjuntos habitacionais: Benjamim José Cardoso, Sol Nascente e Floresta. O objetivo da pesquisa é analisar a sociabilidade familiar dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, no âmbito do agregado familiar e do espaço urbano, analisando em que medida o acesso aos espaços coletivos e públicos ou semipúblicos, favorecem ou não, a consolidação dos laços afetivos e sociais entre os membros familiares, entre vizinhos no interior dos conjuntos e no entorno desses empreendimentos, no município de Viçosa. Sua participação contribuirá para a pesquisa de um tema de real importância para a sociedade, cujo benefício será a possível identificação de demandas dos participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, em relação à acessibilidade aos espaços coletivos no interior dos conjuntos habitacionais e aos espaços públicos e semipúblicos e aos equipamentos urbanos (fatores que podem interferir na sociabilidade familiar). Após a identificação das demandas relativas à acessibilidade dos participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida aos espaços coletivos, aos espaços públicos e semipúblicos e aos equipamentos urbanos, estas demandas serão encaminhadas aos órgãos gestores da cidade para conhecimento e possíveis providências.

Sua participação neste estudo é voluntária, não havendo contrato de trabalho ou remuneração, bem como qualquer custo. Você terá plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem prejuízo ou justificativa.

Caso concorde em participar, será programada, de acordo com a sua disponibilidade uma entrevista, que poderá ocorrer em sua residência ou outro local de sua preferência, com a aplicação de perguntas objetivas sobre o tema. Neste caso, deverá assinar este documento, que está em duas vias. Você receberá uma delas onde consta o telefone e endereço da equipe de pesquisa, podendo tirar dúvidas a respeito do projeto e de sua participação. Este termo foi redigido em conformidade com a Resolução CNS nº 466/2012.

Os riscos da pesquisa estão associados às perguntas da entrevista, que poderão trazer algum tipo de desconforto, pois se referem aos aspectos socioeconômicos e também de sua sociabilidade. Neste sentido, para evitá-los, será garantido seu anonimato, sendo cada entrevista identificada apenas por um número. Os dados coletados na pesquisa serão analisados e arquivados com o pesquisador, sendo assegurado sigilo e privacidade.

Equipe de pesquisa:

Prof^a Neide Maria de Almeida Pinto – Pesquisadora responsável

Departamento de Economia Doméstica – Universidade Federal de Viçosa

Ramal: 3899-1630 - nalmeida@ufv.br

Nilo Sérgio de Souza (Pesquisador principal)

Rua Juquinha de Paula 205/101 – Bairro Santo Antônio

Cel.: 85807955 - nssouzaufv@gmail.com

Declaro estar ciente e de acordo em participar desta pesquisa:

Entrevistado: _____

Assinatura: _____

LOCAL :

DATA: ____/____/____

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa
Campus Viçosa, prédio Arthur Bernardes, piso inferior. Viçosa, MG - (31) 3899-2492 -
E-mail: cep@ufv.br.